

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO ACADÊMICO EM PSICOLOGIA CLÍNICA

FATORES DE RISCO E MECANISMOS DE PROTEÇÃO NAS NARRATIVAS DAS
FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA CONJUGAL

Mestranda: Marisol Lurdes de Andrade Seidl

Orientadora: Dr^a. Sílvia Pereira da Cruz Benetti

São Leopoldo, Julho de 2008.

**FATORES DE RISCO E MECANISMOS DE PROTEÇÃO NAS NARRATIVAS DAS
FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA CONJUGAL**

Marisol Lurdes de Andrade Seidl

**Dissertação apresentada como exigência parcial
para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia
sob a orientação da
Prof^ª Dr^ª Sílvia Pereira da Cruz Benetti**

**Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Centro de Ciências da Saúde
Curso de Pós-graduação em Psicologia
Mestrado Acadêmico em Psicologia Clínica
Julho, 2008**

BANCA EXAMINADORA

Dr^a Maria Ângela Mattar Yunes

Dr^a Débora Dell' Aglio

Dr. Maycoln Teodoro

DEDICATÓRIA

**“Às famílias Brasileiras por suas incansáveis possibilidades
de transformação e construção de significados
diante das adversidades”.**

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu marido por toda a paciência que me dedicou durante este período do mestrado e dizer aos meus filhos o quanto tornam a minha história mais colorida e cheia de vida ao me confirmarem como mãe com seu amor. Aos meus pais por terem sido capazes de construir uma história familiar que me lançou para a vida de forma livre e construtiva.

Agradeço à minha orientadora Dr^a Sílvia Pereira da Cruz Benetti por sua dedicação, carinho e compreensão que teve ao orientar minha pesquisa, e dizer-lhe que acredito que ambas aprendemos muito com esta experiência.

Agradeço ao professor Dr. Maycoln Teodoro por sua contribuição e olhar crítico à pesquisa realizada.

Agradeço à Delegada Rosane Oliveira e sua equipe da delegacia para a Mulher do Município de novo Hamburgo, por aceitarem participar da pesquisa, de forma tão rica e fornecendo opiniões tão importantes acerca da violência conjugal e suas conseqüências tanto à nível intrafamiliar como social.

Agradeço a todos os colegas a oportunidade que foi conhecê-los e compartilhar de tantos momentos agradáveis. Aos professores que ajudaram a construir um espaço de ensino-aprendizagem de uma riqueza inigualável.

Agradeço à UNISINOS pela oportunidade de realizar o curso de mestrado.

Obrigada,
A Autora.

SUMÁRIO

Lista de tabelas.....	07
Resumo	08
Abstract	09
Introdução da Dissertação	10
 Seção I - Relatório de Pesquisa	 12
1. Introdução	12
2. Objetivos	17
3. Método	17
3.1 Tipo de estudo	17
3.2 Participantes	18
3.3 Procedimentos de pesquisa	19
3.4 Procedimentos éticos	20
3.5 Procedimentos de coleta de dados	20
3.6 Procedimentos de análises de dados	22
4. Resultados	24
4.1 Inserção Ecológica	24
4.2 Síntese das entrevistas com os profissionais	27
4.3 Análise das entrevistas	31
4.4 Síntese interpretativa da Inserção Ecológica	33
4.5 Famílias e Violência	37
4.6 Análise das Narrativas – caso Lílian e Beatriz	39
– Sistema de Crenças da Família	39
– Padrão de organização da Família	46
– Processos de Comunicação da Família	51
4.7 Análise das Narrativas – caso Rosângela e seus filhos	54
– Sistema de Crenças da Família	55
– Padrão de organização da Família	65
– Processos de Comunicação da família	65
4.8 Síntese Interpretativa das famílias.....	67
4.8.1 Mecanismos de proteção e fatores de risco no caso Lílian e beatriz	67
4.8.2 Mecanismos de proteção e fatores de risco no caso Rosângela	71
5. Discussão dos Resultados	74
5.1 Processos de Resiliência para as famílias da pesquisa	76
5.2 Fatores de Risco para as famílias da pesquisa	80
5.3 Compreendendo a violência conjugal	81
6. Conclusão	83
Seção II – Revisão Teórica	87
Seção III – Empírico	102
7. Considerações Finais da Dissertação	122
8. Referências	124
9. Anexos	130

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.	Processos-chave da Resiliência	23
Tabela 2.	Análise das Narrativas na Inserção ecológica	32
Tabela 3.	Sistema de Crenças	40
Tabela 4.	Padrão de Organização	46
Tabela 5.	Processos de Comunicação	51
Tabela 6.	Sistema de Crenças	55
Tabela 7.	Padrão de Organização	61
Tabela 8.	Processos de Comunicação	65
Tabela 9.	Processos de Resiliência	74
Tabela 10.	Fatores de Risco e Vulnerabilidade	78
Tabela 11.	Processos-chave da Resiliência	95
Tabela 12.	Processos de resiliência	115
Tabela 13.	Fatores de Risco e Vulnerabilidade	118

RESUMO

Tomando como referência a noção de resiliência em famílias como um processo interativo e dinâmico, numa abordagem ecológica das relações humanas, esta dissertação está voltada para a identificação dos processos de resiliência em famílias com história de violência conjugal, através das narrativas familiares sobre os fatores de risco e mecanismos de proteção. A violência conjugal tem sido amplamente investigada em função das conseqüências marcantes e traumáticas para as vítimas e por ser um modelo relacional de difícil enfrentamento por parte dos próprios membros da família como também dos setores mais amplos da sociedade. Através da técnica da narrativa foram investigados dois casos de famílias com histórias de violência conjugal. E através da inserção ecológica da pesquisadora na Delegacia para a Mulher, foi compreendida a violência conjugal através das percepções destes profissionais. Foram identificadas tanto as crenças familiares, os padrões organizacionais e as formas de comunicação em relação aos eventos violentos, como os mecanismos de proteção e as situações de risco nas famílias nos diferentes contextos. Entre os fatores de risco que geraram vulnerabilidade identificaram-se crenças sobre o papel da mulher como mantenedora da família, a passividade diante do marido e a função de principal educadora e protetora dos filhos. As características masculinas são oriundas de um modelo relacional de violência à mulher vivenciado em suas famílias de origem e perpetuado através da herança transgeracional. Um aspecto na promoção do processo de resiliência para essas duas famílias se relacionou à forma como construíram suas histórias de afeto, cuidado e proteção aos filhos, um fator de proteção que diminuiu os prejuízos da exposição à violência tanto para as mães como para os filhos. O fenômeno violência aparece nesta pesquisa sob a ótica do social, compreendida na inserção ecológica pela narrativa dos profissionais, confirmando a influência da sociedade que mantém e tolera a violência do homem contra a mulher. Concluindo, é necessário ampliar o olhar das redes sociais de suporte e amparo às famílias em situação de violência conjugal, no sentido de buscar um entendimento destes processos violentos não a partir de uma ótica da doença ou de uma falha familiar, mas como um fenômeno muito maior que se constitui e se mantém na sociedade.

Palavras-chave: família; resiliência familiar; violência conjugal; fatores de proteção e risco.

ABSTRACT

Taking as reference the notion of family resilience as interactive and dynamic process, in an ecological framework of human relations, this dissertation is geared to the identification of resilience in families with a history of couple violence. Couple violence has been largely investigated as a result of the traumatic and strong consequences for the victims and for being a relational process of difficult response by family members as well as by larger sectors of society. Throughout the narrative technique two cases were investigated of families with a history of violence. And through the ecological participation of the researcher in the Deputy Office it was studied the perceptions of the professionals. Family beliefs, organizational patterns and ways of communication were identified in relation to the violent events, the protection mechanisms and risk situations in families in different contexts. Among risk factors that generated vulnerability, beliefs about women's roles as family support, passive and the pedagogical role in child socialization were identified. Masculine characteristics were originated and perpetuated through transgenerational heritage. An aspect in promoting resilience in these families was the way they built a history of affect, care and protection of the children, a protection factor that minimized the damages of violence exposure, for mothers as well as for the children. A violence phenomenon emerges in this study under the social realm, understood in the ecological participation by the narratives of the professionals, confirming society influence that sustains and tolerates man's violence against woman. As a conclusion, it is necessary to look at social networks to families in violence situation, in the sense of searching for an understanding of these processes not from a perspective of illness or failure, but as a much larger phenomenon that is constituted and sustained in society.

Key-words: family, family resilience, couples violence, protection and risk factors

INTRODUÇÃO DA DISSERTAÇÃO

Esta dissertação tem como objetivo identificar os processos de resiliência em famílias com história de violência conjugal, através das narrativas familiares sobre os fatores de risco e mecanismos de proteção. A pesquisa realizada faz parte da linha de pesquisa da Infância e Adolescência sob a orientação da prof^a Sílvia Pereira da Cruz Benetti. O interesse pelo tema surgiu a partir da experiência da pesquisadora como terapeuta de família e também de sua atuação na esfera pública em posto de saúde e em conselho tutelar. Desta maneira, o tema da resiliência foi se tornando apaixonante em virtude das vivências com famílias que viviam em situações de alto risco e que, no entanto, demonstravam atitudes positivas e otimistas diante da vida. Esta pesquisa além de nortear futuras políticas públicas dirigidas às famílias em situação de violência conjugal, também ampliou os conhecimentos da própria pesquisadora sobre a resiliência em famílias.

As conseqüências da violência conjugal são graves e afetam a todos os indivíduos envolvidos direta e indiretamente, principalmente as crianças. Portanto, identificar os processos familiares promotores de resiliência são etapas necessárias para o trabalho com famílias. Entretanto, são poucos os estudos que investigam a família como capaz de contribuir para a resiliência individual. A maioria dos estudos está centrada no clima emocional ou na dinâmica de famílias disfuncionais, portanto, baseadas no paradigma do déficit. No entanto, a questão da resiliência volta-se para os aspectos sadios e de sucesso que as famílias podem alcançar e, a partir de processos-chave, encorajarem o crescimento individual e familiar (Walsh, 1998/2005; Yunes, 2001).

A resiliência é tecida por uma rede de relacionamentos e experiências que vão se desenrolando durante os ciclos de vida e entre as gerações. Esse olhar exige uma perspectiva ecológica e desenvolvimental que se dirige para além do vínculo diádico e de disposições individuais, focalizando a resiliência nos contextos sociais e no correr do tempo (Walsh, 1998/2005). Esta perspectiva ecológica leva em conta as múltiplas influências do ambiente sobre o desenvolvimento do indivíduo durante seu tempo de vida (Bronfenbrenner, 1979/2002).

A metodologia qualitativa baseada na abordagem da narrativa considera importante conhecer como o sujeito organiza e dá sentido a sua experiência. Desta forma, a narrativa permite a compreensão dos significados específicos de construção e constituição da realidade (Bruner, 1991), identificando como as pessoas dão sentido às suas experiências a partir de

referências pessoais, familiares, sociais, culturais e incluindo também os aspectos transgeracionais. Portanto, facilita a escuta e a reflexão sobre as maneiras como são entendidas “nossa memória, intenções, histórias de vida e os ideais de nosso self, ou nossas identidades pessoais, em padrões narrativos” (Brockmeier & Harré, 2003, p. 526).

Neste sentido, é crescente o interesse dos estudos sobre o desenvolvimento humano na identificação e compreensão da resiliência fundamentado na noção de promoção de saúde face às circunstâncias adversas de vida. Ao priorizar os aspectos de enfrentamento das situações de risco e ao tentar compreender as características desses processos, as pesquisas sobre a resiliência destacam-se por sua ênfase nas características individuais e coletivas de transformação e saúde. Esta compreensão dos processos envolvidos em resiliência objetiva o desenvolvimento de ações de promoção e de prevenção em saúde em várias instâncias, tais como familiar, social, pública (Junqueira & Deslandes, 2003; Sapienza & Pedromônico, 2005; Yunes, 2001).

A apresentação da dissertação iniciará com o relatório de pesquisa, que consiste nas atividades realizadas durante o desenvolvimento da pesquisa: “*Fatores de risco e mecanismos de proteção nas narrativas das famílias em situação de violência conjugal*”. Seguido do relatório, apresentam-se dois dos artigos produzidos durante o mestrado, um teórico e outro empírico, como exigência parcial da dissertação. O artigo teórico “*Resiliência em Famílias: uma perspectiva para a promoção e a prevenção em saúde mental*”, revisa a literatura sobre o tema. O artigo empírico: “*Fatores de risco e mecanismos de proteção nas narrativas das famílias em situação de violência conjugal*”, discute os resultados da pesquisa realizada. Para finalizar a dissertação, são apresentadas as considerações finais e as referências bibliográficas referentes a todas as sessões deste documento.

SEÇÃO I - RELATÓRIO DE PESQUISA

1. Introdução

A pesquisa realizada faz parte da linha de pesquisa da Infância e Adolescência sob a orientação da prof^a Sílvia Pereira da Cruz Benetti. Nesta pesquisa procurou-se identificar os processos de resiliência em famílias com história de violência conjugal, através das narrativas familiares sobre os fatores de risco e mecanismos de proteção, considerando-se o enfoque de Walsh (1998/2005) sobre a resiliência familiar. Para tal, foram investigados dois casos de famílias com histórias de violência conjugal encaminhadas pela Delegacia para a Mulher. Estas famílias participaram de um atendimento psicoterápico familiar baseado na técnica da Terapia Narrativa, a qual tem se mostrado um recurso interessante para o trabalho com famílias em situação de risco, pois permite uma aproximação compreensiva dos fenômenos interativos baseados na noção da complexidade de significados e na possibilidade de relatos múltiplos dos eventos. Portanto, a narrativa funciona como um modelo flexível, que opera como forma de mediação extremamente mutável entre o indivíduo e o padrão cultural, dessa forma, as narrativas são ao mesmo tempo modelos relacionais e modelos internos do indivíduo (*self*), preenchendo a condição humana com abertura e plasticidade (Brockmeier & Harré, 2003; Bruner, 1991).

Dessa forma, foi utilizada a narrativa (externalização) para conhecer a resiliência no contexto da violência intrafamiliar. A abordagem da Terapia Narrativa de Michael White e David Epston (1990) permite que as pessoas saiam de uma história dominante de descrições de vida, com os impedimentos negativos que as acompanham, para experimentarem vidas com muitas histórias e habilidades. Nas conversações de Terapia Narrativa, histórias e habilidades da vida das pessoas que tenham sido ignoradas ou negligenciadas tornam-se ricamente conhecidas. A técnica foca na história de vida das pessoas e diz respeito a encontrar caminhos pelos quais as pessoas possam mudar seu relacionamento com qualquer problema ou dificuldade que estão lidando. Nesse sentido, esses problemas não mais definem quem elas são permitindo que as pessoas sejam capazes de seguir em direção a um diferente sentido de identidade. Portanto, através da escuta das narrativas familiares foram identificados os fatores de risco e os mecanismos de proteção que permeiam o construto da resiliência.

O conceito de resiliência utilizado nesta pesquisa tem um caráter processual. Mais que um conjunto de traços disposicionais, o enfrentamento e a adaptação positiva abrangem processos multideterminados pelas circunstâncias de vida ao longo do tempo (Rutter, 1987).

Portanto, a resiliência é definida a partir de quatro fatores: fatores individuais, contexto ambiental, acontecimentos ao longo da vida e fatores de proteção (Slap, 2001). A resiliência, além disto, não se restringe somente às características individuais, mas também pode ser compreendida na abordagem dos processos familiares.

A resiliência familiar refere-se aos processos de enfrentamento, adaptação e *coping* na família como uma unidade funcional, em que o fenômeno resiliência passa a ser caracterizado não só pelo foco individual, mas também pelo processo interacional familiar. Não se caracteriza pela configuração da família, mas como os processos internos e externos à família interagem para o seu funcionamento saudável e de resiliência (Hawley & DeHann, 1996; Walsh, 1998/2005; Yunes, 2003). Esta interação dos fatores de proteção internos e externos à família contribui para a promoção da resiliência, através de um processo compartilhado pela família como um todo e por processos individuais de seus membros, constituídos pelas características individuais de seus membros; pela coesão familiar e pelo apoio conjugal/social (Rutter, 1987).

Outro aspecto fundamental nos estudos sobre resiliência refere-se à questão da própria avaliação e mensuração dos processos resilientes. A literatura apresenta estudos que se utilizam de delineamentos quantitativos através de instrumentos específicos de avaliação de variáveis individuais ou contextuais associadas à resiliência (Ahern, Kiehl, Sole, & Byers, 2006; Pesce, Assis, & Avanci, 2006) e estudos com delineamentos qualitativos que visam à descrição e compreensão de processos interativos, dos significados de experiências ou das trajetórias individuais, familiares e coletivas (De Antoni, 2005; Yunes, 2001).

Smokowski, Reynolds e Bezruczko (2000) consideram que um delineamento metodológico numa perspectiva mais qualitativa concebe a resiliência “menos como uma característica individual e mais como um processo determinado pelo impacto de experiências particulares de vida entre pessoas com distintas concepções sobre sua própria história de vida ou narrativa pessoal (p. 428)”. Esta característica da abordagem qualitativa é amplamente utilizada no trabalho com famílias sob a ótica da técnica das narrativas. A utilização da narrativa em situações traumáticas individuais ou familiares tem sido amplamente utilizada a fim de identificar como são construídos os significados e atribuições dos eventos e os movimentos realizados no sentido de estabelecimento de coerência e ordem (Murray, 2004).

No Brasil, estudos sobre a resiliência familiar constituem importantes estratégias para ampliação de conhecimento sobre famílias em situação de vulnerabilidade e risco. Neste

sentido, os trabalhos têm se voltado para questões associadas a famílias de grupos minoritários economicamente ou envolvidas em situação de violência (Cecconello, 2003; Daniel, 2006; De Antoni, 2005; Garcia & Yunes, 2006; Hawley & DeHann, 1996; Lietz, 2006; Walsh, 1998/2005; Yunes, 2001; Yunes, Mendes, & Albuquerque, 2004/2007).

Yunes (2001), ao pesquisar sobre a resiliência em famílias de baixa renda, constatou que existe uma tendência social de atribuir *a priori* a esta população pobre, uma condição de não-resiliência. No entanto, a pesquisa apontou que estas famílias “enfrentaram e enfrentam as adversidades da pobreza à sua maneira e no seu estilo de ser família (2001, p.11)”. Uma das famílias enfrentava a crise como um desafio, seus membros se mostravam unidos, sendo que a confiança era fortalecida, propiciando maior solidariedade e possibilidades de transformação da crise. Na segunda família, o enfrentamento da crise estava relacionado mais com a coesão e introspecção do grupo, numa relação mais espiritualizada que reforçava a crença da ajuda divina na superação dos problemas. Portanto, “o sentido atribuído às crises pelas duas famílias é diferente, o que leva a concluir que não há um sentido hegemônico que defina a condição de resiliência” (p. 158). Dessa forma, Yunes (2001) conclui que os critérios que indicam a resiliência em famílias não são universais. Além dos aspectos sociais e históricos que permeiam os processos familiares, os fatores relacionais são dinâmicos e complexos, tornando-se difícil de categorizar as famílias pobres como resilientes ou não.

Em outra pesquisa com famílias monoparentais em situação de pobreza, Yunes, Mendes e Albuquerque (2004/2007) identificaram situações e processos que causam risco ao convívio familiar e conflitos familiares, tais como o alcoolismo, a violência doméstica, perdas materiais e infidelidade. A monoparentalidade mostrou-se como um evento-chave para a melhoria da qualidade de vida e das relações familiares, pois a ausência da violência nas relações conjugais proporcionou as melhorias e a reaproximação de outros familiares bem como o apoio destes e a conseqüente melhora da situação financeira da família. No entanto, alguns fatores de risco continuaram a existir no cotidiano destas famílias, como a moradia e alimentação inadequada, emprego e renda instáveis. Também se destacavam como fatores de risco a vivência das perdas afetivas e a falta de apoio social eficiente apesar da ausência dos companheiros (Garcia & Yunes, 2006).

Ao investigar os processos de resiliência em famílias em situação de vulnerabilidade Cecconello (2003), também identificou a presença de alguns fatores de risco *externos* à família, como a pobreza e a violência na comunidade, que tiveram um efeito negativo sobre

os fatores de risco *internos*, como a violência doméstica, o alcoolismo e a depressão materna, potencializando-os. Em relação aos fatores de proteção foram observadas as características pessoais dos seus membros, a coesão familiar e o apoio conjugal/social. Portanto, através de um processo compartilhado pela família como um todo e por processos individuais de seus membros houve a promoção da resiliência.

Em outra pesquisa sobre coesão e hierarquia em famílias com história de abuso físico, De Antoni (2005), constatou que há severos indicadores de risco que são agravantes para a vulnerabilidade social e familiar, entre eles, as condições *socioeconômicas* como o desemprego, precariedade da moradia e a falta de recursos financeiros e a *violência física* decorrente do estresse parental e das interações familiares. Os fatores de proteção identificados nas famílias estavam relacionados às características pessoais de seus membros como talentos especiais, valorização dos estudos, religiosidade, afiliação comunitária e determinação em mudar a situação financeira. A autora refere que o enfrentamento das adversidades e sua superação pela família dependem em muito do suporte social, como as redes de serviço e de políticas públicas voltadas para amenizar a pobreza e a violência.

Segundo Bronfenbrenner (1979/2002), as realidades familiares, sociais e econômicas bem como as culturais estão organizadas como um todo articulado num sistema, que se compõe em subsistemas, que se comunicam de maneira dinâmica. Portanto, as forças que atuam na família, na comunidade e na cultura determinam a aparição de relações violentas (Belsky, 1980). Assim, a violência é construída socialmente e está relacionada ao isolamento social, à falta de uma rede de apoio social e afetivo e aos eventos de vida estressantes, como dificuldades financeiras e desemprego (Cecconello, De Antoni, & Koller, 2003; Doise, & Papastamou, 1987).

Nesta pesquisa os fatores de risco e os mecanismos de proteção foram compreendidos a partir de três domínios, o sistema de crenças familiares, o padrão organizacional e o processo de comunicação. Assim, a compreensão dos processos familiares no enfrentamento das situações de violência foi realizada tomando-se como referência a questão central de como a família responde à violência, os recursos utilizados, as crenças, os padrões de organização e os processos de comunicação, orientados para a direção de uma transformação dos padrões interativos. Além disto, estes elementos de análise foram contextualizados numa compreensão ecológica das relações familiares, ambientais e individuais, segundo o modelo ecológico proposto por Bronfenbrenner (1979/2002). Este referencial procura integrar

aspectos do indivíduo e do ambiente associados com o fenômeno a ser investigado, portanto, se constitui em uma abordagem que possibilita a compreensão do desenvolvimento em situações atípicas, privilegiando aspectos de resiliência, vulnerabilidade, risco e proteção. A perspectiva ecológica leva em conta as múltiplas influências do ambiente sobre o desenvolvimento do indivíduo durante seu tempo de vida. Considera que a interação com o meio ambiente o transforma, possibilitando-lhe novas respostas adaptativas aos contextos sociais. A teoria privilegia a compreensão do desenvolvimento humano no contexto, levando em conta os aspectos relativos à pessoa (características físicas, biológicas e emocionais), ao processo (como a experiência é vivenciada) e o tempo (meio-ambiente).

O contexto é analisado através de quatro sistemas que se interconectam: a) *Microssistema*: é um padrão de atividade, papéis e relações interpessoais, num ambiente específico (família); b) *Mesosistema*: inclui as inter-relações entre dois ou mais ambientes no qual a pessoa em desenvolvimento participa ativamente (escola, amigos, trabalho e vida social); c) *Exossistema*: refere-se a um ou mais ambientes que não envolve a pessoa em desenvolvimento como um participante ativo (trabalho dos pais, amigos dos pais); e d) *Macrossistema*: compreender a cultura, crenças e ideologias (Bronfenbrenner, 1979/2002). Nesta pesquisa o *Eu ecológico* inclui as características pessoais dos protagonistas da pesquisa, mãe e filhos, e os aspectos principais que caracterizam esta relação.

Esta abordagem investigativa baseada no delineamento ecológico de investigação considera que além do reconhecimento da influência dos aspectos contextuais nos processos investigados também deve ser levada em consideração a própria inserção do pesquisador no ambiente pesquisado. Desta forma, a inserção ecológica do pesquisador também faz parte do processo investigativo. Na presente pesquisa, portanto, se configuraram dois âmbitos no processo investigativo. O primeiro constituído pelo envolvimento do pesquisador no contexto específico do trabalho na Delegacia para a Mulher, com o objetivo de conhecer a percepção dos profissionais sobre a violência conjugal. E, o segundo pelo trabalho focalizando as famílias que participaram do processo terapêutico. Assim, os resultados da pesquisa são apresentados primeiramente através da Inserção Ecológica da pesquisadora na Delegacia para a Mulher, as entrevistas com os profissionais que atendem as vítimas de violência conjugal, seguido das narrativas das famílias atendidas.

2. OBJETIVOS

Objetivo geral:

- Identificar os processos de resiliência em famílias que convivem com a violência conjugal, através dos fatores de risco e mecanismos de proteção compreendidos nas narrativas familiares.

Objetivos específicos:

- Compreender o significado atribuído nas narrativas familiares à violência, identificando as crenças familiares, os padrões organizacionais e as formas de comunicação em relação aos eventos violentos;
- Identificar, a partir dos processos-chave de resiliência, os mecanismos de proteção e as situações de risco nas famílias nos diferentes contextos;
- Compreender a violência conjugal através das percepções dos profissionais da Delegacia para a Mulher.

3. MÉTODO

3.1 Tipo de estudo

Pretende-se com este estudo conhecer e compreender como a resiliência é tecida em famílias que vivenciam a violência conjugal, através dos fatores de risco e mecanismos de proteção compreendidos nas narrativas familiares. Para tanto, foi utilizada a abordagem descritiva qualitativa baseada no modelo narrativo (Murray, 2004; Walsh, 2005; White & Epston 1990). A complexidade do fenômeno resiliência está além de análises reducionistas que priorizam as características ou traços individuais, que buscam um estereótipo universal para os fatores de risco e de proteção (Libório, Castro, & Coelho, 2006). O método qualitativo baseado na abordagem da narrativa permite a compreensão dos significados específicos de construção e constituição da realidade (Bruner, 1991), identificando como as pessoas dão sentido às suas experiências a partir de referência pessoais, familiares, sociais, culturais e incluindo também os aspectos transgeracionais. Seguindo nesta ótica de conhecer melhor como as famílias da pesquisa dão significado e sentido às suas experiências, valores e crenças, optou-se pela realização de psicoterapia com estas famílias. Portanto, além do objetivo de explorar os significados dos eventos de vida, também ajudá-las a construir uma percepção mais positiva para o sentido destes eventos, ou seja, atribuir sentido à adversidade, superá-la e

fortalecendo-se com a própria experiência. Dessa forma, pode-se dizer que a pesquisa tem uma preocupação social de reforçar emocionalmente estas famílias e conseqüentemente promover respostas de resiliência. Também foi utilizada a abordagem bioecológica de Bronfenbrenner (1979/2002), com a inserção ecológica do pesquisador no ambiente imediato onde estas famílias buscam suporte e proteção quando a violência é vivenciada, no caso, a Delegacia para a Mulher.

3.2 Participantes

a) Descrição dos participantes

As famílias que participaram da pesquisa tinham as seguintes características: a primeira família que aceitou a proposta da terapia breve e focal foi Lílian (mãe-29 anos) e Beatriz (filha-9 anos). A configuração familiar era monoparental, pois Lílian estava separada do ex-marido há três anos. Morava na mesma casa desde a separação, que ficava nos fundos do pátio da casa dos ex-sogros. Desempregada há alguns meses, contava com a ajuda financeira da irmã mais velha e com a pensão alimentícia da filha.

A segunda família era constituída da mãe, Rosângela (28 anos), e filhos, Rodolfo (11), Elvis (10) e Elisa (6) e também possuía uma configuração monoparental. A separação conjugal era recente, havia completado apenas um mês quando Rosângela iniciou a terapia proposta pela pesquisadora. Moravam em uma casa alugada. Rosângela, logo após a separação, começou a trabalhar em um banco de empréstimos aos pensionistas do INSS. As crianças continuaram na mesma escola e no turno contrário ficavam na casa de uma senhora.

Na Delegacia para a Mulher foram entrevistados os profissionais que atendem as mulheres vítimas de violência conjugal, entre eles a Delegada, a secretária e duas escrivãs.

b) Procedimentos de seleção e justificativa do número de participantes ou do tamanho da amostra

A partir do contato estabelecido na Delegacia, foram selecionadas duas famílias que correspondiam aos critérios adotados para a seleção, que foram a faixa etária dos filhos até 12 anos, a situação familiar de violência conjugal e finalmente os aceites na participação do processo terapêutico. Este último se caracterizou por uma intervenção breve e focal com duração máxima de dez encontros. Foram realizadas seis sessões psicoterapêuticas com a família de Lílian e Beatriz e sete sessões com a família de Rosângela e seus filhos, todas no consultório da pesquisadora, gravadas, transcritas e analisadas. Os dois casos eram de

mulheres que haviam solicitado atendimento para tratar de questões relativas às agressões do cônjuge e encontrava-se em um processo de separação conjugal em função da violência vivenciada.

A escolha de duas famílias para a realização da pesquisa teve como objetivo principal a possibilidade de comparação dos dados obtidos e a confirmação dos achados empíricos. Em relação à Delegacia para a Mulher a escolha de quatro profissionais para serem entrevistados se deu em função do número reduzido, ao todo nove funcionários e pela negativa de participação de duas escritãs.

c) Critérios de inclusão

Os critérios adotados tiveram como objetivo principal manter uma coerência com os objetivos da pesquisa. Portanto, os filhos deveriam ter no máximo doze anos e estarem vivendo com a mãe, o tipo de violência vivenciado pelos membros da família deveria ser a conjugal e o aceite pela terapia breve e focal oferecida em troca pelos dados para a pesquisa.

d) Critérios de exclusão

Os critérios de exclusão visaram diminuir ao máximo as variáveis intervenientes para a pesquisa, como filhos adolescentes que atravessam um período de transição que poderia adicionar questões emocionais, dificultando a análise de dados. O tipo de violência precisaria ser definido claramente, pois uma abrangência maior também dificultaria a análise dos dados, correndo o risco de perder-se a fidedignidade da pesquisa. Portanto, todos os cuidados buscaram manter a coerência e a ética que são pertinentes ao trabalho de pesquisa.

3.3 Procedimentos de pesquisa

a) Contato com o local

Na Delegacia para a Mulher, o primeiro contato se deu com a Delegada, com o objetivo de informá-la sobre os objetivos da pesquisa e obter seu consentimento para realização tanto da triagem das famílias quanto da inserção ecológica. Assim, foram realizadas várias visitas e conversas informais e formais que se iniciaram em Setembro de 2006 até Dezembro de 2007. Vários contatos foram iniciados com os profissionais que atendem as vítimas de violência conjugal, dentre eles a psicóloga local que ajudou na triagem das famílias. A Delegacia não é exclusiva para os casos de violência à mulher, pois também atende todo tipo de violência, sejam físicas ou sexuais contra mulheres adultas, crianças e adolescentes.

b) Contato com os participantes

O contato com os participantes se iniciou na própria Delegacia para a Mulher onde a pesquisadora contratou a terapia breve e focal de até dez encontros com as famílias selecionadas. Neste período o contato com os profissionais da Delegacia resultou na maior familiaridade da pesquisadora com a instituição, culminando inclusive na realização de uma palestra sobre violência conjugal para os profissionais da Delegacia. Posteriormente, o fato de ter estabelecido um contato inicial permitiu uma melhor comunicação e um maior comprometimento com a própria pesquisa durante a realização das entrevistas com estes profissionais. Primeiro foi realizada a psicoterapia com as famílias no consultório da pesquisadora, durante este período várias visitas à Delegacia continuaram sendo realizadas com o objetivo da inserção ecológica da pesquisadora no ambiente da Delegacia e por último as entrevistas com os profissionais que escutam as vítimas de violência conjugal e encaminham o processo judicial.

3.4 Procedimentos éticos

a) Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa

Os procedimentos de entrevista com finalidade de pesquisa com as famílias estudadas estavam de acordo com as resoluções 196 do Conselho Nacional de saúde e a 016/2000 do Conselho Federal de Psicologia, bem como da aprovação pelo Comitê de Ética da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) comunicação número 14. Todos os participantes maiores de idade foram consultados quanto à participação no trabalho através da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo A). Os participantes menores de idade foram consultados e solicitada autorização do responsável para participação nas entrevistas.

b) Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - Anexo A

3.5 Procedimentos de coleta de dados

Após o contato inicial na Delegacia, foram feitos os agendamentos das entrevistas com a Delegada, secretária e duas escrivãs. Estas entrevistas foram realizadas na própria Delegacia de forma individual e respeitando a disponibilidade dos profissionais. Estas entrevistas duravam em torno de uma hora e foram gravadas. Após a realização das mesmas, o material obtido foi transcrito em sua totalidade para posterior análise.

A coleta do material das entrevistas realizadas com as famílias foi obtida durante as sessões terapêuticas. Todas as sessões foram gravadas, transcritas e analisadas. Estas entrevistas foram feitas no consultório particular da pesquisadora, em horário previamente agendado.

b) Entrevistas

As entrevistas com as famílias dentro do modelo de psicoterapia focalizaram as narrativas das famílias quanto ao funcionamento familiar, a situação de violência e os processos relacionais de seus membros nos contextos de vida, bem como a história de vida e o relacionamento familiar. O modelo sistêmico interacional foi utilizado para conhecer e compreender as distintas significações de crenças e valores dos protagonistas da pesquisa. Portanto, foi utilizada a narrativa (externalização) para conhecer a resiliência no contexto da violência intrafamiliar. A abordagem da Terapia Narrativa de Michael White e David Epston (1990) permite que as pessoas saiam de uma história dominante de descrições de vida, com os impedimentos negativos que as acompanham, para experimentarem vidas com muitas histórias e habilidades. Nas conversações de Terapia Narrativa, histórias e habilidades da vida das pessoas que tenham sido ignoradas ou negligenciadas tornam-se ricamente conhecidas. Entre as técnicas utilizadas nesta abordagem, a *externalização*, consiste no indivíduo representar seus sentimentos em relação aos fatores estressantes, caracterizando-o e nomeando-o. A técnica foca na história de vida das pessoas e diz respeito a encontrar caminhos pelos quais as pessoas possam mudar seu relacionamento com qualquer problema ou dificuldade que estão lidando. Nesse sentido, esses problemas não mais definem quem elas são tornando as pessoas capazes de seguir em direção a um diferente sentido de identidade (Anexo 2).

Na Inserção Ecológica realizada na Delegacia para a Mulher uma das atividades propostas foram as entrevistas com os profissionais. As questões que nortearam estas entrevistas foram: a percepção sobre a violência conjugal; os fatores que favorecem o aparecimento e a continuidade da violência do homem contra a mulher; os fatores que favorecem a saída da história de violência e o papel da Delegacia no enfrentamento da violência conjugal. As sessões com os familiares e as entrevistas com os profissionais da Delegacia foram registradas e gravadas para posterior análise do material colhido.

3.6 Procedimentos de análises de dados

Após a transcrição do relato das entrevistas foi realizada a análise das narrativas familiares através do roteiro interpretativo de Flick (2004). Este roteiro organiza-se em etapas de análise que incluem a obtenção da narrativa, a exposição do texto como unidade, a subdivisão do texto em unidades experimentais ou função-chave, a análise lingüística interpretativa de cada unidade, desdobramento em série, interpretação dos significados e desenvolvimento de interpretações funcionais do texto. Finalmente, as últimas etapas compreendem a compreensão do texto em sua totalidade e a exposição das múltiplas interpretações (Flick, 2004).

No relatório de pesquisa, por questões de apresentação dos resultados, não será discutida toda a análise do relato das narrativas das famílias, que ao todo foram de treze sessões. No anexo B discute-se uma entrevista analisada para exemplificar a parte inicial do método utilizado na análise dos dados. No corpo do relatório, portanto, é apresentada uma síntese das entrevistas e posteriormente os quadros com as análises lingüístico-interpretativas e os desdobramentos dos processos-chave de resiliência familiar.

Além disto, neste trabalho, para a interpretação funcional do texto foram utilizados os processos de resiliência em famílias de Walsh (1998/2005) para organizar a compreensão dos processos individuais, relacionais e os recursos disponíveis e a interpretação subjetiva que cada família atribui aos eventos adversos e o reflexo deles em suas vidas. Estes elementos de análise foram contextualizados numa compreensão ecológica das relações familiares, ambientais e individuais, no modelo ecológico proposto por Bronfenbrenner (1979/2002). A perspectiva ecológica leva em conta as múltiplas influências do ambiente sobre o desenvolvimento do indivíduo durante seu tempo de vida. Considera que a interação com o meio ambiente o transforma, possibilitando-lhe novas respostas adaptativas aos contextos sociais. A teoria privilegia a compreensão do desenvolvimento humano no contexto, levando em conta os aspectos relativos à pessoa (características físicas, biológicas e emocionais), ao processo (como a experiência é vivenciada) e o tempo (meio-ambiente).

O contexto é analisado através de quatro sistemas que se interconectam: a) *Microssistema*: é um padrão de atividade, papéis e relações interpessoais, num ambiente específico (família); b) *Mesosistema*: inclui as inter-relações entre dois ou mais ambientes no qual a pessoa em desenvolvimento participa ativamente (escola, amigos, trabalho e vida social); c) *Exossistema*: refere-se a um ou mais ambientes que não envolve a pessoa em

desenvolvimento como um participante ativo (trabalho dos pais, amigos dos pais); e d) *Macrossistema*: compreender a cultura, crenças e ideologias (Bronfenbrenner, 1979/2002). Nesta pesquisa, o *Eu ecológico*, inclui as características pessoais dos protagonistas da pesquisa, mãe e filhos, e os aspectos principais que caracterizam esta relação.

Este modelo estratégico de análise dos dados foi realizado para cada caso atendido e posteriormente todos os casos foram discutidos, permitindo uma reflexão sobre os processos familiares no contexto de violência. Após a análise de todas as sessões, foi feita uma síntese organizada em quadros (3,4,5,6,7,8) demonstrativos dos processos-chave de resiliência, identificando os fatores de proteção e de risco para cada família, depois são contextualizados nos diferentes níveis dos sistemas ecológicos. Posteriormente, os quadros (quadro 9 e 10) são apresentados com o resultado geral de ambas as famílias pesquisadas apontando os fatores de proteção e os fatores de risco diante da violência conjugal, considerando os diferentes níveis dos sistemas ecológicos. Estes quadros foram baseados no demonstrativo elaborado por Koller e De Antoni (2004) acerca dos indicadores de risco e de proteção para avaliação da violência intrafamiliar. No presente estudo, entretanto, foram considerados os processos-chave de Walsh (1998/2005).

As entrevistas na Delegacia foram analisadas também a partir do roteiro das narrativas de Flick (2004), porém discutidas somente em referência aos fatores de risco e proteção mencionados pelos profissionais. Estas entrevistas também foram categorizadas a partir dos sistemas ecológicos de Bronfenbrenner (2002).

Tabela 1-

Domínios dos processos-chave de resiliência familiar elaborado por Walsh (1998/2005).

<p>Sistema de crenças: (Coração e alma da Resiliência)</p>	<p>Atribuir sentido à adversidade: -valor afiliativo nas relações interpessoais; -orientação do ciclo de vida familiar nos contextos de estresse e crises; -senso de coerência frente às crises como desafios a serem vencidos; -avaliação da crise a partir das crenças da família.</p> <p>Perspectiva Positiva: -iniciativa e perseverança; -encorajamento e foco no positivo; -esperança e confiança na superação das adversidades; -força e potencial; -domínio do possível e aceitar coisas que não podem ser mudadas.</p> <p>Transcendência e espiritualidade: -propósito, valores e objetivos na vida;</p>
--	--

	<ul style="list-style-type: none"> -espiritualidade: fé, comunhão e rituais; -inspiração, criatividade, modelos de papéis; -aprendizagem e saída da crise, através da experiência vivida.
Padrões Organizacionais:	<p>Flexibilidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> -capacidade para mudanças e reorganização; -estabilidade como sentido de rotina; <p>Conexão: apoio mútuo, respeito às diferenças, forte liderança e busca de reconciliação;</p> <p>Recursos sociais e econômicos: mobilização da família extensa, trabalhar junto e segurança financeira.</p>
Processos de Comunicação:	<p>Clareza:</p> <ul style="list-style-type: none"> -mensagens consistentes; <p>Expressão emocional aberta:</p> <ul style="list-style-type: none"> - sentimentos compartilhados, empatia nas relações, interações prazerosas e bem-humoradas; <p>Resolução colaborativa dos problemas:</p> <ul style="list-style-type: none"> -identificação e opções diante dos problemas; -criatividade no lidar com o problema e compartilhar decisões: focar nos objetivos e ter uma atitude preventiva em relação a futuro.

Adaptado de Walsh (1998/2005)

4. RESULTADOS

4.1 Inserção Ecológica

Descrevendo a Delegacia para a Mulher - Esta funciona em um prédio ao lado da Central de Polícia do Município. É um prédio pequeno dividido internamente com divisória Eucatex, sendo a parte de cima em vidro martelado que dificulta a identificação das pessoas no interior das salas. Há uma recepção com secretária e mais sete salas onde os profissionais fazem a escuta das vítimas e encaminham o inquérito policial que será posteriormente encaminhado ao fórum dando continuidade ao processo de queixa crime contra o agressor. A denúncia é feita na Central de Polícia e depois o inquérito é encaminhado para a Delegacia para a Mulher, onde novamente é feito a escuta, agora mais detalhada, e que irá dar prosseguimento ao processo judicial. É oferecido às vítimas atendimento psicológico no local, pois a Delegacia conta com uma psicóloga cedida pela Prefeitura Municipal.

Quando a pesquisadora foi conversar com a Delegada para contratar a pesquisa houve uma recepção muito positiva da proposta, no sentido do seu interesse pelo trabalho, inclusive solicitando uma devolução e uma palestra sobre o assunto. Comentou, neste dia, que a psicologia não era bem aceita na Delegacia por alguns policiais e escrivãs, mas que ela

sempre a considerou indispensável. Quando a pesquisadora tentou contratar as entrevistas com alguns profissionais, percebeu algumas resistências e receio quanto à utilização dos dados. Assim, com alguns profissionais conseguiu a aceitação com mais facilidade e com outros não. Segundo a Delegada estes profissionais eram os mais resistentes à psicologia. No entanto, esta conduta não revelava o caráter da instituição, pois durante as observações naturalísticas e as entrevistas, foi possível perceber o empenho e o interesse da maioria pela causa da mulher espancada. Em relação à Delegada, a pesquisadora ficou muito impressionada com sua postura profissional de valorização da psicologia, sobre sua percepção sobre a violência conjugal e de sua luta por esta causa em que se coloca também como mulher.

Conforme Cecconello e Koller (2004), a proposta bioecológica de investigação deve se sustentar na inserção ecológica do pesquisador no ambiente de pesquisa. Para tal, a teoria ecológica propõe que o delineamento de pesquisa inclua os quatro componentes da inserção: o processo, a pessoa, o contexto e o tempo. Neste trabalho os processos proximais foram compreendido a partir da inserção da pesquisadora no ambiente, através de procedimentos como observação naturalística, conversas informais e entrevistas com os profissionais da Delegacia para a Mulher e também entrevistas com as famílias selecionadas para a pesquisa. Segundo Bronfenbrenner (1979/2002), há cinco critérios que norteiam o processo proximal.

No presente trabalho estes critérios se constituíram da seguinte forma:

- 1) *Para que o processo proximal ocorra é necessário que o pesquisador esteja envolvido em uma atividade interativa com o objeto de estudo:* Para isso as entrevistas com os familiares tiveram a dimensão de terapia breve-focal, possibilitando um contato progressivo numa relação terapêutica. Com os profissionais da Delegacia para a Mulher a interação ocorreu através das observações naturalísticas e das entrevistas sobre a percepção destes profissionais em relação à violência conjugal e o papel da Delegacia no enfrentamento deste tipo de violência.
- 2) *Para ser efetiva a interação deve ocorrer num intervalo regular de tempo, não podendo acontecer em atividades meramente ocasionais:* As observações naturalísticas aconteceram no período de triagem das famílias que participaram da pesquisa, foram vários encontros e conversas informais com os profissionais da Delegacia, além de uma palestra sobre

violência que a pesquisadora ministrou. Num segundo momento, as entrevistas formais foram realizadas e tiveram a duração mínima de uma hora. As entrevistas com os familiares foram realizadas a partir de um contrato terapêutico entre a pesquisadora e as famílias com duração de no máximo 10 encontros de uma hora cada.

3) *As atividades devem ser progressivamente mais complexas:* Para tanto, os encontros com as famílias foram tornando-se extremamente terapêuticos, e na Delegacia para a Mulher, os contatos foram possibilitando uma interação mais transparente. Esta última favoreceu a comunicação e o relato de questões mais críticas como o papel do policial no acolhimento das vítimas de violência conjugal.

4) *Para que os processos proximais sejam efetivos deve haver reciprocidade nas relações interpessoais:* Dessa forma, a entrevistadora interagiu com as famílias através da terapia que possibilitou além da coleta de dados, também o fortalecimento destas famílias diante da violência. E com os profissionais da Delegacia para a Mulher, a pesquisadora compartilhou opiniões, ministrou palestra e conheceu as percepções destes sobre a violência conjugal.

5) *Para que a relação recíproca ocorra, os objetos e símbolos do ambiente imediato devem estimular a atenção, exploração, imaginação e manipulação da pessoa em desenvolvimento:* Nesta pesquisa, os temas abordados nas entrevistas despertaram os interesses dos participantes por estarem relacionados com suas histórias de vida. E com os profissionais da Delegacia para a Mulher os temas abordaram suas percepções e seus posicionamentos diante da violência conjugal.

Os quatro níveis ambientais foram incluídos na análise: o microsistema, o mesossistema, o exossistema e o macrosistema. Ao longo de toda a investigação, diversos processos proximais ocorreram. A pesquisadora, ao interagir com as famílias e a instituição que as acolhe, conseguiu construir um entendimento sobre os fatores de risco e fatores de proteção tão importantes para responder às questões de pesquisa e desenvolver novas hipóteses teóricas. A *pessoa* envolveu a presença física do pesquisador na Delegacia e na relação terapêutica com as famílias. O *contexto* foi analisado através das entrevistas com os profissionais da Delegacia e a partir dos relatos das famílias. Foi atribuída uma atenção especial à percepção das famílias sobre o ambiente em que vivem, pois, de acordo com

Bronfenbrenner (1979/2002), é necessário examinar o ambiente conforme ele é percebido e experienciado pelas pessoas, não somente conforme ele poderia existir na realidade objetiva. Portanto, o ambiente foi percebido e analisado a partir das percepções dos profissionais da Delegacia e também das famílias atendidas. O quarto componente do modelo bioecológico, o *tempo*, permite analisar as múltiplas influências que ocorrem para o desenvolvimento humano ao longo do ciclo vital, sendo analisado através de três níveis: microtempo, mesotempo e macrotempo. O **microtempo** permitiu analisar continuidade e descontinuidade dentro dos episódios de processo proximal através da interação do grupo de profissionais da Delegacia e a clientela atendida e também através da interação mãe x filhos das famílias atendidas. O **mesotempo** refere-se à periodicidade dos episódios de processo proximal através de intervalos de tempo maiores, como dias e semanas. Na Delegacia foi observada a rotina da instituição e com as famílias as mudanças durante o período de terapia que girou em torno de dois meses. O **macrotempo** compreende as expectativas e eventos em mudança dentro da sociedade ampliada, tanto dentro como através das gerações e a forma como estes eventos interferem nos processos e resultados do desenvolvimento humano ao longo do ciclo vital. Na Delegacia focalizaram-se as expectativas e os eventos em mudança, como a troca de prédio e a vinda de mais profissionais e policiais para aumentar o grupo e conseguir responder melhor à demanda da comunidade. Nas famílias se focou as mudanças ocorridas na história de vida após as denúncias de violência conjugal, que gerou um aumento da percepção sobre os prejuízos da violência, tanto para as mães como para os filhos. E sobre seus relatos em relação às crenças e valores familiares.

4.2 Síntese das Entrevistas com os profissionais

A seguir, apresentam-se as principais percepções dos profissionais em relação à violência conjugal e o papel da Delegacia em relação ao enfrentamento da violência. Estas entrevistas não foram identificadas em relação quanto ao profissional participante. Este cuidado foi tomado para não expor os indivíduos.

a) Entrevista 1

A primeira entrevistada está trabalhando na Delegacia desde sua implantação, há dois anos. Considera que a violência conjugal é um modelo aprendido na família e posteriormente repetido, formando um círculo de agressão entre o agressor e a vítima. Alguns fatores

favorecem o aparecimento da violência como o alcoolismo, a falta de dinheiro e a desestrutura familiar. Os casamentos são muito rápidos, os casais pouco se conhecem. Há dificuldades em conviver e aceitar as diferenças na relação conjugal. Também há o fator social do preconceito contra a mulher que apanha do marido, tipo: “*mulher tem que apanhar e apanham porque gostam*”. A sociedade, ao construir o preconceito contra a mulher, torna a violência conjugal algo natural. Essa banalização da violência favorece a crença dos homens de que não serão punidos. Mesmo com a Lei Maria da Penha que pune com prisão o agressor, eles continuam agredindo. A questão está relacionada ao fato de que pagando a fiança são liberados. O policial também é influenciado pelo preconceito e fica estressado com o fato de não dar conta da demanda gerando um sentimento de impotência. Os funcionários da Delegacia ficam contaminados com o sofrimento das vítimas. O policial deveria ter um acompanhamento psicológico para poder lidar melhor com a clientela. O papel do policial, é interromper a violência inibindo-a, muitas vezes faz o papel de um intermediário como um juiz de paz. A ação da polícia promove amparo e segurança à vítima, fortalecendo-a para fazer a denúncia da violência. No geral, considera que a Delegacia está proporcionando mais amparo e segurança à mulher, além de apoio psicológico para fortalecê-las emocionalmente, porque muitas desistem do processo, mesmo na frente do juiz. Muitas vezes desistem pela lentidão do processo.

b) Entrevista 2

Esta entrevistada também está na Delegacia desde sua implantação. Para esta profissional, a questão central da violência conjugal está na frustração das expectativas na relação conjugal. O que inicialmente era uma união afetiva se torna violência. A mulher cria expectativas em relação ao marido de que vai mudar com o tempo. Há elementos essenciais num relacionamento como respeito mútuo, aceitar as dificuldades um do outro e a comunicação. A falta de comunicação entre o casal favorece o aparecimento da violência, além do desemprego e problemas psíquicos que já trazem da infância. Outros fatores geradores de violência é a drogadição, desamor, falta de estrutura familiar, falta de controle de natalidade, falta de educação, descaso do governo.

Existem padrões culturais que determinam a conduta da mulher na sociedade e no casamento, “não vendo com bons olhos” a separação e definindo regras que precisam ser cumpridas, tais como: criada para sofrer, cuidar dos filhos, padecerem no paraíso. A mulher

assume esse lugar de sacrifício pelos filhos e pela família de forma resignada. Portanto, a sociedade não olha para o ser humano que está atrás de cada homem e de cada mulher, e cria padrões e papéis diferentes para cada um. Dessa forma, a mulher acaba assumindo um compromisso maior com os filhos do que o homem e se vendo a principal responsável pelos exemplos dados aos filhos. Em relação aos filhos, a violência causa uma ameaça à construção da personalidade e dos valores morais como pessoa.

Todas as questões culturais e sociais atravessam o processo de violência conjugal e também todas as outras formas de violência. A violência não é um problema em si, origina-se muito na educação das pessoas, pois acredita que o ser humano é violento por natureza, e a sociedade atual consumista estimula a frustração e acaba gerando violência. Outro fator promovedor da violência na sociedade é o próprio sistema social-econômico-político que é falho, não funciona para prevenir nem combater o crime. Pessoas sérias que querem trabalhar acabam sem saber por onde atacar, porque falta estrutura social e governamental, que mostre o caminho e dê uma direção. A questão política acaba atravessando as questões sociais porque estas não dão votos para manter um partido no poder.

Em relação aos fatores que podem ajudar uma mulher a sair da violência, um deles é a auto-estima, pois através do atendimento psicológico essas mulheres podem se fortalecer para enfrentarem toda a violência que virá contra elas quando denunciarem o agressor. A mulher precisa estar preparada para enfrentar a situação porque a vida é dela, e o basta à violência tem que partir dela.

A Delegacia para a mulher tem duas funções a de oferecer suporte e apoio para a vítima de violência e de reprimir o agressor. O trabalho na Delegacia também exige muita tolerância à frustração porque os resultados são poucos.

c) Entrevista 3

Esta profissional também iniciou junto à implantação dos trabalhos na Delegacia. Segundo ela a mulher que não consegue sair em definitivo da violência não tem auto-estima suficiente para isso. A violência conjugal é um processo de vida doentio para estas mulheres. Como é uma situação que faz parte da vida delas precisam de tratamento para sair desta doença. A pessoa precisa resgatar seu eu interior e quando a mulher não consegue sair sozinha da relação violenta precisa de ajuda psicológica. Há fatores que lhe ajudam a enfrentar a violência como o suporte da religião, no entanto, muitas mulheres usam a religião para

justificar a permanência na violência. Através do sofrimento a mulher consegue resgatar a vontade de mudar e de buscar a felicidade, ou seja, aprende com a experiência. No entanto, há fatores que dificultam a saída da violência como a questão financeira e a vergonha em contar para a família sobre a situação que estão vivendo e impedindo também a denúncia da violência. A família extensa precisa ajudar a mulher vítima e não censurá-la. O apoio da família é muito importante, mas não chega a 50% dos casos.

Dificuldade em se manter financeiramente é um fator que favorece a permanência na violência e na grande maioria dos casos o alcoolismo também está associado. Outro fator que mantém o controle do homem sobre a mulher é o machismo, pois eles se acham superiores, não acreditam na lei, já que a impunidade é muito grande. A lei por si só não vai diminuir a violência, é só uma proteção a mais para a mulher. Portanto, entre o homem e a mulher se fecha um ciclo de violência e esta violência surge quando a mulher decide ser menos passiva e mais independente.

A frase que circula na polícia (militar/brigada que faz a abordagem da denúncia) é de que mulher gosta de apanhar. A escuta dessas mulheres já faz diferença para elas, sendo a Delegacia um espaço privilegiado para darem um basta à história de que gostam de apanhar. Portanto, a Delegacia para a mulher favorece o resgate social da imagem da mulher espancada. Além da Delegacia para a Mulher há a assistência social do município, mas ali acaba só em assistencialismo. Seria necessário aumentar os programas de atendimento psicológico à comunidade.

d) Entrevista 4

Iniciou suas atividades na Delegacia seis meses depois das demais. Para ela a maioria das mulheres que fazem a denúncia é de classe média baixa e na maioria das vezes tem o objetivo de dar um susto no marido. Elas não levam adiante o processo e essa atitude ao desistirem dá a idéia de que gostam de apanhar. Algumas mulheres se sujeitam em função do financeiro. É muito importante o apoio da família de origem, mas às vezes eles estão muito longe no interior e voltar significa passar por mais dificuldades. A criança exposta à violência como vítima direta ou indireta levará para sua vida esse modelo interacional vivido na família de origem. Outro fator importante é a falta de amor próprio da mãe agredida, que dificulta a proteção aos filhos. Nessas famílias existe um modelo que é repetido porque os filhos ao assistirem o pai bater na mãe acham que isso é normal. No entanto, é uma doença que envolve

o poder do homem sobre a mulher no qual ele cria as regras. O desejo pelo controle e o poder é um grande fator da violência do homem contra a mulher. O alcoolismo é também um fator que se manifesta na maioria dos casos, mas o desejo de controle e de poder sobre a mulher é visto como uma doença, que nem sempre está associado com o alcoolismo.

Depois que a Delegacia para a Mulher foi implantada observou-se uma maior procura da mulher de seu espaço, porque ela se sente mais protegida. Portanto, a Delegacia está fazendo a diferença. Entretanto, seria necessário maior suporte social para as mulheres, como uma casa de passagem, que além de fornecer proteção poderia fornecer cursos, oficinas que as ajudassem a ganhar uma renda e prepará-las para o trabalho.

A Delegacia é uma boa aquisição para a sociedade e a Delegada é muito requisitada nos eventos da cidade e em palestras. Porém, mas ainda falta mais envolvimento e interesse por parte do policial, pois as ocorrências são preenchidas faltando dados importantes para dar maior suporte à mulher. Falta também orientação no plantão para que elas dêem continuidade ao processo e falta uma maior percepção para identificar os casos mais graves. O policial mostra pouco interesse em ajudar a vítima de violência. Eles precisam de uma capacitação, mas são muito orgulhosos para admitirem isso. Já a policial mulher parece mais interessada nos casos dando as informações necessárias para que a vítima encaminhe o processo corretamente. Mas como é algo novo, a Delegacia para a Mulher, com o tempo, se estruturará melhor e o policial terá adquirido um olhar diferente para atender as vítimas de violência doméstica. Os próprios profissionais da Delegacia não conversam entre si sobre os casos de violência atendidos. Mas acredita que o policial deveria aprender no curso de formação a ouvir os colegas e discutir as questões pertinentes, mas eles não dão valor para isso, acham bobagem. Está na estrutura do policial não haver troca entre o grupo, porque são muito individualistas.

4.3 - Análise das Entrevistas

A partir das entrevistas foram identificados os principais fatores de proteção e de risco associados pelos profissionais aos casos de violência conjugal. Além disto, estes aspectos foram categorizados por níveis de sistema ecológico, conforme o contexto situacional do fator descrito. No quadro abaixo seguem a análise das narrativas, segundo o roteiro de Flick (2004).

Tabela 2-

Análise das Narrativas

Sistemas Ecológicos	Fatores de Proteção	Fatores de Risco
Microssistema	<p>- <i>Características positivas da relação conjugal</i>: respeito mútuo, aceitar as dificuldades e comunicação. Auto-estima da mulher - o basta à violência tem que partir dela mesma.</p> <p>- <i>Capacidade de aprender com a experiência</i>: o sofrimento gera experiência e motivação para sair da situação.</p> <p>- <i>Apoio familiar</i>: muito importante, para a mulher ser menos passiva.</p>	<p>- <i>Círculo da violência (transgeracionalidade)</i>: A violência conjugal como modelo aprendido na família, círculo de agressão entre o agressor e a vítima.</p> <p>- <i>Dificuldades maternas</i>: Falta de amor próprio da mãe, dificuldades na proteção aos filhos, vergonha de solicitar auxílio. Problemas familiares de alcoolismo e problemas psíquicos.</p> <p>- <i>funcionamento familiar</i>: casamentos rápidos; frustração, dificuldade em conviver e aceitar as diferenças na relação conjugal.</p>
Mesosistema e Exossistema	<p>- <i>Treinamento e acompanhamento do policial</i>: A ação da polícia interrompe a violência, promove segurança à vítima fortalecendo-a para fazer a denúncia.</p> <p>- <i>Papel da Delegacia</i>: A Delegacia proporciona amparo à mulher, apoio psicológico para a vítima e reprime o agressor.</p> <p>- <i>Suporte da religião</i>.</p>	<p>- <i>Dificuldades do policial</i>: Preconceito do policial que mulher gosta de apanhar, sem envolvimento e interesse, falta de preparo técnico dos profissionais.</p> <p>- <i>Demanda intensa no serviço</i>: Os funcionários da Delegacia ficam contaminados com o sofrimento das vítimas</p> <p>- <i>Lentidão do processo</i>: Muitas mulheres desistem do processo por causa da lentidão do processo.</p>

	<p>- <i>Suporte da Assistência social do município:</i> Atendimento psicológico à comunidade, casa de passagem e cursos .</p>	
Macrossistema	<p>- <i>Leis municipais, estaduais e federais:</i> A lei Maria da Penha é uma proteção a mais para a mulher.</p>	<p>- <i>Crenças culturais:</i> O preconceito contra a mulher (mulher gosta de apanhar), a banalização da violência; crença dos homens de que não serão punidos; padrões culturais que consideram que a mulher foi criada para sofrer, cuidar dos filhos, padecer no paraíso.</p> <p>- <i>Situação social:</i> A falta de emprego/dinheiro, controle de natalidade, educação e descaso do governo</p> <p>- <i>Violência estrutural:</i> A sociedade atual consumista gera frustração e violência, próprio sistema social-econômico-político falho, a impunidade. A lei por si só não vai diminuir a violência.</p>

4.4 Síntese Interpretativa da Inserção Ecológica

Microsistema

Fatores de Risco

Observa-se nas narrativas dos profissionais da Delegacia para a Mulher que um dos fatores que mantém a violência conjugal é o processo de violência interacional e intergeracional destas famílias, construído na relação familiar e repetido na escolha do parceiro. Segundo Ostry (1995) a violência é um modelo interacional que se repete através de várias gerações da constelação familiar do agressor. Na relação conjugal se evidencia o processo de transmissão multigeracional, um mecanismo que pode interferir na relação do

casal e está relacionado às experiências vividas dentro da família de origem. No entanto, esta violência é vista como uma doença em que ambos os cônjuges estão envolvidos, cada um com um papel específico a desempenhar. Já os autores Lundy Bancroft e Jay Silverman (2002), porém, referem que os espancadores não têm doença mental, nem depressão e tradicionalmente a psicoterapia é raramente efetiva. Tipicamente aparentam normalidade nos testes psicológicos e poucos deles são sociopatas, são simplesmente maus e abusam com propósito e intencionalidade. O homem traz um desejo grande de controle e poder sobre a mulher a quem ele vê como inferior e que lhe deve obediência, pois este abuso de poder e controle o motivam à violência (Walker, 2006).

Fatores de proteção

Em relação aos fatores que podem favorecer a saída da violência conjugal está a característica da relação conjugal como o respeito mútuo, aceitar as dificuldades um do outro e a comunicação na relação do casal. O enfrentamento da violência pela mulher aumenta sua auto-estima, pois o basta à violência tem que partir dela, que pode aprender com a experiência do sofrimento a resgatar a vontade de mudar e de buscar a felicidade. O apoio da família de origem é muito importante, pois além de promover suporte e proteção também favorece uma atitude menos passiva e mais independente desta mulher em relação ao parceiro.

Mesosistema e Exossistema

Fatores de risco

Entre os aspectos considerados negativos está a dificuldade do policial, como a falta de mais envolvimento e interesse pelos casos de violência à mulher, pois estes policiais também se influenciam pelo preconceito de que a mulher gosta de apanhar. Trabalham de forma muito individualista e falta preparo técnico para estes profissionais realizarem um trabalho mais consistente. Outro fator é a demanda intensa no serviço o que favorece o sentimento de impotência, além do envolvimento com o sofrimento das vítimas. A lentidão do processo também é um fator gerador de estresse, pois muitas mulheres desistem em função da demora para as audiências.

Fatores de proteção

Indicado como um fator importante no enfrentamento da violência - o treinamento e o acompanhamento psicológico do policial. A ação da polícia promove amparo e segurança à vítima a fortalecendo para fazer a denúncia da violência. Dessa forma, a delegacia proporciona mais amparo e segurança à mulher, além de apoio psicológico. Assim, a delegacia possui duas funções, a de oferecer suporte e apoio à vítima de violência, como

reprimir o agressor. Este apoio e suporte social que a Delegacia para a Mulher tem proporcionado à vítima de violência têm demarcado um novo espaço para a mulher na sociedade. Outro fator identificado como promovedor de suporte é a religião, pois através dela a vítima pode se fortalecer para enfrentar a violência. Em relação ao suporte da Assistência Social do município, esta precisa aumentar os programas de atendimento psicológico à comunidade, bem como criar uma casa de passagem que fornecesse cursos e oficinas, dessa forma, preparando-as para o mercado de trabalho.

Macrossistema

Fatores de risco

Outro fator importante na compreensão do fenômeno da violência é a sociedade, que contribui fortemente para que a violência conjugal se mantenha, pois além de definir papéis e regras para o homem e a mulher, também tolera a crença da superioridade masculina. Segundo Lenore Walker (2006), a teoria ecológica incorpora o trauma da violência conjugal a outros fatores situacionais, que incluem uma estrutura de sociedade ainda patriarcal que tolera e facilita a violência do homem contra a mulher. Para os profissionais da Delegacia o preconceito criado pela sociedade em relação à mulher que apanha do marido dificulta o enfrentamento por parte da vítima e também inibe a ação do policial.

Citando em específico a sociedade atual consumista e mantenedora de padrões de comportamento muito competitivos de gênero, raça e ideologias, que gera conflitos de âmbito individual e social, no Brasil estas questões se intensificam em função da percepção de impunidade. Esta tem se caracterizado como um processo social que suscita a descrença no poder público e governamental, o que tem favorecido a manutenção da violência, entre elas a conjugal.

A violência de um modo em geral, é encarada por alguns profissionais da Delegacia para a Mulher como fazendo parte do ser humano. Segundo Minayo (1984), a violência tem estado presente em toda a história da humanidade. Este fenômeno vem sendo estudado há muito tempo, pois é uma preocupação entender a essência da violência. Embora não faça parte da natureza humana e tampouco tenha raízes biológicas, a violência, faz parte da própria condição do ser, como um complexo e dinâmico fenômeno biopsicossocial, que se gera e se desenvolve na vida em sociedade.

Ainda em Minayo (1994), um dos fenômenos sociais é a **violência estrutural**, entendida como aquela que se aplica tanto às estruturas organizadas e institucionalizadas da família como aos sistemas econômicos, culturais e políticos que conduzem à opressão de grupos, classes, nações e indivíduos, impedindo-lhes de alcançar conquistas sociais e assim tornando-os vulneráveis ao sofrimento e a morte, bem como os fazendo aceitar ou a infligir sofrimentos de uma forma naturalizada. Portanto, pode-se dizer que o desemprego, a pobreza e a impunidade são fenômenos sociais que geram e mantêm a violência da sociedade sobre o indivíduo, família, grupos e comunidades.

Fatores de proteção

A Lei Maria da Penha veio dar mais visibilidade a questão da violência à mulher com a prisão do agressor, embora não resolva a questão da violência, mas já retrata um posicionamento social frente a ela. Outro fator seria o aperfeiçoamento do policial para o enfrentamento da violência conjugal e a criação de abrigos que oferecessem oficinas para capacitar as mulheres ao mercado de trabalho.

Comentário da pesquisadora sobre as percepções dos profissionais que atendem as mulheres vítimas de violência conjugal na Delegacia para a Mulher:

A violência conjugal é compreendida pelos profissionais da delegacia como alicerçada em aspectos individuais, familiares (transgeracionais), sociais e culturais. Neste sentido, a violência é narrada como resultando de diversos aspectos associados ao fenômeno, indicando que estes profissionais têm uma visão ampla desta questão. Mesmo assim, deve ser ressaltado que há certa especificidade em cada fala dos entrevistados, isto é, cada profissional contribuiu com sua percepção particular na compreensão do fenômeno.

Pode-se afirmar que são otimistas as mudanças que poderão ser construídas através do trabalho da Delegacia para a Mulher a favor de um novo espaço social para as mulheres, pois se percebe o empenho destas profissionais em lutar pela causa mostrando um discurso crítico e proativo, com sugestões importantes como a casa de passagem com cursos e oficinas que promoveriam uma maior autonomia e independência financeira para as mulheres. Também causou surpresa a crítica quanto à postura do policial que faz a primeira escuta da denúncia de violência, pois além da crítica, os profissionais apontaram alternativas possíveis de serem realizadas que resultariam em um maior enfrentamento da violência à mulher. Estas profissionais possuem uma crítica muito importante em relação à sociedade que mantém a

violência através de preconceitos, padrões de gênero predeterminados com regras rígidas para a mulher, que de certa forma tolera a violência do homem contra elas. Concluindo, é possível se observar um grupo de profissionais muito conscientes do lugar da violência e do papel da mulher neste contexto. Com certeza fazem parte de um movimento social que para muitos ainda pode passar despercebido, mas que já acontece na Delegacia para a Mulher e no discurso de outros profissionais (deputados) que lutam por uma sociedade mais justa para todos os cidadãos brasileiros.

4.5 Famílias e violência

Nesta pesquisa, embora a inserção do pesquisador não se dê necessariamente no ambiente imediato de vida da família, o encontro com seu objeto de estudo se deu através da intervenção terapêutica. E é justamente na relação terapêutica, através da disponibilidade, empatia e entendimento dos significados atribuídos pela família aos eventos de suas vidas que o terapeuta constrói os processos proximais e o entendimento destes na história de vida das famílias. As famílias participantes desta pesquisa foram identificadas a partir de contato estabelecido na Delegacia da Mulher em um município da região metropolitana de Porto Alegre/RS. Foram escolhidas duas famílias com configuração monoparental que correspondiam aos critérios adotados para a seleção, os quais foram a faixa etária dos filhos de até 12 anos, a situação familiar de violência conjugal e finalmente os aceites na participação do processo terapêutico. Os dois casos eram de mulheres que haviam solicitado atendimento para tratar de questões relativas às agressões do cônjuge e encontravam-se em processo de separação conjugal. A primeira família pesquisada foi a de Lílian (29) e Beatriz (9). O primeiro contato com Lílian se deu na própria Delegacia, durante a triagem das famílias para a pesquisa. Lílian estava na Delegacia fazendo uma ocorrência contra o sogro por ameaça de agressão física. Este episódio estava relacionado ao fato de Lílian ter encaminhado ao judiciário queixa quanto ao não pagamento da pensão alimentícia da filha, o que resultou na prisão do ex-marido. A segunda família pesquisada foi de Rosângela (28) e seus três filhos, Rodolfo (11), Elvis (10) e Elisa (6). Meu primeiro contato com ela foi por telefone, sendo que a psicóloga da Delegacia intermediou o encaminhamento. Rosângela estava vivendo sob forte impacto emocional, pois a separação do marido Hamilton (35) era recente e ele a ameaçava de morte. O marido tinha sido preso em flagrante pela polícia que fora acionada pela vizinha que

denunciara o espancamento que Rosângela estava sendo vítima. Foram realizadas seis sessões psicoterapêuticas com a primeira família e sete sessões com a segunda.

Família 1-Lílian e Beatriz

Lílian (29) e Beatriz (9)

a) Síntese da história

Lílian (29) e Alan (28)¹ viveram juntos em torno de seis anos. Desta união nasceu Beatriz, atualmente com nove anos de idade. Quando a menina tinha três anos, o pai se envolveu com uma amiga do casal com quem teve um filho, hoje com quatro anos. Alan sempre teve envolvimento sexual fora do casamento. Moravam em uma casa construída no terreno dos pais de Alan, no caso, nos fundos da casa dos sogros. Neste período, a violência física do marido para com a esposa foi aumentando aos poucos, pois segundo Lílian, ele não aceitava que ela o criticasse por nada, tornando-se agressivo, impulsivo, e logo, respondendo com tapas. Após as brigas, o marido pedia desculpas e prometia nunca mais repetir o acontecido, mas as promessas não se cumpriam. Toda a violência física sofrida por Lílian era assistida por Beatriz que tinha medo que o pai agredisse a mãe. Entretanto, com a menina nunca houve agressão e segundo Lílian ele tratava Beatriz como uma princesinha, sempre atencioso e amoroso. A menina gosta muito do pai, mas entende que a mãe era triste e sofria porque ele batia nela. A violência na relação começou aos poucos e foi se firmando cada vez mais conforme o marido se envolvia com outras mulheres. Agressões físicas e discussões eram frequentes e sempre na frente da filha. Lílian teve o nariz quebrado em uma das brigas do casal. Segundo Lílian o marido não aceitava crítica alguma e dificilmente eles conversavam calmamente. O próprio cunhado chegou a agredi-la certa vez. Os sogros nunca a apoiaram e, portanto, o filho sempre manteve o comportamento agressivo na relação. Lílian relata que a sogra vive uma história de violência psicológica porque o sogro sempre teve relacionamentos extraconjugais.

O fator desencadeante da separação foi o envolvimento do ex-marido com outra mulher. Ele ficava dias fora de casa e, portanto, Lílian decidiu que não queria mais viver o relacionamento conjugal daquela forma. Após a separação, Alan não apareceu mais para ver a filha e isso deixava a menina muito triste. Lílian acionou o marido na justiça por falta de pagamento de pensão alimentícia e ele acabou preso, fato que deixou os pais dele furiosos a

¹ Os nomes mencionados são fictícios.

ponto de ameaçá-la de agressão caso voltasse para a casa. Lílian foi até a polícia para registrar a ameaça de agressão por parte dos sogros. A psicóloga local indicou terapia que ela aceitou prontamente.

A família de origem de Lílian não aceitava a forma como ela vivia: com violência e traição e lhe dava apoio para que saísse do relacionamento conjugal. Especialmente a irmã mais velha de Lílian, que após a morte da mãe assume este lugar de cuidadora da irmã. Esta irmã tem sido uma base segura para Lílian, sendo quem mais lhe ajuda com conselhos e com recursos financeiros também. Após a separação, Lílian busca ajuda espiritual para enfrentar o sofrimento, sendo a irmã a pessoa que a leva até a igreja e que está sempre ao seu lado.

Lílian tinha dezessete anos quando a mãe morreu. São ao todo (8) oito irmãos na família e Lílian é a quinta filha. O pai antes de casar com sua mãe já tinha três filhos de outra relação. No entanto, esta relação foi mantida em segredo pelo pai. A história veio à tona porque a ex-mulher apareceu com os três filhos e os deixou na porta da casa do ex-marido. Estas crianças foram criadas pela mãe do pai. O casal acaba se separando e a mãe de Lílian se envolve com outro homem, vindo a engravidar. Este homem é o pai biológico de Lílian. Entretanto, o casal não fica junto, pois este homem era casado. O segredo sobre o pai biológico de Lílian foi mantido até a morte da mãe. Revelado por uma tia, somente a própria Lílian e uma de suas irmãs têm conhecimento do fato. Portanto, estes fatos são padrões relacionais de segredos familiares, que acabam tornando-se conflitos graves e com conseqüências sérias para todos os envolvidos.

4.6 Análise das narrativas - Caso Lílian-Beatriz

A análise das entrevistas é apresentada a seguir considerando os fatores de risco e de proteção identificados nas narrativas e categorizados segundo os domínios de Walsh (1998/2005), respectivamente o Sistema de Crenças, Padrão de Organização e Processos de Comunicação e contextualizada nos sistemas bioecológicos. A análise das entrevistas segue o método das narrativas do roteiro de Flick (2004).

Sistema de crenças da família

No domínio, *Sistema de Crenças da Família* estão incluídos os aspectos relativos à capacidade de atribuir sentido à adversidade, perspectiva positiva, transcendência e espiritualidade. Estes foram analisados em relação ao Eu ecológico, Microsistema,

Mesosistema, Exossistema e Macrossistema familiar. O quadro abaixo contém a síntese das principais características dos fatores de proteção e de risco identificados nas narrativas.

Tabela 3 –

Sistema de crenças da família

Sistema de crenças	Fatores de proteção	Fatores de risco
Atribuir sentido à adversidade	<p>Busca por mudança, compartilhamento da crise e afetividade com família de origem.</p> <p>Reconhecimento da violência como prejudicial e discriminação da situação que está vivendo.</p> <p>Escolhas segundo referencial interno de valores.</p> <p>Responsabilidade da mãe e lealdade da filha. Gradual melhora senso de coerência e propósitos de vida.</p> <p>Sentido à adversidade associando com aprendizado.</p>	<p>Não era protagonista de sua história de vida.</p> <p>Senso de coerência alienado, paralisado, sem reconhecer papel da violência para a filha.</p> <p>Falta de discriminação do papel mãe-filha.</p> <p>Reações de depressão e ansiedade da mãe e da filha.</p> <p>Atitude de passividade frente à violência.</p>
Perspectiva Positiva	<p>Perseverança e esperança na luta por seus direitos.</p> <p>Fortalecimento para enfrentar os problemas. Força e potencial nos aspectos cognitivos e de temperamento.</p>	<p>Dificuldades de manutenção de uma perspectiva saudável de vida durante o casamento e nos períodos de crise em função do processo judicial.</p>
Transcendência e espiritualidade	<p>Busca de força através da fé.</p> <p>Sistema de crença da família de origem: proteção, afeto, união.</p> <p>Valorização da instituição familiar.</p> <p>Culturalmente a sociedade não aceita a violência.</p>	<p>Família do marido: a violência é um modelo interacional, o homem é superior à mulher, detentor do poder. A mulher é responsável pela manutenção do casamento.</p> <p>Infidelidade: família de origem e na própria. Segredos Familiares.</p>

Fatores de Proteção

Eu ecológico

Observa-se no relato que Lílian teve um processo longo de amadurecimento da decisão de romper o casamento e de enfrentar a violência. Os aspectos identificados por ela como favoráveis a sua recuperação foram o apoio familiar, principalmente os irmãos, a religiosidade e características pessoais de comunicabilidade, sensibilidade, empatia e clareza na identificação de seus problemas. O desejo de atribuir um sentido positivo a sua vida revelou seus valores e aquilo pelo qual ela acreditava e foi fundamental para a decisão de Lílian de não permanecer numa história de opressão e sofrimento. Resgatou seus valores e assumiu novos propósitos para sua vida, especialmente, quando percebeu o sofrimento da própria filha, resultado da exposição à violência que foi vivenciada, marcando de forma muito profunda o sentido de vida de Lílian. Este aumento da percepção se deu através da interferência da família de origem de Lílian, que apontou sua vulnerabilidade diante das histórias de violência em que ela e a filha estavam vivenciando. Portanto, através da amizade dos irmãos, em especial da irmã mais velha, Lílian acabou melhorando seu senso de coerência e o propósito para a sua vida. Segundo Walsh (2005), as crises podem acionar mudanças que embora dolorosas ofereçam oportunidades de crescimento e transformação, pois possibilitam reavaliações sobre o mundo e o lugar da pessoa neste contexto social.

Na história de Lílian e Beatriz, algumas características disposicionais favoreceram decisões que resultaram em outras escolhas baseadas no referencial interno de valores. As características de Beatriz, tais como auto-estima positiva, inteligência acima da média e temperamento fácil e dócil favoreceram seu aproveitamento escolar de forma a não se prejudicar, apesar da exposição à violência do pai contra a mãe. “Aprendizagem...nenhuma dificuldade graças a Deus, mas aquele lado emocional dela, que afetava”.

Ao longo da história de violência, ambas foram aprendendo a compartilhar a dor e sofrimento. Esta experiência ensinou-as a atribuir sentido à vida de forma a fazer novas escolhas, além de promover a responsabilidade e a lealdade entre ambas. Segundo Whitaker e Keith (1981), a responsabilidade e o compromisso mútuo estimulam as relações familiares em direção de um senso de inteireza que permite resistir ao estresse e a desorganização. O desejo de atribuir um sentido positivo a sua vida revelou seus valores e aquilo pelo qual ela acreditava sendo fundamental para a decisão de Lílian de não permanecer em uma história de

opressão e sofrimento. Percebe-se também que tanto a mãe quanto a filha conseguiram atribuir significado ao sofrimento e que juntas estão enfrentando e superando o conflito. Ainda em Walsh (2005, p. 66) “as famílias precisam de um sistema de valores e crenças que transcenda os limites da sua experiência e do seu conhecimento, permitindo encarar a realidade que pode ser ameaçadora e dolorosa, sob uma perspectiva que extraia algum sentido dos eventos e permita a esperança”.

Lílian desenvolveu uma percepção de aprendizado pela experiência: *“que a vida é uma escola e eu aprendi muito, claro que não foi na base do amor, foi na base digamos assim, da pancada mesmo que eu amadureci”*. Antes qualquer coisinha eu chorava, não tinha ação, eu tinha medo de tudo, eu só chorava, então não passava segurança, agora não. *“Eu acho que de tanto que eu levei pancada, que eu me fortaleci, mas eu era bem frágil mesmo”*. Por que Lílian consegue extrair sentido da adversidade associando com aprendizado? As experiências adversas apesar de causarem sofrimento, ensinaram-na a olhar para a dor e para seus valores, os quais ela passou a valorizar porque voltou a vê-los na sua vida. Outro fator importante é Lílian reconhecer a importância do lugar da violência como prejudicial à filha (empatia da mãe). *“O que mais pesou para minha filha foram as agressões do pai dela para comigo, que ela tinha medo que a qualquer momento eu ia apanhar”*. Lílian desenvolve uma crítica sobre a forma como a violência acabou prejudicando-as, *“minha mãe sempre falava, que “a gente é o espelho dos filhos da gente” e se a minha filha crescesse vendo o pai dela sempre me agredindo, qual era o futuro da minha filha, eu pensava”*. Que espécie de vida que eu vou dar pra minha filha? Tanto que as minhas irmãs sempre falavam: - *“Lílian, que vida tu queres pra ti, uma vida com um homem te agredindo a vida inteira, a tua filha vendo isso, tu não está vendo que ela está passando por um monte de problemas? Ela está com depressão...”*. Para Walsh (2005, p. 53), “o senso de coerência está relacionado com o que é significativo, incluindo os sentimentos existenciais de integração social e propósito na vida, em oposição a um senso de alienação, desvio ou paralisação”. A religiosidade também se mostrou importante para a saída do sofrimento e da depressão. Através da espiritualidade buscou consolo e conforto para aceitar eventos que não podiam ser modificados, mas encarados de outra forma. *“Quando eu comecei sabe, a freqüentar a igreja, eu fui procurar uma coisa assim, que me preenchia sabe, aquele vazio que eu tava sentindo”*. Segundo Walsh (2005), a espiritualidade engloba valores internos que levam a um senso de significado interior que se conecta com os outros.

Microsistema familiar

A presença da família de origem na vida de Lílian e Beatriz através do apoio dos irmãos e do pai foi um fator muito relevante para a saída da história de violência, promovendo uma estabilidade emocional para ambas. Este apoio da família de origem é marcado por sentimentos de afeto e carinho muito intensos entre seus membros, em especial, a irmã mais velha, que sempre desempenhou um papel muito importante na vida de Lílian e Beatriz. É possível identificar que na história familiar o afeto é um sentimento transgeracional que permite transcender a dor, como se percebe no relato de Lílian em relação aos sentimentos do pai para com ela. Embora o pai nunca tenha dito nada referente ao fato dela não ser sua filha biológica, Lílian tem a impressão de que ele sabia. *“Mas pra ti ver que ele tinha amor e tinha coração, ele nunca falou nada. Eu tenho certeza que ele sabia, mas não queria me contar”*. Outro fato diz respeito à mãe de Lílian, a qual ela tem em grande consideração sempre a colocando como alguém muito especial em sua vida, mesmo depois de saber que a mãe tivera um caso com outro homem e que ela era fruto deste relacionamento. Lílian descreve a mãe como alguém que sacrificou sua felicidade amorosa pela família, porque seria seu bem maior. Segundo Walsh (2005, p.69) “o cuidado e a preocupação com os outros tanto nos sustenta quanto dá significado às nossas vidas”.

Observa-se que no modelo relacional da família de origem de Lílian, há fatores protetores como o compartilhamento dos problemas, bem como carinho e afeto que promoveram sua auto-estima e sentimentos de se proteger contra ofensivas e não se deixar iludir e muito menos ter dúvidas quanto às suas escolhas. Ela conseguiu resgatar seus valores e assumir novos propósitos para sua vida, especialmente, quando percebe o sofrimento da própria filha, resultado da exposição à violência que foi vivenciada, marcando de forma muito profunda o sentido de vida de Lílian. *“Então foi esse tipo de vida que eu não quis pra mim, o que eu não quero pra mim eu também não quero para minha filha, como eu vou mostrar tudo de bom para ela, se eu vivo num relacionamento onde meu marido me espanca dia e noite, que eu vivo com a cara roxa, que eu já fui ao hospital com o nariz quebrado, que eu já passei tanta humilhação, que chegou uma hora que eu disse – eu não quero mais, se tu me perguntar se eu gostava dele, demais, mas não dá. Como eu ia continuar vivendo, ou eu me amava, ou não me amava”*. Observa-se a retomada da auto-estima promovendo o desejo de mudança em sua vida..

Macrossistema

As crenças, a cultura e os valores da família de origem de Lílian aparecem nitidamente em seu relato da história familiar: *“os pais são como espelho para os filhos; aprendi que por mais que doa tem que dizer a verdade; se minha mãe estivesse viva, ela veria isso e ela não teria nada de orgulho de mim”*. Lílian se refere ao fato de que, provavelmente, a mãe não aceitaria vê-la vivendo uma história de violência e sofrimento. No entanto, esta questão também é dúbia, pois a mãe escondeu da filha a verdade sobre sua paternidade.

Fatores de Risco

Eu ecológico

Durante o convívio com o marido mostrava-se submissa e passiva diante da violência a qual era submetida e também não via as necessidades da filha. *“Só que eu era muito imatura, acho que era muito burra naquela época, sabe”*. *“Tudo eu aceitava, tudo eu dizia sim, tudo eu dizia amém, pra mim tudo estava bom, eu não sabia qual era as minhas vontades, as minhas opiniões”*. Portanto, percebe-se que Lílian não era protagonista de sua história de vida e tão pouco assumia a autoria, se deixando conduzir pelo marido. Não enxergando o sofrimento da filha e o que a violência causava para ambas, permitiu que o processo se mantivesse por mais tempo. *“Eu te confesso que naquele momento, eu não falava nada para ela, porque eu só pensava em mim... minha vida era só chorar... e nesse momento eu não enxergava nada, só eu... só depois eu percebi que ela precisava de ajuda”*. Para Ravazzola (1999, p. 96) a pessoa abusada reforça as condutas do abusador, porque *“não vê que não vê seu próprio sofrimento, a injustiça de sua própria situação, o perigo que corre sua saúde e sua vida, tão pouco, sua capacidade de reação e seu direito a defender-se (duplo cego)”*. Outra questão crítica no relacionamento mãe-filha é a falta de discriminação do papel entre elas, onde a relação assume a característica de irmãs, pois a mãe compartilha tudo com a filha a expondo muito aos problemas. *“A Beatriz sabe de tudo, eu não escondo nada dela”*.

Microssistema familiar

Percebem-se no padrão de funcionamento da família do marido algumas crenças que favorecem o aparecimento e perpetuação da violência nas relações. Algumas dessas crenças dizem respeito ao lugar da mulher na relação, passiva, inferior ao homem, o qual é detentor do controle e autoridade sobre a esposa e filhos. Segundo os autores Bancroft e Silverman (2002), o abusador acredita que o cônjuge e seus filhos é sua propriedade. A família deveria

se envolver em torno dele. O abusador com frequência confunde abuso com amor, pois vê seus atos abusivos como prova de amor. Muitos espancadores são vistos pelo público em geral como bons, e geralmente, tentam enrolar os profissionais. Acrescentam que o abusador abusa com propósito, eles sabem o que estão fazendo e fazem intencionalmente, e muitos, são simplesmente maus, não são doentes e nem depressivos e não são confiáveis.

Walker (2006) salienta que o abuso de poder e controle estimulam o abusador. Lílian relata como o ex-marido repetia o padrão de violência, *“ele vinha e pedia perdão e dizia que não ia mais fazer, que sabia que estava errado, mas era uma coisa que ele não conseguia controlar e quando via estava me agredindo de novo”*. Em relação à Beatriz (filha), o pai não se preocupava em poupá-la da exposição à violência. Depois da separação continuou expondo a filha, portanto, sendo negligente com os sentimentos e necessidades da menina. Quando ainda casados, o ex-marido levava a menina junto com ele em encontros com outras mulheres. Portanto, o pai sempre manteve uma conduta abusiva diante da filha, sem se preocupar com as conseqüências emocionais desta exposição para ela.

A violência é um modelo interacional da família de origem do marido. Lílian relata como a sogra sofre calada com a violência psicológica do marido (sogra). Segundo Ostyn (1995), a violência é um modelo interacional que se repete através de várias gerações da constelação familiar do agressor. Na relação conjugal se evidencia o processo de transmissão multigeracional, um mecanismo que pode interferir na relação do casal e estão relacionados às experiências vividas dentro da família de origem. Lílian questiona se isso é felicidade, e refere que para ela segurança financeira não compra a felicidade, nem o amor e o respeito. Comentários de pessoas de fora da família de origem de Lílian e da própria ex-sogra de que ela não soubera segurar o marido ou que não fora competente para isso, exemplifica as crenças sociais sobre a responsabilidade, regras e papéis da mulher na manutenção do casamento. Também se observa como a infidelidade é um processo relacional que se repete nas famílias, tanto de Lílian como de Alan e que novamente é vivenciado na história atual.

Os segredos familiares aparecem nesta família promovendo a violência psicológica, pois o pai de Lílian já tinha uma família antes de casar com sua mãe, e a descoberta acarretou um grande conflito conjugal e familiar levando à separação do casal. A partir deste evento da separação, a mãe engravida de outro homem, o qual seria o pai biológico de Lílian, e este fato fica em segredo até a morte da mãe. Assunto nunca conversado em família e, portanto, Lílian nunca soube se o pai sabia da verdade. Segundo Imber-Black (2002, p. 21), *“os segredos são*

fenômenos sistêmicos, e estão ligados ao relacionamento, moldam as díades, formam triângulos, aliança encoberta, calibrando a intimidade e o distanciamento nos relacionamentos”.

Padrão de Organização da Família

No domínio, *Padrão de Organização da Família* estão incluídos aspectos relativos à capacidade de flexibilidade, conexão e recursos sociais e econômicos. Estes aspectos foram analisados em relação ao Eu ecológico, Microsistema, Mesossistema, Exossistema e Macrossistema familiar, considerando os fatores de proteção e de risco. O quadro abaixo contém a síntese das principais características dos fatores de proteção e de risco identificados nas narrativas.

Tabela 4

Padrão de organização da família

Padrão Organizacional	Fatores de proteção	Fatores de risco
Flexibilidade	Mãe encoraja, acolhe os sentimentos da filha e reconhece seus méritos. O respeito do pai de Lílian pela sua escolha de permanecer na relação conjugal.	Atitude de passividade de Lílian diante da violência. Falta de controle sobre eventos estressores. Regras rígidas e inalteráveis Mulheres desvalorizadas, padrão familiar de promiscuidade sem compromisso com vínculo.
Conexão	A coesão da família de origem, o compartilhar dos problemas.	Pouca diferenciação dos limites geracionais e sem proteção às fronteiras do casal.
Recursos sociais e econômicos	Apoio da escola e da igreja. Disponibilidade da terapia. Apoio financeiro dos irmãos	Família do marido: não há respeito pelas diferenças, as regras são rígidas, punitivas e coercitivas. Pai expõe a filha à violência, negligente com suas necessidades físicas, emocionais e psicológicas. Falta de apoio da família do marido.

Fatores de Proteção

Eu ecológico

Mãe encoraja e acolhe os sentimentos da filha e reconhece seus méritos. “*Consolar ela, acalmar e dizer que eu estava ali do lado dela, que não precisava ter medo de nada*”. “*Todas as respostas dela me surpreendiam bastante sabe, por que bem madura, parecia uma menina de quinze anos falando*”. “*Da aprendizagem ela não teve, nunca teve nenhuma dificuldade graças a Deus, mas aquele lado emocional dela que afetava*”. Beatriz também melhorou seu entendimento sobre a violência e porque a mãe se separou do pai, “*porque ela sofria muito*”. Confirma o medo que tinha dele machucar a mãe e identifica o que está ajudando-a a melhorar, “*minha mãe que conversa comigo*”. Segundo Walsh (2005) as famílias possibilitam um amplo contexto de aprendizagens essenciais para o desenvolvimento de seus membros, onde os pais encorajam o sucesso das crianças e os recompensam com atenção, aprovação e reconhecimento. Observa-se nas atitudes de Lílian que ela foi promotora das competências da filha.

Microsistema familiar

A coesão da família de origem e o compartilhar dos problemas têm se mostrado grandes suportes para Lílian e Beatriz conseguirem enfrentar as dificuldades. “*Meus irmãos todos me apóiam, já saí de sacola de roupa, sempre me ampararam, sempre disseram que era pra eu largar essa vida. O meu pai e minha mãe já morreram, mas não era esse tipo de vida que eles queriam para mim*”. O respeito do pai de Lílian e seu acolhimento pela escolha da filha em permanecer na relação conjugal. “*Ele dizia para as minhas irmãs: eu sei que a Lílian gosta dele e está sofrendo o que eu vou fazer?*”. “*Ele sofria calado, mas ele não falava pra mim, vontade ele tinha de dizer que ele não prestava, mas ele me poupava*”.

Mesosistema e Exossistema

Observa-se que outros promotores de resiliência na história de vida de Lílian e Beatriz, como o apoio da escola e da igreja desempenharam um papel reforçador da necessidade de buscar outros propósitos e sentido para a vida. A escola apontando o sofrimento da Beatriz bem como seu potencial e capacidade de aprendizado. A igreja possibilitando sua re-conexão com a fé. A terapia se mostrou promotora de reflexão e reconhecimento de suas habilidades, capacidades e valores, bem como seus direitos como cidadã. Também facilitou o vínculo terapêutico com confiança, possibilitando as expressões

de sentimentos de vulnerabilidade. Terapeuta: *“é que são pensamentos que abalam a autoconfiança, como se tu fosse a causadora dos problemas”*. Lílian: *“é assim que eu me sinto, eu sou o pivô sabe, disso tudo, a onde eu estou ali está a confusão”*. Terapeuta: *“talvez tu estejas olhando isso de uma forma muito pesada, exigindo muito de ti mesma, porque tu não entraste sozinha nesta história, no entanto, está fazendo de tudo para sair”*. Portanto, a terapia possibilitou a ela e a filha uma melhor organização emocional e um posicionamento mais adequado diante das adversidades enfrentadas, bem como um encorajamento e um otimismo na superação destes.

A Delegacia para a Mulher se mostrou um grande promotor de suporte judicial e emocional, pois propiciou a denúncia da violência e garantias quanto a sua segurança e acesso a seus direitos como cidadã. A delegacia favoreceu a comunicação dos eventos violentos bem como favoreceu o controle sobre eles, o que de outra forma não era respeitado. Também tornou público e expôs a violência e o agressor. Desta forma, a instituição possibilitou apropriar-se de uma autoridade que resultou em maior liberdade interior e fortalecimento emocional.

Fatores de Risco

Eu ecológico

Em relação aos fatores de risco foi possível se observar que a violência é um modelo interacional da família de origem do marido, que se manteve através de algumas crenças que dizem respeito ao lugar da mulher na relação, passiva, inferior ao homem, o qual é detentor do controle e autoridade sobre a esposa e filhos. Também se observou que o processo de transmissão multigeracional se perpetuou através das relações conjugais, passando de pais para filhos. Na família de origem de Lílian, também houve história de violência, relacionada aos segredos familiares, que aparecem nesta família promovendo a violência psicológica. Portanto, Lílian na escolha do cônjuge acabou repetindo uma história de violência psicológica, muito diferente das escolhas de suas irmãs, denotando o quanto a violência psicológica do segredo em sua vida foi marcante e destrutiva. Mãe e filha se sentiam rejeitadas e abandonadas e não recebiam apoio da família do ex-marido. *“Eu tenho a impressão, às vezes, que eles querem me ver lá no fundo do poço, me arrastando, é isso que eu penso”*. Dessa forma os eventos estressores assumiram uma dimensão maior e geraram insegurança e perda da autonomia por parte de Lílian. Conseqüência da violência para a menina: ansiedade prévia e medo de ser cobrada. Lílian relata como a Beatriz estava ansiosa

pelo início das aulas, estava estudando a tabuada, disse que a filha é uma menina preocupada, “*é um interesse, mas acompanhado de preocupação, ela está ansiosa e preocupada, porque se a professora perguntar e ela não souber, Deus me livre*”. Acha que a filha é muito parecida com ela, que ambas são ansiosas. Lílian continua relatando as preocupações da filha, “*se ela falta, no outro dia fica desesperada porque a professora vai xingá-la*”. Parece um medo aprendido na relação familiar ao ver o pai repreendendo a mãe.

Microsistema familiar

Percebe-se que na família do marido não há respeito pelas diferenças e as regras são rígidas, punitivas e coercitivas. Durante o casamento e mesmo após a separação a família de origem do ex-marido continuou a exercer influência dominadora e manipulativa sobre Lílian e Alan. Portanto, há uma dificuldade com limites e fronteiras do casal que acabou gerando um problema no processo de separação/individuação. Whitaker (2002) coloca que a mudança da família de origem para a família atual é a forma mais rica e produtiva de se adquirir individuação e pertencimento. Esta aquisição se dá através de um processo evolutivo. Portanto, “o casamento consiste em um particular e poderoso processo dialético que oscila através de um continuum fusão/individuação (p. 101)”. Este processo, quando bem elaborado na família de origem, garante o sucesso no casamento. Bowen (1978) também refere que o casal quando apresenta uma maior dependência emocional um do outro, apresenta menos tolerância quanto às diferenças do outro.

O ex-marido se envolveu com uma menina de treze anos e que esta engravidou, mas que perdeu o bebê, esses eventos ocorreram quando ainda era casada. Percebe-se aqui, que o padrão familiar é de promiscuidade e sem compromisso com vínculo afetivo e que as mulheres são desvalorizadas e exploradas sexualmente como objetos de prazer descartável. Segundo Ravazzola (1999), o abusador não registra a indignação e a vergonha frente aos seus próprios atos violentos. Portanto, não vê que não vê sua perda de limite em suas ações, sua periculosidade, dependência e arbitrariedade, nem o prejuízo de seu abuso.

Ainda em relação ao modelo de violência familiar o ex-marido está tentando desestabilizá-la novamente, usando para isso a própria filha. Lílian relata que soube através de um amigo, que estão “*arrumando falsas testemunhas para depor contra mim, para me tirar a Beatriz*”. Conforme Bancroft e Silverman (2002), o abusador abala a autoridade e capacidade da mãe, e esse abalo continua depois com o divórcio. Na briga da custódia, o abusador usa a

criança como uma arma contra a mãe. É comum o abusador tirar a guarda da criança da mãe para provar que ela é uma mãe inapta. Essa necessidade de menosprezo e degradação moral está relacionada ao fato do abusador não aceitar que a mulher tenha desafiado sua autoridade ao deixá-lo. Finalmente, a falta de posicionamento de pai de Lílian favoreceu sua permanência na história de violência, *“se houvesse um posicionamento firme do pai acho que me separaria, de repente poderia ter evitado um monte de coisa que aconteceu”*.

Mesosistema e exossistema

Lílian não confiou no judiciário para ajudá-la a resolver seus problemas, pois este se mostrou lento e pouco resolutivo. Pois já se passou três anos da separação e sua situação continua a mesma, ou seja, morando no mesmo pátio que os sogros e tendo que engolir desaforos e ofensas, além da ausência de apoio financeiro por parte dos sogros. *“É como minha irmã disse, esse filme de terror tem que acabar e eu penso assim, sozinha no mundo e muita cobra sabe, vivendo com o inimigo”*.

Macrossistema

A estrutura da sociedade patriarcal que tolera, senão facilita a violência do homem contra a mulher, segundo Minayo (1994), é um fenômeno social ao qual denomina de *violência estrutural*. Esta violência é entendida como aquela que se aplica tanto às estruturas organizadas e institucionalizadas da família como aos sistemas econômicos, culturais e políticos, conduzindo à opressão de grupos, classes, nações e indivíduos e impedindo-lhes de alcançar conquistas sociais. Assim, tornando-os vulneráveis ao sofrimento e a morte, bem como os fazendo aceitar ou a infligir sofrimentos de uma forma naturalizada. Embora não faça parte da natureza humana e tão pouco tem raízes biológicas, a violência faz parte da própria condição humana, como um complexo e dinâmico fenômeno biopsicossocial, que se gera e se desenvolve na vida em sociedade (Minayo, 1994).

Portanto, segundo Bronfenbrenner (1979/2002) as realidades familiares, sociais e econômicas bem como as culturais estão organizadas como um todo articulado num sistema, que se compõe em subsistemas, que se comunicam de maneira dinâmica. E, as forças que atuam na família, na comunidade e na cultura determinam a aparição de relações violentas (Belsky, 1980). Na história de Lílian foi possível se observar, que o modelo de violência da

família de origem do ex-marido possui muito dos aspectos acima mencionados pelos autores, se configurando num processo de difícil manejo e mudanças.

c) Processos de comunicação

No domínio, *Processos de Comunicação da família*, os aspectos relativos à capacidade de clareza, expressão emocional aberta e resolução colaborativa dos problemas foram analisados em relação ao Eu ecológico, Microssistema, Mesossistema, Exossistema e Macrossistema familiar, considerando os fatores de proteção e de risco. O quadro abaixo contém a síntese das principais características dos fatores de proteção e de risco identificados nas narrativas.

Tabela 5

Processos de Comunicação.

Processos de comunicação	Fatores de proteção	Fatores de risco
Clareza	Lílian se comunica de forma clara com a sua família de origem e lhes fala de sua situação de violência após a separação.	Lílian não conseguia conversar com sua filha sobre a violência durante o casamento, não via o alcance da violência. Atualmente se sente acuada pela família do ex-marido.
Expressão Emocional Aberta	Lílian compartilha seus sentimentos com os irmãos Há empatia nas relações afetivas entre as irmãs e de mãe e filha.	Pobreza no compartilhamento das emoções e da comunicação, pois não há abertura nem negociação na relação do casal.
Resolução Colaborativa dos Problemas	Lílian conta com a ajuda dos irmãos para resolver seus problemas e enfrentar o ex-marido e os sogros.	Não pode contar com o apoio da família do ex-marido e com ele não consegue resolver nada referente à filha, a sogra é a intermediária dos assuntos.

Fatores de proteção

Eu ecológico

A resolução dos problemas, a comunicação clara e a expressão emocional aberta na relação entre mãe e filha têm facilitado e promovido a recuperação da auto-estima e autoconfiança de ambas. A comunicação entre elas melhorou muito depois que Lílian começou a acolher os sentimentos da filha e compartilhar dúvidas, receios e decisões para suas vidas. Conforme Lílian, ela foi se fortalecendo emocionalmente e recuperou o controle sobre alguns eventos de sua vida. *“Eu não preciso disso, eu tenho que me dar valor, como eu vou ficar com um homem que não me dá valor. Eu não tinha mais valor na sociedade, minhas irmãs, minhas amigas, porque todo mundo sabia o que ele fazia. As pessoas me falavam assim – e tu está aceitando? Tu vai querer levar uma vida assim? Mas eu pensava que ele ia mudar, mas chegou o dia que não deu”*.

Isso gerou, além de uma melhor comunicação entre ela e a filha, um sentimento mútuo de união e força para seguir adiante. Lílian também se mostrou empática para com as necessidades emocionais da filha.

Microsistema familiar

A amizade e comunicação aberta entre os membros da família, sem vergonha de expor sua situação e seus sentimentos, este desabafar abre as possibilidades de uma comunicação sem bloqueios. A escuta dos familiares de forma empática, carinhosa e prestativa geram confiança e um sentimento de não ser sozinha no mundo (proteção) e também de perceber como ela e a filha são importantes para a família. É possível se identificar que a empatia é um modelo relacional entre as mulheres da família, que facilita a organização e a manutenção dos relacionamentos baseados na confiança, proteção e afeto positivo. *“Irmã assim que só no olhar já sente o que a outra está pensando, se ela me olha já sabe se eu estou bem ou mal e foi ela que me ajudou bastante, ela é uma pessoa muito importante na minha vida”*.

Fatores de Risco

Eu ecológico

Lílian não conversava com a filha durante o casamento porque não via o alcance da violência para a menina. *“Eu te confesso que naquele momento, eu não falava nada para ela, porque eu só pensava em mim... minha vida era só chorar... e nesse momento eu não enxergava nada, só eu... só depois eu percebi que ela precisava de ajuda”*.

Microsistema Familiar

Segundo Grosman e colaboradores (1992), o modelo relacional é cerceador da autonomia, no qual seus membros se relacionam rigidamente. Há forte adesão aos modelos dominantes de gênero ou estereótipos, o que gera contradição na prática interacional; de comunicação de significados que negam a agressão e impõe naturalidade ao fato dentro da família e dão legitimidade ao agressor, deixando a vítima sem recursos para enfrentar a situação. O que se percebe na relação de Lílian com a família de origem do ex-marido é que a comunicação é distorcida e que ela não é ouvida em suas necessidades nem da filha e acaba guardando suas angústias e se sentindo acuada.

Há pobreza no compartilhamento das emoções e a comunicação não são abertas a negociações na relação do casal. Lílian relata que sempre tentou conversar com a sogra e com o ex-marido, questionando “porque ele não pode conversar comigo?”. Lílian se queixa que a sogra é sua intermediária junto ao ex-marido, “ela é quem fala por mim, e não eu, isso me incomoda muito”. Observa-se que a família do ex-marido funciona de forma a dificultar as coisas para ela, mantendo um controle coercitivo e vingativo. Eles não aceitam o fato dela ter deixado o filho e ainda tê-lo denunciado à polícia, gerando sua prisão, por não pagamento da pensão. Eles tentaram lhe agredir e impedir de entrar em sua própria casa. Confirmam o modelo de violência nas relações familiares. Muitos abusadores são rígidos, autoritários disciplinarmente e por causa de suas intimidações e violência força suas regras (Bancroft & Silverman, 2002). Neste caso a família de origem do ex-marido de Lílian também apresenta estas características, como autoritarismo, intimidação e violência para mantê-la sobre controle e tirar-lhe a autonomia e equilíbrio emocional.

Família 2-Rosângela e seus três filhos

Rosângela (28), Rodolfo (11), Elvis (10) e Elisa (6)

b) Síntese da história

Rosângela saiu de casa para morar com o namorado Hamilton quando tinha 15 anos. Havia sido criada pela avó paterna, visto que sua mãe falecera quando a menina tinha 12 anos. O pai de Rosângela, por sua vez, afastou-se totalmente da família e envolveu-se com outra mulher a qual Rosângela não aprovava. Não havia vínculo afetivo entre ela e a madrasta, resultando no total afastamento do pai. Já no início do relacionamento de Rosângela com

Hamilton, havia indícios de opressão e violência psicológica, como o fato de ter que dar todo seu salário para o marido e o envolvimento dele com outra garota. Neste momento pede para a avó paterna que a estava criando, após a morte da mãe, para voltar para casa, mas a avó recusou aceitá-la de volta. Nesta ocasião, não pediu ajuda para seu pai, porque tinha lhe desafiado ao decidir viver com o namorado. Além disto, não aceitava o envolvimento emocional dele com outra mulher. Dessa forma, o pai acabou não enxergando a situação de vida de sua filha. Portanto, Rosângela não pode contar com o apoio de sua família de origem quando quis sair do relacionamento amoroso. Como se sentiu excluída e abandonada pelos familiares acabou também se distanciando deles, permanecendo na relação conjugal.

A violência sempre existiu no casamento, em especial, a psicológica, pois o marido cantava à noite em bares e freqüentemente ficava dias sem voltar para casa, além de envolver-se com outras mulheres. A violência física tornou-se mais presente quando Rosângela decidiu desafiar sua autoridade ao buscar trabalho e não aceitar mais suas regras sobre não ter amizade com vizinhas. Ele mandava as crianças brincarem na rua quando queria lhe bater e ela tinha que ficar em casa durante alguns dias até as manchas roxas desaparecerem. No último episódio de agressão, uma das vizinhas acionou a polícia que ao chegar à residência do casal flagrou o fato e levou ambos para a Delegacia para a Mulher. O inquérito policial foi encaminhado como também foi assinado a preventiva na qual o agressor não poderia se aproximar da vítima num raio de cem metros, sob pena de prisão. O marido ficou preso por vinte e quatro horas e solto pela fiança.

Neste período pós-prisão do marido, Rosângela ficou com medo de voltar para sua casa e somente após quatro dias fora retorna. Passados um mês desde sua decisão em não voltar para o marido, Rosângela pode contar com a ajuda financeira de seu pai e emocional de alguns familiares como a avó, tias e cunhada. Conseguiu emprego em um banco de empréstimos e se sentiu mais confiante para enfrentar uma nova vida. Neste período se iniciam as sessões de psicoterapia.

4.7 Análise das Narrativas - Caso Rosângela

A análise das entrevistas é apresentada a seguir considerando os fatores de risco e de proteção identificados nas narrativas e categorizados segundo os domínios de Walsh (1998/2005), respectivamente o Sistema de Crenças, Padrão de Organização e Processos de

Comunicação e contextualizada nos sistemas bioecológicos. A análise das entrevistas segue o método das narrativas do roteiro de Flick (2004).

Sistema de crenças da família

No domínio, *Sistema de Crenças da Família* estão incluídos os aspectos relativos à capacidade de atribuir sentido à adversidade, perspectiva positiva, transcendência e espiritualidade. Estes aspectos foram analisados em relação ao Eu ecológico, Microssistema, Mesossistema, Exossistema e Macrossistema família. O quadro abaixo contém a síntese das principais características dos fatores de proteção e de risco identificados nas narrativas.

Tabela 6

Sistema de Crenças da Família

Sistema de crenças da família	Fatores de proteção	Fatores de risco
Atribuir sentido à adversidade	<p>Incorajada em vencer os desafios e sair vitoriosa.</p> <p>Valor afiliativo - afirma a importância da vida familiar, cuidar e proteger seus filhos.</p> <p>Constrói <i>self</i> e sentido de vida na relação com os filhos.</p> <p>Responsabilidade e lealdade na relação mãe/filhos.</p> <p>Enfrentamento e confirmação de enfrentar a violência.</p>	<p>Durante o casamento, o senso de coerência estava alienado e paralisado.</p> <p>O marido não apoiava a esposa, desencorajava trabalho e amizades.</p> <p>Sem controle sobre os eventos. O medo lhe limitava emocionalmente.</p>
Perspectiva Positiva	<p>Perseverança em se manter financeiramente.</p> <p>Otimismo, sonhos de futuro se projetando em ideais profissionais.</p> <p>Reconhece o impacto da violência para os filhos.</p>	<p>O enfrentamento da violência dependente do apoio externo (avó, pai), não conseguindo por si mesma sair da situação.</p> <p>O pai é negligente com as necessidades emocionais dos filhos e os usa para</p>

	Auto-estima melhorada. Decisão ao enfrentar o marido.	atingir a ex-esposa.
Transcendência e Espiritualidade	O místico como superação das adversidades. Crença de que o sofrimento ensina a fortalecer. Valorização da instituição família.	Família de origem do casal: Homens: modelo relacional de violência, negligência e falta de compromisso afetivo. Mulheres: casam com homens opressores e violentos. Modelo transgeracional de violência. Crenças familiares: casamento é solução de problemas, casal renuncia felicidade pelos filhos, mulheres como cuidadoras, cedem ao marido.

Fatores de Proteção

Eu Ecológico

O que mais chamou atenção na história de Rosângela foi a questão de como uma pessoa pode suportar tanta opressão e sofrimento, viver isolada da família de origem, sem amigas, sem poder se desenvolver profissionalmente e não adoecer física e mentalmente? E, além disto, como pode encontrar motivação e investimento afetivo para conseguir romper com anos de uma relação violenta. Segundo Beavers e Hampson (1990/1993), o cuidado genuíno mostra-se eficaz mesmo nas famílias nas quais as habilidades dos pais são modestas. Este valor afiliativo foi considerado na pesquisa dos autores como vital para o bom funcionamento da família. Rosângela não entrou em depressão porque construiu o sentido de sua vida não na relação conjugal, mas no significado da maternagem. Atribuir significado a sua vida como alguém capaz de cuidar e amar os filhos foi seu grande protetor diante das adversidades e sofrimentos, *“eles são a minha família, são tudo para mim e eu vivo por eles e por mim, tanto que eu suportei tudo por eles”*. Ainda que sua saída da violência tenha se dado por intervenção de outros fatores (denúncia da vizinha), observou-se no momento em que decidiu romper, uma perseverança e coragem em arrumar emprego e se manter financeiramente para cuidar dos filhos. Não estava cega pela violência, mas se sentia sem condições de sair da história, porque não recebia apoio de sua família de origem e muito imatura para buscar outras soluções. Assim, foi suportando o sofrimento em silêncio e

passivamente, reforçando a idéia de dedicação e devoção aos filhos renunciando à felicidade pessoal.

Rosângela construiu na história de maternagem com os filhos um significado de vida tão forte, capaz de mantê-la viva, otimista e perseverante apesar de todas as dificuldades, a ponto de arrumar emprego e se manter financeiramente sem depender totalmente de seu pai. Conseguindo atribuir sentido a sua vida, ela superou as adversidades e se projetou para o futuro. Não deixou de sonhar e acreditar na vida e nas possibilidades de mudança, estando envolvida com o compromisso de criar os filhos, havendo uma intencionalidade em suas ações que transcendeu a si mesma e a projetou para o outro, no caso, os filhos. Segundo White e Epston (1990), fazemos escolhas de acordo com nossos estados intencionais de consciência que norteiam nossas intenções e propósitos na vida. A religiosidade se mostrou outro fator protetor importante, pois através do místico fortaleceu suas crenças pessoais de fé e transcendência da dor e buscou sentido para os eventos de sua vida. *“Eu quero ter a minha loja com produtos esotéricos”*. *“Eu não consigo me vê sem, eu não me vejo sem, eu tentei já, tentei ignorar assim, não vou lê, não vou... mas, é como um imã, se eu to passando e tem aquela loja eu entro pra vê o que tem de diferente”*. Rosângela logo cedo aprendeu a lidar com a dor da perda, com a morte da mãe aos doze anos. Percebeu-se como intuitiva e isso teve um grande valor para ela na superação da dor, porque conseguiu dar sentido ao sofrimento associando com misticismo e superstição e ao manter o otimismo quanto à realização de seus sonhos conseguiu se proteger da desesperança e da tristeza.

Rosângela enfrentou a autoridade do marido inicialmente, quando percebeu que ele não a amava e sim a humilhava e maltratava. Ao desafiar-lo desencadeou uma violência cada vez maior, pois o agressor precisava manter o controle sobre a esposa, o que acabou confirmando para ela que realmente não havia mais nada em seu casamento. *“Eu pensei assim que ele não me amava realmente, e ele não me ama, ele quer me maltratar mesmo”*. O segundo momento de enfrentamento ao ex-marido se deu na audiência, quando ela o encarou sem medo e com isso se fortaleceu, porque se viu tendo controle e autonomia sobre ele, o que ela não tinha anteriormente, assim confirmou sua decisão em não voltar atrás, pois além do amor dos filhos outro fator que a levou a acabar com a violência em sua vida foi o desejo de ser feliz, *“eu quero ser feliz de novo, eu queria que as crianças entrassem em casa sem medo, sem pensar que o pai vai chegar, poder ligar o rádio e ouvir música, jogar vídeo game, olhar o que eles querem sem ter que está cuidando, todo mundo tenso”*. Ela se viu mais forte (auto-

estima) e surpreendendo muitas pessoas, especialmente o ex-marido, pois ele não acreditava que ela pudesse conseguir um emprego e sustentar os filhos. *“Eu sou capaz, eu não sou o que ele dizia que eu não era capaz de conseguir um emprego que eu queria”*. *“Eu escrevi na minha agenda que ele queimou que dizia que o que não nos mata nos torna mais forte, eu acredito muito nisso e eu fiquei muito forte, tanto que ele não acreditava que eu tinha registrado e que iria depor contra ele e eu fui forte pra fazer, eu acredito assim, porque eu mesmo com medo eu fui lá e registrei”*. Portanto, além da crença de que o sofrimento ajuda a fortalecer a auto-estima é um fator disposicional importante na resiliência, porque a pessoa percebe seu sucesso como resposta ao seu esforço e competência (Brooks, 1994).

Microsistema Familiar

Boszormenyi-Nagy (1987) enfatizou a dimensão ética dos relacionamentos familiares em legados multigeracionais de responsabilidade dos pais e lealdade dos filhos, que guiam seus membros no decorrer do ciclo de vida. Quando os filhos de Rosângela tentavam protegê-la do ataque do pai demonstraram uma grande lealdade para com ela e isto lhe confirmou como importante para eles e merecedora de seu amor, mantendo sua auto-estima e sua esperança na superação das dificuldades. *“A mãe não queria ver vocês chorando, a Elisa via o pai me bater, começava a chorar e querer secar as minhas lágrimas e ficar cuidando de mim, o Rodolfo ficava na dele e o Elvis me defendia a mãe não queria que vocês vissem isso”*.

O afeto também desempenhou um papel importante na história pessoal de Rosângela, pois foi um modelo interacional de sua família de origem (história de afeto com a mãe) que ela repetiu em sua relação afetiva com os filhos e que se mostrou um grande protetor diante da violência. Portanto, ela construiu sua história com os filhos tendo em sua base valores como o afeto e a proteção, *“sim, eu passo a eles, eu quero que eles sintam isso, eu quero que eles vivam isso entendeu? Eu não quero que eles me vejam como uma estranha, como o Hamilton (pai) via a própria mãe, como uma mãe que nunca disse eu te amo, nunca abraçou”*. O ex-marido continuou tentando manter controle sobre ela e usando as crianças para atingi-la, no entanto, Rosângela teve crítica quanto às atitudes dele e percebeu o alcance deste tipo de violência para os filhos, *“Em vez de aproveitar o domingo com eles e fazer se sentirem bem, não, daí eles ficam mal também”*.

Macrossistema

A valorização da instituição família no sistema familiar de origem de Rosângela estava relacionada à proteção e afeto entre seus membros, embora em alguns momentos tenha

faltado a proteção e apoio necessários para que ela não ficasse casada. Estes fatores protetores voltaram a aparecer em sua relação familiar e garantiram sua permanência fora da história de violência. *“Tchau, te amo e te cuida, isso tem muito assim na minha família, demonstração de carinho de afeto, entende”?* *“A violência não faz parte da minha família”*.

Fatores de Risco

Eu Ecológico

A história pessoal de Rosângela indicou que o relacionamento conjugal foi motivado por uma tentativa de sair de uma situação problemática, tanto a nível financeiro como emocional e familiar. Rosângela iniciou um relacionamento com uma posição de dependência e imaturidade que foi se refletindo ao longo dos anos durante os quais se manteve casada. Esta dependência emocional e a violência somente foram encaradas e enfrentadas, após a denúncia da vizinha. No relacionamento estabelecido, o marido não valorizou a esposa, ao contrário, manteve sua auto-estima sempre baixa com comentários sobre outras mulheres, garantindo o controle emocional sobre ela. O marido não funcionou como apoio e proteção da esposa e desencorajou o emprego e suas amizades. Durante o casamento, o senso de coerência de Rosângela estava alienado e paralisado, e ela não tinha controle sobre os eventos estressantes como a violência vivenciada no casamento. O medo lhe limitava emocionalmente para cuidar de si mesma, *“me limita, me limitava a não comer, a cuidar dos filhos, tomar um banho e se eu usasse maquiagem era para os outros, eu não podia me maquiar, não podia conversar com a vizinha, então eu me limitava a comer uma vez por dia e não podia botar música, não podia rir muito porque senão tinha acontecido alguma coisa ou com alguém, tudo tinha limites”*. Rosângela descreveu sua vida com o ex-marido como uma prisão, na qual ela não queria ver a verdade, contornando sempre a situação para não ter de tomar uma atitude, *“vou dizer assim, uma prisão, camuflada, tem certo conforto, mas é uma cela, eu vou tentando contornar, tapando com a peneira, daí quando tu tentas abrir a cela ele começa a tirar as coisas”*.

Microssistema Familiar

A decisão de romper com um modelo relacional cerceador da autonomia, opressor e dominador da figura feminina causou estranheza e revolta nos familiares de ambas famílias, confirmando a força do modelo relacional e a dificuldade de sair dele. *“Ela disse: ah coitadinho - daí eu olhei pra ela e disse como assim coitadinho, tia? Ela disse a gente fica*

meio assim, 14 anos ele como um sobrinho, bom ele gostava de todas, atencioso". *"O que dói eles não vêem, não sentem que dói, é essa a coisa"*. O pai foi negligente com as necessidades emocionais dos filhos, usando-os para atingir a ex-esposa, *"falou pras crianças que eu sou ruim, que ela inventa as leizinhas dela pra depois mandar prender o pai"*. Portanto, ele continuou expondo os filhos à violência e demonstrando falta de discriminação de seus atos ao negar a autoria da violência. Segundo Ravazolla (1999, p. 89) uma das razões pela qual o abuso se repete e perpetua é que o agressor "não vê que não vê", ou seja, possui um pensamento que é percebido como coerente e que, portanto, impede de ver as conseqüências de seus atos. É um fenômeno de negação, porém de uma peculiaridade que inclui a "negação da própria anestesia".

Na família de origem do marido, o modelo relacional se caracterizou pela violência à mulher e na família de origem de Rosângela, as mulheres casavam com homens opressores e violentos. *"Todas as minhas tias são assim, eu tenho uma tia que ela é casada e o marido fez e aconteceu, vou dizer com essas palavras, que até eu me apavorei, pensei nossa, como a tia ta com ele, será que eu vou ser assim também?"* *"A tia é daquelas que casou é pra sempre, o homem pode ta torto pro lado, ela fica com ele, daí quem vê de fora se apavora"*. Fechando-se um círculo de violência que foi perpetuado nas gerações, confirmando um modelo transgeracional. *"O pai dele bateu na mãe dele, e aprontava muito, a traía direto e era casado e tava ficando noivo de outra guria, teve que sair lá de Carazinho corrido... é o que eu sei assim, que ele tinha um ar de machão"*. A valorização da instituição família foi representada pela figura da avó paterna, que vê no casamento a solução para os problemas, em especial, quando estes são financeiros e pesam para a sobrevivência da família e também acredita que o casal deve renunciar à felicidade pessoal pelos filhos. *"A minha avó disse que eu tinha que ficar com ele porque as despesas iam ficar grandes e eu ia ter que suportar, chegou ao ponto dela ir lá pra falar com ele porque tava me batendo com fio nas costas, que ela ficou sabendo e que ele não me tirou de casa pra me bater e me maltratar não sei o que, que ele me pegou lá sem filho e se fosse pra me levar de volta era sem filho, eu me senti muito triste, não gostei disso"*. As mulheres são cuidadoras da família, por isso renunciam à felicidade pessoal em prol da instituição família. Esta crença confirmou Rosângela, como mais uma das mulheres que sofrem calada e mantém este modelo de ser mulher, parada, calma, como a própria mãe, a mulher que cuida do marido e cede. *"Se ele dissesse, vamos a tal lugar, eu concordava e ia, ele nem perguntava a minha opinião, a gente ia, e pra mim tava*

bom, daí a gente foi morar junto e continuou assim, só que daí ficou assim como um pai, eu tinha que trabalhar e dar o dinheiro pra ele”. “Eu tava vendo isso normal, como se fosse pra ser assim, e assim tinha que ser e a minha avó, ela era um pouco antiga, que a mulher tinha que servir o marido e perguntava se eu tava cuidando do meu marido”. Durante a terapia, Rosângela se deu conta do lugar destas mulheres dentro de um casamento repleto de violências psicológicas e cerceador da autonomia, conseguiu nomeá-lo e de certa forma, confirmou para si mesma que não quer mais viver neste modelo. Segundo Azevedo e Guerra (2005), a origem da violência intrafamiliar é compreendida a partir de um modelo interativo em que há uma multicausalidade que decorre de fatores macro (sistema sócio-econômico-político) e micro (história de vida dos pais x estrutura e funcionamento familiar). Portanto, é possível se identificar na história de vida de Rosângela, que a falta de apoio/suporte de sua família de origem se configuraram nos fatores de estrutura e funcionamento familiar que promoveram sua permanência na história de violência.

Padrão de Organização

No domínio, *Padrão de Organização da Família* estão incluídos aspectos relativos à capacidade de flexibilidade, conexão e recursos sociais e econômicos. Estes aspectos foram analisados em relação ao Eu ecológico, Microsistema, Mesossistema, Exossistema e Macrossistema familiar, considerando os fatores de proteção e de risco. O quadro abaixo contém a síntese das principais características dos fatores de proteção e de risco identificados nas narrativas.

Tabela7

Padrão de Organização

Padrão de Organização	Fatores de Proteção	Fatores de Risco
Flexibilidade	Rosângela permite entrada de outras pessoas em sua vida, como vizinhos, familiares, terapeuta e judiciário.	As regras do casamento são rígidas, coercitivas e punitivas, impedem a autonomia e interdependência entre os cônjuges.
Conexão	Acolhe os sentimentos dos filhos, reconhece seus	O marido mantém o poder e o controle sobre a mulher

	<p>méritos, os protege e orienta em um sentido positivo.</p> <p>Mãe e filhos se apóiam.</p> <p>Colaboração no enfrentamento das crises.</p> <p>Rosângela consegue se reorganizar para trabalhar e cuidar dos filhos.</p>	<p>e os filhos, sua autoridade é lei.</p> <p>Não há diferenciação no sistema conjugal/fusionamento dos cônjuges.</p>
<p>Recursos Sociais e Econômicos</p>	<p>A denúncia da vizinha</p> <p>A confiança na polícia e no judiciário, na terapia e nos novos amigos.</p> <p>Compartilhar com os familiares a violência vivida e receber apoio emocional e financeiro do pai, avó e tios.</p>	<p>A falta de apoio da avó. O isolamento social, a falta de profissão e a dependência.</p> <p>O pai de Rosângela não cuidou da filha, gerando sentimentos de abandono que a distanciaram da família de origem.</p>

Fatores de Proteção

Eu Ecológico

Rosângela acolheu os sentimentos dos filhos, reconheceu seus méritos, os protegeu e orientou em um sentido positivo, e tem conseguido se reorganizar para trabalhar. *“Eu digo pra eles, a mãe precisa de vocês, tem que se comportar na tia que a mãe tá pagando pra cuidar de vocês, a mãe não pode deixar vocês sozinhos em casa, a gente precisa se ajudar, eu disse pra eles, a mãe precisa trabalhar”.*

Microssistema Familiar

Mãe e filhos se apoiaram e houve colaboração no enfrentamento de situações adversas bem como no compromisso de se manterem sem a presença do pai. Rosângela conseguiu se reorganizar para trabalhar e cuidar dos filhos e as crianças aceitaram com tranquilidade a nova forma familiar, adaptando-se rapidamente para surpresa dos familiares. *“Até o irmão dele falou, como pode as crianças vão à casa da mãe e parece que não aconteceu nada, tá tudo*

normal”. Outro fator que favoreceu a saída da história de violência foi o apoio do pai que a encorajou e lhe mostrou caminhos, *“meu pai disse que eu tinha que fazer alguma coisa por mim, se eu amo meus filhos eu teria que fazer alguma coisa, ele dizia faz por ti que vai refletir neles, arruma um emprego bom, trabalha, cuida dos teus filhos e cuida de ti, começa a ouvir música, assistir o que tu gosta e ir cuidando de ti”*. Percebeu-se muito encorajada em vencer os desafios e sair vitoriosa, compartilhando com os familiares sobre a violência vivida e recebendo apoio emocional e financeiro do pai, avó e tios, pois houve o reconhecimento do lugar da violência na história conjugal. *“Sabe, eu abdiquei da minha juventude pra ele, amei ele, criei os filhos, daí eu fui traída, eu apanhei, depois que fica velha ta tudo bem, ta tudo ótimo, eu não consegui ver isso, eu não absorvi, não é pra mim, eu pensei, vou aproveitar essa mãozinha que o pai ta me dando e vou trabalhar e vou criar eles e vou enfrente, entendeu”?*

Mesosistema e Exossistema Familiar

Rosângela permitiu a entrada de outras pessoas em sua vida, como vizinhos, terapeuta e judiciário e confiou nesta ajuda. A denúncia da vizinha chamando a polícia foi fundamental para fornecer à Rosângela uma alternativa para sair da história de violência. A confiança na polícia e no judiciário que agiram rapidamente lhe garantindo segurança mínima necessária para se fortalecer e se manter fora da história de violência. Houve confiança na terapia, porque a terapeuta reconheceu uma habilidade importante em Rosângela: a de empreendedora, alguém que visualiza uma oportunidade de trabalho e pensa em como desenvolvê-la. *“Coisa que eu olhei nas outras e não tinha daí eu pensei assim, eu tenho que ter isso na minha loja”*. *“Eu anotei em casa o que poderia fazer e o que eu gosto é de trabalhos manuais, eu sou ótima nisso, se tiver que bordar alguma coisa eu pego bem rapidinho, depois eu vi que eu poderia fazer aquilo também”*. A terapeuta reconheceu a determinação de Rosângela em conseguir emprego e em lutar por aquilo em que acreditava, além de mostrar-se coerente em relação ao dinheiro, pois colocou a prioridade para os filhos, ou seja, sustentá-los. Porém foi muito importante para que ela se mantivesse firme em seus propósitos, o apoio da rede familiar e social. Quando os terapeutas encorajam as pessoas a mudar suas crenças repressoras e buscar novas histórias alternativas de vida, precisam também acionar redes de apoio para que os sonhos possam ser realizados. Segundo Walsh (2005, p. 75) *“para um compromisso sustentado, um sistema de crenças capacitador deve ser validado pela experiência e reforçado por estruturas sociais maiores”*.

Fatores de Risco

Microsistema Familiar

O isolamento em que Rosângela vivia propiciava a manutenção da violência e a falta de autonomia e flexibilidade na relação homem e mulher. Os limites no casamento eram rígidos, coercitivos e punitivos. O marido não a deixava trabalhar e decidia sobre suas amizades, proibindo a aproximação de alguém que não fosse da família, inibindo qualquer possibilidade de Rosângela se socializar. Dessa forma, mantendo o controle total sobre ela e diminuindo os riscos de perder este controle. Embora os limites precisem ser claros, o sistema familiar necessita de flexibilidade em relação à autonomia e a interdependência de seus membros para manter a integridade e a continuidade do crescimento psicossocial e poder se reestruturar diante das crises (Walsh, 2005). Para uma igualdade na parceria do casal é necessário haver reciprocidade, equilíbrio, confiança mútua e lealdade, de forma que cada parceiro arque com uma parcela de responsabilidade e desfrute de iguais privilégios com o passar do tempo (Whitaker & Keith, 1981). No entanto, no caso de Rosângela não se evidenciou flexibilidade, autonomia, nem confiança e lealdade na relação conjugal, pois o ex-marido via a família como sua propriedade e impedia a aproximação de pessoas de fora com receio de que seu poder fosse afetado, portanto não houve diferenciação neste sistema conjugal e as diferenças não foram respeitadas.

Ao desafiar sua autoridade, Rosângela enfrentou a vingança e o desejo de retaliação de parte do ex-marido, como ameaças de morte e de perda da guarda dos filhos. O agressor tentou considerá-la inapta e louca para cuidar e criar os filhos, o que Bancroft e Silverman (2002) descrevem como uma forma de retomar o controle e a autoridade sobre a vítima. *“Eu vou tirar eles de ti, faz o que eu digo senão eu vou te internar como louca, tu não vai tê-los”*.

A maior vulnerabilidade de Rosângela foi a falta de apoio de seu pai e da avó, quando Rosângela pediu para voltar para casa. Houve descaso do pai que não cuidou da filha e a deixou a própria sorte, gerando sentimentos de abandono e falta de amor que a distanciaram da família de origem. *“Me senti arrasada, não diria sem apoio, eu me senti excluída, e eu fiquei sem alternativas e não tinha amiga e não tive cabeça pra pensar em algum outro parente, eu não pensei nisso”*. Segundo Rutter (1987) um dos mecanismos de proteção que atuam na redução do impacto do risco sobre o indivíduo são os fatores familiares, como coesão, estabilidade, respeito mútuo, apoio/suporte. Portanto, na falta deste fator de proteção Rosângela ficou mais vulnerável emocionalmente frente à violência no seu casamento.

Mesosistema e Exossistema

Outro fator de proteção que estava pouco acessível a ela era o fator social, pois o isolamento social, a falta de profissão/emprego e a dependência financeira do marido a deixaram em uma situação passiva que gerou alienação.

Processos de comunicação

No domínio, *Processos de Comunicação da família*, os aspectos relativos à capacidade de clareza, expressão emocional aberta e resolução colaborativa dos problemas foram analisados em relação ao Eu ecológico, Microssistema, Mesossistema, Exossistema e Macrossistema familiar, considerando os fatores de proteção e de risco. O quadro abaixo contém a síntese das principais características dos fatores de proteção e de risco identificados nas narrativas.

Tabela 8

Processos de comunicação.

Processos de comunicação	Fatores de proteção	Fatores de risco
Clareza	A comunicação na relação da mãe e filhos é aberta e clara, permite acolhimento e respeito. Não desfaz a imagem do pai para os filhos.	A comunicação no casal é distorcida e marcada por mentiras e omissões.
Expressão emocional aberta	Mãe compartilha dos sentimentos com os filhos, tenta confortá-los, protegê-los. Rosângela compartilha com seu pai sobre os problemas no seu casamento. Verbaliza seu desejo de trabalhar e desafia o marido ao não aceitar suas regras, demonstra sua coragem.	Não há tolerância amorosa, o marido não respeita a esposa expondo às situações violentas e embaraçosas.
Resolução colaborativa dos problemas	Resolução do conflito da separação. Transmite segurança para os filhos. Reorganização emocional.	Pouco envolvimento e compromisso do marido com a família.

Fatores de Proteção

Eu Ecológico

Mãe compartilhou dos sentimentos com os filhos, tentou confortá-los, protegê-los com acolhimento e respeito. *“Porque estavam brigando muito ela chorava muito e eles também e ela não queria que eles chorassem mais”*. Houve apoio mútuo e tolerância quanto às diferenças e dificuldades. *“A Elisa secava as lágrimas da mãe e o Elvis a defendia do pai e o Rodolfo ficava na dele”*. A mãe foi empática com os filhos e a comunicação era aberta e clara, *“eu queria que as crianças entrassem em casa sem medo, sem pensar que o pai vai chegar e poder ligar o rádio e ouvir música, jogar vídeo game e olhar o que eles querem sem ter que está cuidando, todo mundo tenso”*. Ela não desfez a imagem do pai para os filhos, tão pouco os usou para agredi-lo. *“Ele batia em mim, mas eles sabem que o pai e a mãe se separaram, eu expliquei dessa forma assim pra não ficar ruim pra eles, porque eles o amam, porque ele é pai e eles não podem vê-lo como um monstro, ele nunca fez nada pra eles”*. O fato de Rosângela logo conseguir um emprego foi muito importante para que ela se sentisse capaz de cuidar dos filhos e dela própria sem depender totalmente do pai, se observou um grande potencial de auto-ajuda e decisão nos objetivos, ou seja, ela estava decidida a resolver os problemas de sua vida e sair do conflito. Quando ela verbalizou seu desejo de trabalhar e desafiou o marido ao não aceitar suas regras, demonstrou sua coragem. *“Tanto que naquele dia que ele rasgou os currículos e disse: tu não vais, eu pensei, eu vou sim e fui, quando voltei ele me deu soco e me bateu, eu disse agora chega eu vou trabalhar”*.

Microsistema familiar

Rosângela e os filhos conseguiram resolver o conflito da separação, a mãe tem conseguido transmitir segurança para os filhos que unidos se reorganizaram emocionalmente. Elvis (10) disse que os pais não são mais um casal e acredita que um relacionamento legal não deve ter violência e conta que tentava proteger a mãe, mas que ficava com medo do pai. As crianças acreditavam que podiam viver felizes mesmo com os pais separados. Rosângela assinalou que um dos fatores que favoreceu o bem-estar dos filhos e a reorganização deles como uma família, após a separação, foi o fato de ela estar com eles, *“Eu acredito que é porque eu to sempre com eles, eu só trabalho e to com eles”*. Portanto, pode-se dizer que a confiança na relação mãe e filhos foi um grande protetor.

Atualmente, Rosângela tem compartilhado com seu pai as dificuldades e resgatou a amizade com sua avó, dessa forma a comunicação está mais aberta e clara. *“Meu pai disse*

que eu tinha que fazer alguma coisa por mim, se eu amo meus filhos eu teria que fazer alguma coisa, ele dizia faz por ti que vai refletir neles, arruma um emprego bom, trabalha, cuida dos teus filhos e cuida de ti, começa a ouvir música, assistir o que tu gosta e ir cuidando de ti". Há uma reorganização emocional da família de origem para ajudá-la na superação da crise. A família ressurgue quando ela precisa com isso resgata o que faltou no passado. Segundo Beavers e Hampson (1993, p. 115), "quando os problemas são identificados é fundamental envolver os membros da família em uma discussão criativa em que as contribuições de todos sejam respeitadas como valiosas".

Fatores de Risco

Microsistema familiar

A comunicação no casal era distorcida e marcada por mentiras e omissões por parte do marido, que passava dias fora de casa em noitadas de boemia e vários envolvimento extraconjugais, desrespeitando a esposa e tampouco os filhos, demonstrando com isso pouco envolvimento afetivo e emocional com a família. *"Porque sempre depois que ele me batia, ele fazia o que fazia, ele ficava dentro de casa uns quantos dias, ele não saía. Por ser vendedor autônomo ele sai à hora que ele quer. Daí saía o roxo eu ficava melhor... e não dava pra fazer o exame de corpo delito"*. Para Walsh (2005, p. 105), "quando a comunicação é vaga, distorcida ou não resolvida, gera confusão e mal entendidos". Não havia tolerância amorosa, o marido não respeita a esposa, expondo-a a situações violentas e embaraçosas, a comparando a outras mulheres e a considerando inferior, sem direito de reclamar de nada. Todo o dinheiro tinha que dar a ele, dessa forma, sua autonomia era mínima e sob controle dele, que era inseguro e desconfiado. *"Ele chegou e disse que tinha saído com uma mulher que era maravilhosa e tal"*. Segundo Grosman, Mestermann e Adamo (1992) na violência conjugal a comunicação nos casais é distorcida e o sistema responde a uma demanda emocional de ação e reação. O maltrato surge da distorção deste sistema e se alimenta de atitudes tais como: desprezo, agressão verbal e de submissão.

4.8 Síntese interpretativa das famílias

4.8.1 A partir das interpretações derivadas da análise das narrativas foram identificados os mecanismos de proteção e os fatores de risco e vulnerabilidade no caso de Lílian e

Beatriz. Pode-se observar que as relações familiares da família de origem de Lílian servem como modelo interacional de crenças e valores acerca do funcionamento familiar e também de apoio efetivo no momento atual de crise. Estes fatores servem como referências para o enfrentamento da violência e funcionam como proteção em relação aos riscos que Lílian enfrenta.

Na narrativa de Lílian e Beatriz acerca da história de violência, ambas foram aprendendo a compartilhar juntos a dor e o sofrimento, sendo que esta experiência ensinou-as a atribuir sentido à vida de forma a fazer novas escolhas, além de promover a responsabilidade e a lealdade entre ambas. Whitaker e Keith (1981) consideram que a responsabilidade e o compromisso mútuo estimulam as relações familiares em direção de um senso de inteireza que permite resistir ao estresse e a desorganização.

Lílian consegue atribuir sentido à adversidade associando-a com aprendizado, porque apesar das experiências adversas causarem sofrimento elas ensinaram-na a olhar para a dor e para seus valores, os quais passou a valorizar porque voltou a vê-los na sua vida. Este aumento da percepção se dá através da interferência da família de origem de Lílian que aponta a sua vulnerabilidade diante das histórias de violência às quais ela e a filha estavam vivenciando. Portanto, através da amizade dos irmãos, em especial da irmã mais velha, Lílian acaba melhorando seu senso de coerência e seu propósito de vida. Segundo Walsh (2005), as crises podem acionar mudanças que embora dolorosas ofereçam oportunidades de crescimento e transformação, pois possibilitam reavaliações sobre o mundo e o lugar da pessoa neste contexto social.

Outro fator importante foi Lílian reconhecer a importância do lugar da violência como prejudicial à filha. Esta percepção estava relacionada à crença de sua família de origem de que “os pais são espelho para os filhos”. E assim desenvolveu uma crítica sobre a forma como a violência acabou prejudicando-as, demonstrando um resgate de seu senso de coerência, antes alienado pela violência. Para Walsh (2005, p. 53), “o senso de coerência está relacionado com o que é significativo, incluindo os sentimentos existenciais de integração social e propósito na vida, em oposição a um senso de alienação, desvio ou paralisação”. A religiosidade também se mostrou um fator importante para a saída do sofrimento e da depressão. Através da espiritualidade buscou consolo e conforto para aceitar eventos que não podiam ser modificados, mas encarados de outra forma.

A presença da família de origem na vida de Lílian e Beatriz, através do apoio dos irmãos e do pai foi um fator muito relevante para a saída da história de violência, promovendo estabilidade emocional tanto para Lílian quanto para Beatriz. Este apoio da família de origem de Lílian é marcado por sentimentos de afeto e carinho muito intensos entre seus membros, sendo a empatia na relação das irmãs um fator extremamente valioso. É possível se identificar na história familiar, que o afeto é um sentimento transgeracional nesta família e que permite transcender a dor. Outro fato diz respeito à mãe de Lílian a qual ela tem em grande consideração e a descreve como alguém que sacrificou sua felicidade amorosa pela família, porque seria seu bem maior. Segundo Walsh (2005, p.69) “o cuidado e a preocupação com os outros tanto nos sustenta quanto dá significado às nossas vidas”.

Observa-se que no modelo relacional da família de origem de Lílian há fatores protetores, tais como o apoio/suporte, o compartilhamento dos problemas, bem como carinho e afeto que promovem sua auto-estima e sentimentos de se proteger contra ofensivas. Especialmente, quando percebe o sofrimento da própria filha, resultado da exposição à violência que foi vivenciada, marcando de forma muito profunda o sentido de vida de Lílian.

As crenças, a cultura e os valores da família de origem de Lílian aparecem nitidamente em seu relato da história, sendo possível se afirmar que a família não aceitava a forma como ela estava vivendo. Uma crença de grande relevância está relacionada à forma como os pais sacrificam seus desejos para com isso manterem a família unida (valorização da instituição familiar). Esta crença tem em sua base um fator interacional muito importante e impactante para seus membros que é o afeto e proteção.

Outros aspectos também promoveram resiliência na história de vida de Lílian e Beatriz, como o apoio da escola e da igreja, que desempenharam um papel reforçador da necessidade de buscar outros propósitos e sentido para a vida. A escola apontando o sofrimento da Beatriz bem como seu potencial e capacidade. A igreja possibilitando sua reconexão com a fé. A terapia também se mostrou promotora de reflexão e reconhecimento de suas habilidades, capacidades e valores, bem como seus direitos como cidadã. Portanto, a terapia possibilitou a ela e a filha uma melhor organização emocional e um posicionamento mais adequado diante das adversidades enfrentadas, bem como um encorajamento e um otimismo na superação destes.

A Delegacia para a Mulher foi um grande promotor de suporte judicial e emocional, pois propiciou a denúncia da violência e garantias quanto a sua segurança e acesso aos

direitos como cidadã. A delegacia favoreceu a comunicação dos eventos violentos bem como favoreceu o controle sobre eles, tornou público e expôs a violência e o agressor sem receio de fazê-lo. A instituição lhe possibilitou se apropriar de uma autoridade que acabou promovendo liberdade interior e fortalecimento emocional.

Em relação aos fatores de risco observa-se que a violência é um modelo interacional da família de origem do marido, que se mantém através de crenças que dizem respeito ao lugar da mulher na relação, passiva, inferior ao homem, o qual é detentor do controle e autoridade sobre a esposa e filhos. Também se observa que o processo de transmissão multigeracional se perpetua através das relações conjugais, passando dos pais para os filhos.

Na história de Lílian também havia violência, relacionada aos segredos familiares, que aparecem na família de origem promovendo a violência psicológica. O pai de Lílian já tinha uma família antes de casar com sua mãe e a descoberta deste segredo acarretou um grande conflito conjugal e familiar, levando à separação do casal. A partir deste evento da separação, a mãe engravida de outro homem, o qual seria o pai biológico de Lílian. Este fato fica em segredo até a morte da mãe. Assunto nunca conversado em família, Lílian nunca soube se o pai sabia da verdade. Segundo Imber-Black (2002, p. 21), “os segredos são fenômenos sistêmicos, e estão ligados ao relacionamento, moldam as díades, formam triângulos, aliança encoberta e calibram a intimidade e o distanciamento nos relacionamentos”. Portanto, Lílian na escolha do cônjuge acaba repetindo uma história de violência psicológica, muito diferente das escolhas de suas irmãs, o que denota o quanto a violência psicológica do segredo em sua vida foi marcante e destrutiva. A partir deste entendimento se compreende o fato dela se mostrar submissa e passiva diante da violência a qual era submetida, a ponto de não ver as conseqüências para a filha. Dessa forma, não se torna protagonista de sua história de vida e se deixa conduzir pelo marido e pelos sogros. Desde o início se percebe que a dependência emocional dela em relação ao marido acaba favorecendo as dificuldades no processo de separação/individuação do casal e facilitando uma história de fusionamento.

As características do padrão de funcionamento da família do ex-marido também favoreceram a aparição das relações violentas, tais como a falta de respeito pelas diferenças e as regras se mostrando rígidas, punitivas e coercitivas. Há promiscuidade nas relações extraconjugais e desvalorização da mulher como pessoa e esposa. Em relação ao fator de apoio social, Lílian se recente da ação do judiciário, que se mostrou lento e não resolutivo

para resolver seus problemas da separação e divisão de bens, dificultando sua saída em definitivo da história de violência.

4.8.2 A partir das interpretações derivadas da análise das narrativas foram identificados os mecanismos de proteção e os fatores de risco no caso de Rosângela e seus filhos.

Observa-se que as características disposicionais de Rosângela e o apoio social foram os fatores de proteção fundamentais para a saída da história de violência. O que mais chamou atenção na história de Rosângela é como uma pessoa pode suportar tanta opressão e sofrimento, viver isolada da família de origem, sem amizades, sem poder se desenvolver profissionalmente e não adoecer física e mentalmente?

Segundo Beavers e Hampson (1990/1993) o cuidado genuíno mostra-se eficaz mesmo nas famílias nas quais as habilidades dos pais são modestas. Este valor afiliativo foi considerado na pesquisa dos autores como vital para o bom funcionamento da família. Rosângela não entrou em depressão porque construiu o sentido de sua vida não na relação conjugal, mas no significado da maternagem. Atribuir significado a sua vida como alguém capaz de cuidar e amar os filhos é seu grande protetor diante das adversidades e sofrimentos.

Percebe-se que ela não estava cega pela violência, mas se sentia sem condições de sair da história porque não recebia apoio de sua família de origem e muito imatura para buscar outras soluções foi suportando o sofrimento em silêncio, assim acaba reforçando a idéia de dedicação e devoção aos filhos renunciando à felicidade pessoal. Rosângela constrói na história de maternagem com os filhos um significado de vida tão forte capaz de mantê-la viva, otimista e perseverante apesar de todas as dificuldades, a ponto de arrumar emprego e se manter financeiramente sem depender totalmente de seu pai. Conseguindo atribuir sentido a sua vida supera as adversidades e se projeta para o futuro, porque não deixa de sonhar e acreditar na vida e nas possibilidades de mudança. Está envolvida com o compromisso de criar os filhos, há uma intencionalidade em suas ações que transcende a si mesma e a projeta para o outro, no caso, os filhos. Segundo White e Epston (1990), fazemos escolhas de acordo com nossos estados intencionais de consciência que norteiam nossas intenções e propósitos na vida.

A espiritualidade se mostrou outro fator protetor importante, pois através do místico fortaleceu suas crenças pessoais de fé e transcendência da dor buscando sentido para os eventos de sua vida. Logo cedo aprendeu a lidar com a dor da perda com a morte da mãe aos

doze anos. Deu sentido ao sofrimento associando-o com misticismo e superstição e ao manter otimismo quanto à realização de seus sonhos conseguiu proteger-se da desesperança e da tristeza.

Rosângela enfrentou a autoridade do marido inicialmente quando percebeu que ele não a amava e sim a humilhava e maltratava. Ao desafiá-lo desencadeou uma violência cada vez maior, pois o agressor precisava manter o controle sobre a esposa, o que acabou confirmando para ela que realmente não havia mais nada em seu casamento. O segundo momento de enfrentamento ao ex-marido se deu na audiência, quando ela o encarou sem medo e com isso se fortaleceu. Percebeu-se tendo controle e autonomia sobre ele, o que não tinha anteriormente. Assim, confirmou sua decisão em não voltar atrás. Com esta atitude surpreendeu muitas pessoas, especialmente o ex-marido, pois ele não acreditava que ela pudesse conseguir um emprego e sustentar os filhos. Portanto, a auto-estima é um fator disposicional importante na resiliência, pois a pessoa percebe seu sucesso como resposta ao seu esforço e competência (Brooks, 1994).

Boszormenyi-Nagy (1987) enfatizou a dimensão ética dos relacionamentos familiares em legados multigeracionais de responsabilidade dos pais e lealdade dos filhos, que guiam seus membros no decorrer do ciclo de vida. Quando os filhos de Rosângela tentavam protegê-la do ataque do pai demonstravam uma grande lealdade para com ela e isto lhe confirmava como importante para eles e merecedora de seu amor. O afeto também desempenhou um papel importante na história pessoal de Rosângela, pois é um modelo interacional de sua família de origem (pai e mãe) que ela repetiu em sua relação afetiva com os filhos. Destaca-se que a dimensão temporal foi um elemento importante no nível das relações interpessoais no microsistema familiar, visto que houve uma mudança qualitativa no vínculo entre pai e filha. Isto é, inicialmente o pai não se colocou como uma figura presente e protetora da filha. Entretanto, quando esta já adulta pede auxílio ele resgata a relação afetiva com a filha.

A valorização da instituição família no sistema familiar de origem de Rosângela estava relacionada à proteção e afeto entre seus membros. Embora em alguns momentos tenha faltado a proteção e apoio necessários para que ela não ficasse casada, estes fatores protetores voltaram a aparecer em sua relação familiar e garantiram sua permanência fora da história de violência.

Os fatores sociais também promoveram seu fortalecimento e superação da crise, pois ao permitir a entrada de outras pessoas em sua vida, como vizinhos, terapeuta, polícia e

judiciário ela confiou nesta ajuda. A denúncia da vizinha chamando a polícia foi fundamental para fornecer à Rosângela proteção necessária para sair da história de violência. Igualmente importante foi a confiança na polícia e no judiciário que agiram rapidamente, garantindo-lhe segurança mínima necessária para se fortalecer e se manter fora da história de violência.

A confiança na terapia, que reconheceu suas habilidades e determinação em conseguir emprego e em lutar por aquilo em que acreditava também a encorajou a buscar apoio de sua família de origem e de sua rede social. Quando os terapeutas encorajam as pessoas a mudar suas crenças repressoras e buscar novas histórias alternativas de vida, precisam também acionar redes de apoio para que os sonhos possam ser realizados. Segundo Walsh (2005, p.75) “para um compromisso sustentado, um sistema de crenças capacitador deve ser validado pela experiência e reforçado por estruturas sociais maiores”.

Em relação aos fatores de risco é possível se observar que a história pessoal de Rosângela indicou que o relacionamento conjugal foi motivado por uma tentativa de sair de uma situação problemática, tanto a nível financeiro como emocional e familiar. Rosângela iniciou um relacionamento com uma posição de dependência e imaturidade que foi se refletindo ao longo dos anos que se manteve casada. Esta dependência emocional e a violência somente foram encaradas e enfrentadas após a denúncia da vizinha. Durante o casamento, o senso de coerência de Rosângela estava alienado e paralisado, e ela não tinha controle sobre a violência vivenciada no casamento. O medo lhe limitava emocionalmente a capacidade de cuidar de si mesma.

Além disto, o isolamento em que Rosângela vivia propiciou a manutenção da violência, a falta de autonomia e flexibilidade na relação homem e mulher. Os limites no casamento eram rígidos, coercitivos e punitivos. O marido não a deixava trabalhar e decidia sobre suas amizades, proibindo a aproximação de alguém que não fosse da família, inibindo qualquer possibilidade de Rosângela se socializar. Dessa forma, não se evidenciou flexibilidade, autonomia, nem confiança e lealdade na relação conjugal, pois o ex-marido via a família como sua propriedade e impedia a aproximação de pessoas de fora com receio de que seu poder fosse afetado. Portanto não houve diferenciação neste sistema conjugal e as diferenças não foram respeitadas.

Na família de origem do marido o modelo relacional é de violência à mulher. Igualmente, na família de origem de Rosângela, as mulheres casam com homens opressores e violentos. As mulheres assumem o papel de cuidadoras da família e renunciam à felicidade

pessoal em prol da instituição família, o que confirmou Rosângela como mais uma das mulheres que sofre calada e mantém este modelo de ser mulher, passiva e submissa ao homem.

Ao desafiar sua autoridade Rosângela enfrenta a vingança e o desejo de retaliação de parte do ex-marido, como ameaças de morte e de perda da guarda dos filhos. A maior vulnerabilidade de Rosângela foi a falta de apoio da sua família de origem, pai e avó, quando ela pediu para voltar para casa. Houve descaso do pai que não cuidou da filha e a deixou a própria sorte, gerando sentimentos de abandono e falta de amor que a distanciou da família de origem. Segundo Rutter (1987), um dos mecanismos de proteção que atuam na redução do impacto do risco sobre o indivíduo são os fatores familiares, como coesão, estabilidade, respeito mútuo, apoio/suporte. Portanto, na falta deste fator de proteção, Rosângela ficou mais vulnerável emocionalmente frente à violência no seu casamento.

5- DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nas tabelas 9 e 10 são apresentados os processos de resiliência e os fatores de risco para ambas as famílias da pesquisa, possibilitando uma interpretação ampla dos indicativos que foram considerados relevantes tanto para a saída da história de violência quanto para potencializá-la. Em seguida os resultados são analisados em relação aos objetivos específicos da pesquisa, em que se apresenta uma compreensão da violência a partir da inserção ecológica realizada na Delegacia para a Mulher, discutindo-se os efeitos do fenômeno. Por último, as conclusões e considerações finais sobre os mesmos.

Tabela 9

Processos de resiliência relevantes para a saída da história de violência no contexto ecológico das famílias da pesquisa:

Fatores de Proteção	Eu Ecológico	Microsistema Familiar	Mesosistema e Exossistema	Macrossistema
Sistema de crenças	Enfrentamento dos desafios. Cuidado e proteção aos filhos.	Responsabilidade dos pais e lealdade dos filhos. Vínculos afetivos		Valorização da instituição família

	<p>Maternagem como sentido de vida.</p> <p>Espiritualidade e misticismo.</p> <p>Auto-estima.</p> <p>Sentido à adversidade.</p> <p>Referencial interno de valores.</p> <p>Força e potencial nos aspectos cognitivos e de temperamento.</p>	<p>na família de origem.</p> <p>Compartilhamento dos problemas.</p> <p>Sistema de crença da família de origem: proteção, afeto e união.</p> <p>Os pais são espelhos para os filhos.</p>		<p>Culturalmente a sociedade não aceita a violência.</p>
Padrão de organização	<p>Capacidade de acolher os sentimentos dos filhos.</p> <p>Orientação positiva.</p> <p>Reorganização para trabalhar e cuidar dos filhos.</p>	<p>Apoio e colaboração entre mãe e filhos no enfrentamento dos problemas.</p> <p>Adaptação dos filhos a nova forma familiar.</p> <p>Apoio emocional e financeiro dos familiares.</p> <p>Reconhecimento da história de violência.</p> <p>A coesão da família de origem.</p>	<p>Apoio dos vizinhos, Escola, igreja, Terapia, polícia.</p> <p>Delegacia para a Mulher.</p> <p>Ação do judiciário</p>	
	<p>Compartilhamento dos sentimentos e</p>	<p>Amizade e comunicação</p>	<p>Acesso aos serviços de</p>	<p>Conscientização cultural de</p>

Processos de Comunicação	proteção. Tolerância quanto às diferenças e dificuldades. Resolução dos problemas, comunicação clara e expressão emocional aberta.	aberta entre os membros da família. Empatia nas relações familiares.	ajuda. Acolhimento por parte dos profissionais.	valores de proteção à mulher (Lei Maria da Penha).
---------------------------------	--	---	--	--

5.1 Respondendo as questões norteadoras da pesquisa é possível se identificar a partir dos processos-chave de resiliência, os mecanismos de proteção e as situações de risco nas famílias nos diferentes contextos.

No *Sistema de Crenças da família*, ao nível do *Eu Ecológico*, observa-se que a perseverança e a coragem no enfrentamento dos desafios foram um grande protetor individual, promovendo a auto-estima das mulheres que se viram capazes de lutar por elas mesmas e pelos filhos. Outro aspecto protetor estava ligado à construção da maternagem como sentido de vida, quando o cuidado e a proteção aos filhos foram os valores afiliativos de maior sustentação emocional destas mulheres dentro da história de violência e sofrimento (Beavers & Hampson, 1990/1993).

Atribuir sentido à adversidade através da crença de que através do sofrimento a pessoa aprende a se fortalecer, favoreceu o reconhecimento do alcance da violência e a discriminação da situação que estavam vivendo e promoveu ações para a saída da história de violência. Voltar a fazer escolhas segundo seu referencial interno de valores favoreceu a busca por apoio e suporte. Outros aspectos de caráter individual, que promoveram a saúde mental e diminuíram o impacto da violência para os membros da família foram a força e o potencial dos aspectos cognitivos e de temperamento. Finalmente, a espiritualidade se mostrou um protetor importante para as famílias, promovendo a fé, esperança e otimismo na superação dos problemas.

Ao nível do *Microsistema Familiar*, os fatores de proteção foram a responsabilidade dos pais e lealdade dos filhos, considerados verdadeiros legados multigeracionais, que guiam seus membros no decorrer do ciclo de vida (Boszormenyi-Nagy, 1987). Quando os filhos

tentavam proteger a mãe do ataque do pai demonstravam uma grande lealdade confirmando-a como importante para eles e merecedora de seu amor, mantendo sua auto-estima e sua esperança na superação das dificuldades. Outro fator que promoveu a saída da história de violência estava relacionado à afetividade nos vínculos familiares, que acompanhava as famílias através de várias gerações, como um modelo do sistema de crenças familiar voltado para a proteção, união e afeto entre seus membros. Este modelo favoreceu o compartilhamento das dificuldades e confirmaram os pais como os principais formadores da personalidade dos filhos (os pais são espelhos para os filhos). No *Macrossistema*, se observa que a sociedade valoriza a instituição familiar e que culturalmente não aceita a violência.

No domínio, *Padrão de Organização*, ao nível do *Eu ecológico*, é possível se observar o acolhimento dos sentimentos dos filhos e o reconhecimento de seus méritos. Há orientação positiva frente à vida e reorganização emocional para trabalhar e cuidar dos filhos. No *Microssistema familiar*, observa-se o apoio e a colaboração entre mãe e filhos no enfrentamento dos problemas o que facilitou a adaptação a nova forma familiar. Na família de origem disponibiliza-se suporte emocional e financeiro, que promovem a coesão da família, bem como o reconhecimento da violência como prejudicial. No *Mesosistema e Exossistema*, verifica-se a importância do suporte social na promoção de novas respostas à violência conjugal, entre elas o apoio dos vizinhos, escola, igreja, terapia, Delegacia para a Mulher e ação do judiciário. A ação e interferência de sistemas externos à família, como no caso de vizinhos e da polícia na família de Rosângela foram aspectos essenciais no fortalecimento pessoal e no enfrentamento da violência.

No domínio, *Processos de comunicação*, no *Eu Ecológico*, além do compartilhamento dos sentimentos entre a mãe e os filhos há acolhimento e proteção. A empatia da mãe para com os filhos favoreceu uma comunicação tolerante em relação às diferenças. No *Microssistema Familiar*, observa-se a importância da relação de amizade entre os membros da família, em especial da família de origem que funciona como um suporte no enfrentamento dos problemas. No caso de Rosângela, o resgate da amizade com o pai e a avó foi fundamental para sua permanência fora da história de violência, pois favoreceu uma melhor comunicação sobre os eventos violentos. Outro fator importante que também promoveu a saída da história de violência foi a empatia nas relações familiares, como no caso de Lílian, em que a empatia entre as irmãs tinha um sentido de vida muito forte e, portanto, protetor.

No *Mesosistema e Exossistema*, acesso aos serviços de ajuda e acolhimento por parte dos profissionais, se tornaram possíveis a partir da criação da Delegacia para Mulher. No *Macrossistema*, conscientização cultural de valores de proteção à mulher, a partir da criação da Lei Maria da Penha.

No quadro abaixo são apresentados os fatores de risco que potencializaram a violência para ambas as famílias da pesquisa.

Tabela 10

Fatores de risco e vulnerabilidade que potencializaram a violência nos contextos ecológicos das famílias da pesquisa:

Fatores de Risco	Eu Ecológico	Microssistema Familiar	Mesosistema e Exossistema	Macrossistema
Sistema de crenças	<p>Senso de coerência alienado e paralisado.</p> <p>Pouco controle sobre eventos.</p> <p>Medo e passividade.</p> <p>Não enxergar o alcance da violência.</p> <p>Problemas emocionais.</p>	<p>Papel do homem: Não valorizar, não apoiar e nem proteger a esposa.</p> <p>Desencorajar emprego e amizades. Negligente com os filhos. A violência é um modelo interacional.</p> <p><i>Crenças</i>: casamento como solução para os problemas.</p> <p>Renúncia pessoal pela felicidade dos filhos.</p> <p>Mulheres são cuidadoras da família, cedem ao marido, realizam a manutenção do casamento. O homem é superior à mulher e detentor do</p>		<p>A sociedade não aceita a separação.</p>

		poder. Infidelidade: família de origem e na própria. Segredos familiares		
Padrão de Organização	Distanciamento afetivo e abandono na relação do homem com a mulher e filhos.	As regras são rígidas, punitivas, coercitivas. O marido mantém o poder e o controle sobre a família. Impede a entrada de outras pessoas no sistema familiar. Não há diferenciação no sistema conjugal e nem respeito. Padrão familiar de promiscuidade sem compromisso com vínculo.	Isolamento social. Falta de profissão e Emprego. Dependência financeira do Marido. Falta de apoio da família do marido. Judiciário lento e não resolutivo.	Padrões culturais que determinam a conduta da mulher na sociedade. A estrutura da sociedade patriarcal que tolera senão facilita a violência do homem contra a mulher.
Processos de Comunicação	Falta de diálogo entre mãe e filhos durante o casamento sobre a violência vivenciada.	Não há tolerância, nem respeito à esposa. Pouco compromisso com a família. Envolvimentos extraconjugais. Casal: sem compartilhamento das emoções e da comunicação. Mentiras e omissões. Interferência de terceiros.		

5.2 Respondendo as questões norteadoras da pesquisa, observa-se que foi possível compreender o significado atribuído nas narrativas familiares à violência, identificando o *Sistema de Crenças Familiares, os Padrões Organizacionais e os Processos de Comunicação* em relação aos eventos violentos. Fazendo um paralelo entre as duas famílias é possível se identificar que os *Sistemas de crenças familiares* que mantêm as histórias de violência no *Microssistema* familiar apresentam algumas características semelhantes. Dentre elas, podem-se citar crenças associadas ao papel da mulher como mantenedora da família, passivas diante do marido e principal educadora e protetora dos filhos. Igualmente, crenças sobre o papel do homem como dominador e opressor, demonstrando também pouco envolvimento emocional. Estas características masculinas são percebidas como oriundas de um modelo relacional de violência à mulher vivenciado em suas famílias de origem e perpetuado através da herança transgeracional. Ao nível do *Eu Ecológico*, ambas as mulheres apresentaram um senso de coerência interno paralisado e alienado frente à violência vivenciada, limitando suas ações e tentativas de mudança. Na família de Lílian e Beatriz, a paralisação interna chegou a desenvolver um processo emocional de cegueira da mãe frente às conseqüências da violência para a filha, que acabou gerando depressão e ansiedade para ambas.

No domínio *Padrão de Organização*, ao nível do *Eu Ecológico*, observa-se um funcionamento familiar caracterizado pelo distanciamento afetivo do homem na relação com a mulher e filhos. As regras familiares são rígidas, coercitivas e punitivas e sustentam uma posição masculina de poder e controle sobre a família. Há uma significativa pobreza na diferenciação dos parceiros no sistema conjugal, sendo que a falta de respeito pelos limites geracionais e às fronteiras do casal levam a um padrão de promiscuidade sem compromisso com vínculo e conseqüente desvalorização da mulher. Ao nível do *Mesossistema e Exossistema*, alguns aspectos foram fundamentais para gerar vulnerabilidade diante da violência como o isolamento social, a falta de profissão e emprego, a dependência financeira do marido e a falta de apoio de alguns familiares.

O judiciário lento e pouco resolutivo também se caracterizou como um risco para estas famílias no enfrentamento da violência conjugal. A lentidão em solucionar os conflitos de guarda e divisão de bens coloca as mulheres em situações ainda mais difíceis, considerando que muitas delas não têm renda própria e dependem de familiares para sustento. Principalmente, no *Macrossistema* verifica-se que a sociedade constrói padrões culturais

baseados em uma estrutura patriarcal tolerante e facilitadora da violência do homem contra a mulher (Walker, 2006).

Finalmente, o último pilar de resiliência familiar destacado por Walsh refere-se ao domínio Processos de Comunicação. Ao nível do *Eu Ecológico*, há falta de diálogo entre mãe e filhos durante o casamento sobre a violência vivenciada, porque a mãe não via o alcance da violência. Ao nível do *Microsistema familiar*, a relação conjugal se configurou pela pobreza do compartilhamento afetivo e na comunicação caracterizada por mentiras e omissões. A resolução de conflitos era alcançada através da violência, indicando a dificuldade de interação e diálogo na construção de soluções. Somente com o enfrentamento da violência foi possível um maior compartilhamento e honestidade nas trocas entre os familiares, permitindo interações mais empáticas.

5.3 - Compreendendo a violência conjugal através das percepções dos profissionais da Delegacia para a Mulher

Observa-se nas narrativas dos profissionais da Delegacia para a Mulher que um dos fatores que mantém a violência conjugal é o processo de violência intergeracional destas famílias, construído na relação familiar e repetido na escolha do parceiro. Segundo Ostin (1995), a violência é um modelo interacional que se repete através de várias gerações da constelação familiar do agressor. Na relação conjugal se evidencia o processo de transmissão multigeracional, um mecanismo que pode interferir na relação do casal e está relacionado às experiências vividas dentro da família de origem. O homem traz um desejo grande de controle e poder sobre a mulher a quem ele vê como inferior e que lhe deve obediência, pois este abuso de poder e controle o motivam à violência (Walker, 2006).

Em relação aos fatores que podem favorecer a saída da violência conjugal, o enfrentamento da violência pela mulher aumenta sua auto-estima e o apoio da família de origem, além de promover suporte e proteção também favorece uma atitude menos passiva e mais independente desta mulher em relação ao parceiro, portanto, na esfera do microsistema este apoio é identificado como muito importante.

No entanto, as dificuldades do policial associadas à falta de maior envolvimento e interesse pelos casos de violência à mulher, ao preconceito de que a mulher gosta de apanhar, ao trabalho individualista e a falta de preparo técnico, constituem situações graves que impedem o trabalho adequado no contexto da violência. Outro fator é a demanda intensa no

serviço que favorece sentimentos de impotência, além do envolvimento com o sofrimento das vítimas. A lentidão do processo também é um fator gerador de estresse, pois muitas mulheres desistem em função da demora para as audiências.

Neste sentido, foi indicado como um fator importante no enfrentamento da violência o treinamento e o acompanhamento psicológico do policial em função da complexidade do envolvimento com os casos. A ação da polícia promove amparo e segurança à vítima, fortalecendo-a para fazer a denúncia da violência. Dessa forma, a Delegacia tem duas funções, a de oferecer suporte e apoio para a vítima de violência e a de reprimir o agressor. Pelas falas dos entrevistados, observa-se que o apoio e suporte social que a Delegacia para a Mulher tem proporcionado à vítima de violência, têm demarcado um novo espaço para a mulher na sociedade.

Outro fator importante na compreensão do fenômeno da violência é a sociedade, que contribui fortemente para que a violência conjugal se mantenha, pois além de definir papéis e regras para o homem e a mulher, também tolera a crença da superioridade masculina. Segundo Lenore Walker (2006), a teoria ecológica incorpora o trauma da violência conjugal a outros fatores situacionais, que incluem uma estrutura de sociedade ainda patriarcal que tolera e facilita a violência do homem contra a mulher.

Para os profissionais da Delegacia, o preconceito criado pela sociedade em relação à mulher que apanha do marido, dificulta o enfrentamento por parte da vítima e também inibe a ação do policial. Citando em específico a sociedade atual consumista e mantenedora de padrões de comportamento muito competitivos de gênero, raça e ideologias, que geram conflitos de âmbito individual e social, no Brasil, estas questões se intensificam em função da percepção de impunidade. Esta tem se caracterizado como um processo social que suscita a descrença no poder público e governamental, o que tem favorecido a manutenção da violência, entre elas a conjugal. Portanto, pode-se dizer que o desemprego, a pobreza e a impunidade são fenômenos sociais que geram e mantêm a violência da sociedade sobre o indivíduo, família, grupos e comunidades. Assim, a Lei Maria da Penha, veio dar uma maior visibilidade a questão da violência à mulher com a prisão do agressor, embora não resolva a questão da violência, mas já retrata um posicionamento social frente a ela. Em suma, partindo de uma aproximação mais ampla e considerando o grupo como um todo, este se apresenta com um posicionamento proativo e respeitador das necessidades das mulheres vítimas de violência conjugal e também reconhecendo as próprias limitações.

6. CONCLUSÃO

Nesta pesquisa foi possível identificar que o processo de resiliência foi construído tendo como fatores principais os aspectos marcantes da família como uma unidade funcional frente à superação das dificuldades, em que habilidades e competências de seus membros foram elementos muito valorizados, favorecendo a saída da história de violência. Um aspecto muito marcante na promoção do processo de resiliência para estas duas famílias se relacionou a forma como as mães construíram suas histórias de afeto, cuidado e proteção aos filhos, diminuindo os prejuízos da exposição à violência para as crianças. Esse fator de proteção também propiciou às mães se manterem mais inteiras emocionalmente apesar do sofrimento, confirmando as pesquisas de Beavers e Hampson (1990/1993) sobre o valor do cuidado e da proteção no desenvolvimento emocional dos membros da família. Portanto, pode-se dizer que em geral, nos núcleos familiares a manutenção de saúde mental e resiliência ocorrem quando pelo menos uma relação significativa de proteção e afeto entre os membros se desenvolve como de mãe para com os filhos, ou entre os irmãos.

No entanto, pode-se observar que os fatores de proteção não se apresentaram da mesma forma para cada família. Assim, não se pode generalizar e categorizar as famílias em modelos estanques de resiliência. Ao contrário, cada família manteve suas próprias características de identidade diante da violência, respondendo a sua maneira e de acordo com seus valores e crenças familiares. Alguns protetores embora se mostrassem semelhantes tinham um peso diferente para cada família. Na família de Rosângela, os maiores fatores de proteção estavam relacionados à construção do sentido de vida da mãe através da relação com os filhos e suas características individuais de temperamento, além do fator social (vizinha e polícia). Na família de Lílian, os fatores de proteção que tiveram o maior impacto foram o apoio da família de origem, em especial a amizade entre as irmãs e as características individuais, como a religiosidade.

Comparando os resultados desta pesquisa com os achados de Yunes (2001) é possível se identificar que as famílias que vivem tanto em situações de pobreza como em situações de violência conjugal respondem ao risco de uma forma singular e própria de cada família, que tem em sua base uma construção de valores e crenças que lhes possibilitam respostas positivas diante das adversidades. Em relação à violência conjugal, Yunes, Mendes e Albuquerque (2004/2007) observaram em seus achados de pesquisa com famílias monoparentais em situação de pobreza, que a ausência da violência nas relações conjugais

proporcionou as melhorias e a reaproximação de outros familiares bem como o apoio destes e a conseqüente melhora da situação financeira da família. No entanto, o risco em si não foi totalmente excluído da história destas famílias. Na pesquisa atual também é possível identificar que alguns riscos continuaram a existir na história destas duas famílias, tais como a dependência financeira, outrora do marido, agora da família de origem, e as atitudes opressoras dos ex-maridos que usavam os filhos para agredir as ex-esposas numa tentativa de colocá-las como inaptas para cuidar dos filhos. Portanto, apesar do risco maior da violência conjugal direta ter sido excluída da vida familiar, após a separação, a violência continuou se apresentando como um risco, agora de uma forma indireta.

Segundo Ravazzola (2005), o enfoque da resiliência, como qualquer outro, não é absoluto. Portanto, não proporciona todas as respostas e não está livre de ser utilizado dentro de um modelo que enfatiza os déficits e conceitua as pessoas em mais resilientes e menos resilientes. A autora assinala que o desafio atual é estudar as interações familiares, a fim de se conhecer as competências e potencialidades humanas que ficaram postergadas pelas tradicionais pesquisas que tinham seu foco nos déficits familiares e nas funções maternas e paternas. Portanto, é possível se observar como o processo interacional familiar promoveu as respostas de resiliência para as famílias, no caso, a mãe e os filhos. Reiterando o que Walsh (1998/2005) considera como fundamental em relação à resiliência familiar, esta precisa ser compreendida como se referindo aos processos de enfrentamento, de adaptação e coping na família como uma unidade funcional. Assim, o fenômeno resiliência passa a ser caracterizado não só no foco individual, mas também no processo interacional familiar. Dessa forma, quando os terapeutas encorajam as pessoas a mudar suas crenças repressoras e buscar novas histórias alternativas de vida precisam também acionar redes de apoio para que os sonhos possam ser realizados.

Em relação à rede de apoio social, vimos na inserção ecológica na Delegacia para a Mulher, através das percepções dos profissionais que atendem às mulheres vítimas da violência conjugal, que a promoção da resiliência nestas instituições atravessa muitas barreiras que a própria sociedade impõe. Os preconceitos e papéis predeterminados do lugar do homem e da mulher na família e na sociedade acarretam julgamentos de valor em relação à violência conjugal. Portanto, o fenômeno violência, também aparece nesta pesquisa sob a ótica do social, especialmente na fala dos profissionais da Delegacia para a Mulher, confirmando a opinião de muitos autores sobre a influência da sociedade que mantém e tolera

a violência do homem contra a mulher (Grosman, Mestermann, & Adamo, 1992; Lundy Bancroft & Jay Silverman, 2002; Walker, 2006). Minayo (1994) expõe sua teoria sobre a violência estrutural como um complexo e dinâmico fenômeno biopsicossocial, que é gerado e se desenvolve na vida em sociedade, aplicando-se tanto às estruturas organizadas e institucionalizadas da família como aos sistemas econômicos, culturais e políticos. A violência conduz à opressão de grupos, classes, nações e indivíduos, impedindo-lhes de alcançar conquistas sociais e assim tornando-os vulneráveis ao sofrimento e a morte, bem como fazendo-os aceitar ou infligir sofrimentos de uma forma naturalizada. Portanto, a violência conjugal está inserida neste contexto maior do processo social e por isso seu enfrentamento encontra tantas resistências, tanto a nível interno da família quanto do suporte social das redes públicas. Dessa forma, se faz necessário uma melhor capacitação dos profissionais que trabalham em contextos de violência, para que o enfrentamento destas situações de risco seja possíveis.

SEÇÃO II - Revisão Teórica

Resiliência em famílias: Uma perspectiva na promoção e prevenção em saúde mental

Resumo

A perspectiva da resiliência em famílias é importante para o desenvolvimento de estratégias de prevenção e intervenção voltadas para famílias em situação de risco. Portanto, é importante conhecer como os processos internos e externos à família interagem e afetam seu funcionamento e a capacidade de transformação da adversidade. Dessa forma, o objetivo deste artigo é discutir o conceito de resiliência em famílias, considerando os principais modelos dos processos familiares envolvidos na resiliência e apresentar os principais resultados identificados em estudos brasileiros sobre famílias e resiliência. Destacam-se, também, as implicações desta abordagem para o trabalho preventivo com famílias e desenvolvimento de políticas públicas voltadas para as relações familiares.

Palavras-chave: resiliência familiar, família, risco, políticas públicas.

Abstract

Family resilience perspective is important to the development of strategies of prevention and intervention geared to families in risk situations. However, it is important to know how internal and external processes to the family interact and affect its functioning and the capacity to transform adversity. This way, the objective of this article is to discuss the concept of family resilience, considering the principal models of family process involved in resilience and to present the principal results identified in Brazilian studies about families and resilience. The implications of the approach to preventive work with families and the development of public policies are highlighted

Key-words: family resilience, family, risk and protection, public policies

É crescente o interesse por estudos sobre o desenvolvimento humano na identificação e compreensão dos processos de resiliência considerando a noção de promoção de saúde face às circunstâncias adversas de vida. Ao priorizar os aspectos de enfrentamento das situações de risco e ao tentar compreender as características desses processos as pesquisas destacam-se por sua ênfase nas características individuais e coletivas de transformação e saúde. Esta compreensão dos processos envolvidos na resiliência objetiva o desenvolvimento de ações de promoção e de prevenção em saúde em várias instâncias, tais como familiar, social, pública (Junqueira & Deslandes, 2003; Sapienza & Pedromônico, 2005; Yunes, 2001).

O conceito de resiliência refere-se ao processo de superação dos efeitos negativos da exposição aos riscos, de forma que o enfrentamento dos eventos traumáticos não conduza a trajetórias negativas de desenvolvimento (Rutter, 1985/1987). Assim, Pesce (2005) resume o conceito de resiliência como “o conjunto de processos sociais e intrapsíquicos que possibilitam o desenvolvimento saudável do indivíduo (p.436)”, envolvendo, portanto, características de personalidade individual, de coesão e bom relacionamento familiar e disponibilidade de suporte externo.

Associados à noção de risco estão os fatores de proteção que podem ser compreendidos como situações que promovem a saúde ou mitigam o impacto negativo do trauma. Estes fatores incluem desde características individuais, como também recursos do ambiente social e contextual onde o indivíduo está inserido que agem de forma interativa na determinação das trajetórias individuais (Fergus & Zimmerman, 2005). Neste sentido, considerando-se o aspecto interativo dos processos em relação às características internas individuais e os recursos disponíveis no contexto proximal e distal, verifica-se que são diversas as possibilidades de se desenvolverem estratégias de promoção de resiliência nestes diferentes níveis, dirigidas a indivíduos ou grupos em situação de vulnerabilidade (Bronfenbrenner, 1979/2002). Como consequência, o conceito de resiliência é um construto importante para o trabalho com crianças e famílias em situação de vulnerabilidade e risco, por enfatizar a compreensão das respostas emocionais e comportamentais que se orientam ao crescimento e por permitir a promoção de diferentes abordagens preventivas (Luthar & Cicchetti, 2000).

Nesse sentido, as pesquisas sobre resiliência têm abordado diferentes situações de estresse no desenvolvimento humano, como traumas, violência, doenças e perdas, tanto sob a perspectiva da resiliência individual como familiar e comunitária (Daniel, 2006; Lietz, 2006).

Na última década, o foco na compreensão dos processos familiares nas situações de adversidade e crise com objetivo de identificar as formas pelas quais as famílias enfrentam as situações de risco passou a receber especial atenção. Principalmente, destacando-se a importância das relações familiares na promoção de resiliência individual e grupal (Hawley & DeHann, 1996). Desta maneira, a abordagem na resiliência familiar volta-se para o conhecimento e compreensão dos processos que capacitam as famílias a superar crises e estresses, tanto no presente como ao longo do tempo (Walsh, 1998/2005).

Entretanto, são poucos os estudos que investigam a família como capaz de contribuir para a resiliência individual (Lietz, 2006). A maioria dos trabalhos está centrada no clima emocional ou na dinâmica de famílias disfuncionais, portanto, baseada no paradigma do déficit. Ao contrário, a abordagem da resiliência familiar volta-se para os aspectos saudáveis e de sucesso que as famílias podem alcançar e, a partir de processos-chave, encorajaram o crescimento individual e familiar. Partindo destes aspectos, o objetivo do presente artigo é discutir o conceito de resiliência familiar, considerando os principais modelos dos processos familiares envolvidos na resiliência e apresentar os principais resultados identificados em estudos sobre famílias e resiliência. Para tal, apresenta-se uma breve revisão do conceito de resiliência, seguido da discussão dos modelos processuais da resiliência familiar destacando o trabalho de Walsh (1998/2005). Finalmente, identificam-se, a partir das pesquisas em famílias, os principais processos envolvidos nas trajetórias familiares de resiliência. Destacam-se, também, as implicações desta abordagem para o trabalho preventivo com famílias e desenvolvimento de políticas públicas voltadas para as relações familiares.

A resiliência: desenvolvimento de um conceito

A origem do termo resiliência fundamenta-se em três pontos de vista: o físico, o médico e o psicológico (Tavares, 2001). No primeiro, a resiliência é a qualidade de resistência de um material ao choque, à tensão e à pressão, qualidade que lhe permite voltar, sempre que é forçado ou violentado, à sua forma ou posição inicial - por exemplo, uma barra de ferro, uma mola, elástico etc. No segundo, a resiliência seria a capacidade de um sujeito resistir a uma doença, a uma infecção, a uma intervenção, por si próprio ou com a ajuda de medicamentos. E, no terceiro, o psicológico, a resiliência é uma capacidade das pessoas, individualmente ou em grupo, de resistirem às situações adversas sem perder o seu equilíbrio inicial, isto é, manter a capacidade de se acomodar e se re-equilibrar constantemente.

O estudo da resiliência é recente na psicologia. O termo resiliência tem sido usado para conceituar os processos de enfrentamento de adversidades na qual o ser humano sairia fortalecido, superando as dificuldades e não retornando ao estado inicial como no exemplo da física. Entretanto, tanto a definição conceitual do termo como os aspectos metodológicos de avaliação dos processos resilientes não são tão precisos como na física (Yunes, 2001). A diversidade de termos utilizados na conceituação da resiliência bem como os diferentes instrumentos e delineamentos dos estudos sobre os processos de resiliência geraram dificuldades metodológicas na operacionalização do conceito e na adequada avaliação dos processos envolvidos na resiliência. Neste sentido, na última década, os pesquisadores da área recomendam que os trabalhos orientados para a identificação dos processos de resiliência fundamentem-se em sólidas definições operacionais dos conceitos e em opções metodológicas adequadas às questões investigadas, evitando a utilização de conceitos estanques que compreenderiam os indivíduos como resilientes ou não-resilientes (Luthar & Cicchetti, 2000; Yunes, 2001; Zimmermann & Arukumar, 1994).

Desta maneira, considera-se que o conceito de resiliência refere-se a processos dinâmicos no qual o indivíduo manifesta adaptação positiva apesar de experiências adversas ou traumáticas (Junqueira, 2003; Luthar & Cicchetti, 2000; Slap, 2001; Yunes, 2001). Não é um traço de personalidade ou uma qualidade pessoal, devendo ser compreendido a partir de uma perspectiva interativa, pois o indivíduo pode apresentar características resilientes em determinada situação e não em outra. Portanto, o conceito de resiliência não se refere unicamente à adaptação a situação adversa ou a superação de seus efeitos e, sim, a processos mais complexos que envolvem diferentes elementos.

Inicialmente, o enfoque das investigações sobre resiliência tentava compreender como algumas crianças em situações adversas e de risco não desenvolviam problemas psicológicos ou de adaptação social, apesar das predições de teorias desenvolvimentais. Portanto, orientava-se pelo interesse em identificar quais características humanas tornavam certos indivíduos imunes às situações de vida adversas, num esforço de utilizar esta compreensão para a prevenção de sofrimento psicológico. O conceito de resiliência, fundado na noção de imunidade, considerava que os indivíduos resilientes eram invulneráveis, resistiam às diferentes situações traumáticas devido às suas características pessoais que não se alteravam ao longo da vida. Conforme, o avanço dos trabalhos, esta compreensão modificou-se e,

contrário, observou-se que a diversidade de respostas individuais frente à adversidade variava e dependia grandemente das situações enfrentadas (Rutter, 1993).

A partir deste enfoque, uma primeira geração de pesquisadores buscou descobrir quais os fatores protetores que estavam na base da adaptação positiva diante da adversidade. Um estudo que marcou este primeiro momento foi a pesquisa longitudinal de Emmy Werner e Ruth Smith (1993) em Kauai, Havaí. Durante 32 anos, foram estudadas 505 pessoas, do período pré-natal até a vida adulta. O objetivo deste estudo era conhecer os efeitos cumulativos das situações de risco sobre o desenvolvimento emocional e psicológico das crianças. Os pesquisadores observaram que nem todas as crianças expostas a quatro ou mais fatores de risco desenvolveram problemas de aprendizagem ou de comportamento. Estas crianças foram denominadas como resilientes.

Os primeiros trabalhos sobre resiliência indicaram que algumas características tornavam alguns indivíduos resilientes frente às situações de adversidade. Num dos modelos iniciais, Masten e Garmezy (1985) identificaram três níveis de fatores associados a maior proteção e resiliência: as características *disposicionais* da criança, tais como atividade, autonomia, positiva orientação social e auto-estima; as características *familiares*, como coesão familiar, ausência de conflitos, e maus-tratos; e as características do *contexto social*, como a disponibilidade de uma rede de apoio social definida. Além destes fatores, Rutter (1993) salientou a importância de se considerar o momento evolutivo da criança e a fonte de origem da situação de adversidade.

Na medida em que os estudos avançavam ficou evidente, porém, que somente a ocorrência de eventos traumáticos e a presença dos fatores de proteção mencionados não eram condições suficientes para explicar trajetórias de resiliência. Constatou-se que, ao invés de uma compreensão estática de resiliência, era necessária uma abordagem compreensiva dos processos interativos (Tusaie & Dier, 2004). Entretanto, mesmo que se compreenda a resiliência como processo interativo e dinâmico, dois aspectos são básicos na compreensão do conceito. Um deles implica em exposição à adversidade e o outro em superação. Desta maneira, estes dois aspectos, adversidade ou trauma e adaptação positiva, constituem os fundamentos do construto da resiliência (Luthar & Cicchetti, 2000). A adversidade refere-se às situações de vida que colocam o indivíduo frente às situações de desafio ou dificuldades e a adaptação seria compreendida como a superação destas dificuldades e o êxito na aquisição das tarefas evolutivas. Neste sentido, associados ao próprio construto de resiliência estão os

conceitos de risco, *coping*, vulnerabilidade e proteção (Infante, 2005). “Falar de resiliência sem mencionar estes conceitos seria como abordá-la sem a complexidade e a abrangência que o conceito requer” (Libório, Castro, & Coelho, 2006, p. 89-90).

Os *fatores de risco* referem-se aos eventos negativos de vida e quando presentes aumentam a probabilidade de o indivíduo apresentar problemas físicos, sociais ou emocionais. A presença de fatores de risco gera maior vulnerabilidade e maior probabilidade de ser desencadeado um processo desenvolvimental negativo para a criança, principalmente associado a transtornos emocionais (Pesce, Assis, & Avanci, 2006). Contudo, o risco também é compreendido como um processo e não uma variável em si (Luthar & Cicchetti, 2000). Os fatores de risco geram maior vulnerabilidade e maior probabilidade de desencadear um processo desenvolvimental negativo para a criança. A *vulnerabilidade*, portanto, se caracteriza pela susceptibilidade de emissão de respostas desadaptadas que produzem resultados negativos para o desenvolvimento psicológico dos indivíduos submetidos a situações de risco. A vulnerabilidade ocorre apenas quando o risco está presente, pois sem o risco ela não possui efeito. As variações na sensibilidade da criança aos riscos do ambiente tanto podem ser influenciadas geneticamente quanto derivadas de experiências vividas anteriormente (Rutter, 1985; Zimmermann & Arunkumar, 1994).

Já os *mecanismos de proteção* (Rutter, 1987) atuam na redução do impacto dos riscos, diminuindo os efeitos da exposição do indivíduo a um evento estressor, reduzindo as reações negativas em cadeia que acompanham a exposição do indivíduo às situações de risco. Os mecanismos de proteção são provenientes de *fatores individuais* como: auto-estima positiva, autocontrole, autonomia, temperamento afetuoso e flexível, estratégias de *coping* e competência social; de *fatores familiares* como: coesão, estabilidade, respeito mútuo, apoio/suporte; e de *fatores do meio ambiente* como: relações interpessoais (relacionamento afetuoso com adulto significativo e amizades significativas), suporte social e comunitário.

Em síntese, a compreensão de que os fatores de risco, vulnerabilidade e proteção atuam de forma interativa fundamentou o desenvolvimento conceitual da resiliência como um conjunto de processos (Yunes, 2001). A mudança de uma abordagem estática de compreensão da resiliência para outra processual e dinâmica originou o desenvolvimento de modelos explicativos das diferentes formas de interação entre os fatores de risco e os de proteção.

Modelos conceituais de resiliência

Basicamente, os *modelos de resiliência* organizam-se em torno da noção de que as situações de adversidade que ocorrem no processo de desenvolvimento humano geram mudanças do equilíbrio homeostático (equilíbrio entre os fatores internos e externos ao indivíduo). Dependendo da interação entre estes fatores internos e externos, podem ocorrer distintos desfechos - a reintegração da experiência adversa resultando num processo de crescimento e modificação pessoal; o retorno à posição homeostática anterior; reintegração com perdas e, por último, a reintegração disfuncional (Lansford & cols., 2006). Dois modelos foram propostos para explicar como se dá a relação entre os diversos fatores de risco e proteção e como estes interagem e influenciam as trajetórias de desenvolvimento. O *modelo aditivo* considera que os fatores acumulam-se e têm maior efeito quanto mais frequentemente ocorrerem. Por exemplo, uma criança em presença de diversas situações de risco, como pobreza, violência familiar e comunitária tem mais chances de risco no desenvolvimento que outras crianças em situação diferente. Já o *modelo interativo* considera que tanto os fatores de risco como os de proteção interagem entre si, resultando em diferentes respostas individuais ou grupais (Lansford & cols., 2006).

Inicialmente, Garmezy, Masten e Tellegen (1984) propuseram três mecanismos interativos pelos quais os processos de proteção podem mediar o relacionamento entre o estresse e a competência, aumentando a resiliência: *desafio, imunização e compensação*. Tais mecanismos podem ocorrer mutuamente ou em fases diferentes do desenvolvimento. No *mecanismo de desafio* o estresse é encarado como um estímulo que ao ser enfrentado aumenta a competência do sujeito e diminui o impacto do risco. Há, portanto, uma interação do fator de risco (estresse) com o fator de proteção (competência). No *mecanismo de imunidade* o risco reforça a capacidade de adaptação do sujeito, pois diante da superação do estresse há um aumento das estratégias e das habilidades no enfrentamento do estresse. O reforço das estratégias e das habilidades diante da superação do estresse aumenta concomitantemente a competência social do indivíduo. No *mecanismo de compensação* o estresse é neutralizado por uma variável que diminui o efeito negativo da exposição ao risco. Outros modelos utilizam-se igualmente de diferentes abordagens para a compreensão de situações mais específicas de enfrentamento da adversidade. Porém, o conceito de resiliência não se restringe a modelos individuais de enfrentamento das situações adversas, mas também é considerado

um instrumento importante para situações ou contextos mais amplos, como a resiliência em famílias e comunitária (Tusaie & Dier, 2004).

O conceito de resiliência familiar

As pesquisas baseadas no construto da resiliência familiar ainda são pouco exploradas (Hawley & DeHann, 1996; Walsh, 1998/2005; Yunes, 2003). Poucos estudos investigam o sistema familiar como capaz de contribuir para a resiliência individual, sendo a maioria centrada no clima emocional ou na dinâmica de famílias disfuncionais, portanto, baseadas no paradigma do déficit (Lietz, 2006). No entanto, o enfoque a partir da resiliência em famílias volta-se para os aspectos sadios e de sucesso da família, numa visão mais positiva das motivações e das capacidades humanas.

Os trabalhos sobre resiliência e estresse familiar de McCubbin e colaboradores (Gardner & cols., 2008; McCubbin & cols., 2002) contribuíram para o desenvolvimento de conceitos e avaliação de características do funcionamento da família associados à crise. Hawley e DeHann (1996), entretanto, destacam que apesar dos estudos sobre resiliência já terem se estabelecido como um foco importante de investigação, o interesse no estudo dos processos familiares de resiliência ainda está na etapa de consolidação.

Segundo Lietz (2006), o modelo tradicional de trabalho com famílias era voltado para a redução de riscos, uma aproximação que visava identificar os problemas, os conflitos e os sintomas presentes no contexto familiar. Mesmo sendo este um foco necessário e válido, ao contrário, a ênfase nos aspectos de saúde e resiliência familiar nas situações de adversidade é uma forma alternativa de auxiliar as famílias a identificarem seus próprios recursos para o enfrentamento das dificuldades. Nesta perspectiva, o foco nos processos de transformação e procura de soluções destaca o esforço de enfrentamento da adversidade (Hawley & DeHann, 1996; Walsh, 1998/2005; Yunes, 2003). Assim, a resiliência familiar compreende os processos de enfrentamento, de adaptação e *coping* no sistema familiar, compreendido como uma unidade funcional. Isto é, a resiliência familiar abrange um conjunto de características baseadas na capacidade da família em ter um funcionamento flexível e de contenção dos problemas, não deixando outros domínios do funcionamento familiar interferir no funcionamento de seus membros (Gonçalves, 2003).

Esta interação de fatores de proteção internos e externos contribui para a promoção da resiliência tanto através de processos compartilhados pela totalidade da família como de processos individuais de seus membros, da coesão familiar e do apoio conjugal e social. Mais

que um conjunto de traços disposicionais, o enfrentamento e a adaptação positiva abrangem processos multideterminados pelas circunstâncias de vida ao longo do tempo (Rutter, 1987). Assim, a resiliência familiar não se restringe somente às características individuais de seus membros, mas refere-se aos processos de enfrentamento e adaptação na família como uma unidade funcional.

Uma importante contribuição para a compreensão da resiliência familiar é o trabalho da terapeuta de família Froma Walsh que desenvolveu um modelo o qual chamou de processos-chave de resiliência em famílias. Segundo Walsh (2005), a compreensão da resiliência em famílias fundamenta-se numa ótica sistêmica e ecológica do desenvolvimento. Nesta perspectiva, “o contexto relacional da resiliência dentro de uma ótica sistêmica expande a nossa visão da adaptação individual para processos transacionais mais amplos no sistema familiar e social e trata da mutualidade das influências através destes processos” (p. 11). Conseqüentemente, a resiliência familiar é tecida por uma rede de relacionamentos e experiências que vão se desenrolando durante os ciclos de vida e entre as gerações, resultando de diferentes relações interpessoais nos diversos contextos sociais e ao longo do tempo (Walsh, 1998/2005).

A perspectiva ecológica leva em conta as múltiplas influências do ambiente sobre o desenvolvimento do indivíduo durante seu tempo de vida, considerando que a interação com o meio ambiente o transforma, possibilitando-lhe novas respostas adaptativas aos contextos sociais (Bronfenbrenner, 1979/2002). A teoria privilegia a compreensão do desenvolvimento humano no contexto, levando em conta os aspectos relativos à pessoa (características físicas, biológicas e emocionais), ao processo (como a experiência é vivenciada) e o tempo (meio-ambiente). Além disto, esta análise do contexto se dá através de sistemas que se interconectam incluindo o *microsistema* (padrão de atividades, papéis e relações interpessoais, num ambiente específico); o *mesossistema* (inter-relações entre dois ou mais ambientes, escola, amigos, trabalho e vida social); o *exossistema* (ambientes não envolvendo a pessoa como participante ativo, trabalho dos pais, amigos dos pais); e o *macrossistema* (cultura, crenças e ideologias).

Para Walsh (1998/2005), a resiliência é promovida quando as adversidades e os problemas são vistos como um meio de crescimento e superação dos próprios limites. Alguns processos-chave, entretanto, se constituem como pilares do funcionamento familiar associados à construção da resiliência em três domínios: *o sistema de crenças da família, os*

padrões organizacionais e os processos de comunicação. Os sistemas de crenças estão na raiz de todo funcionamento familiar e são forças muito poderosas na construção da resiliência, pois são compartilhadas na família e moldam as normas, regras e papéis deste sistema. As crenças são construídas socialmente e evoluem através de processos transacionais com outras pessoas e o mundo (Mcnamee & Gergen, 1998; Walsh, 2005). As principais crenças associadas à resiliência familiar podem ser organizadas em três áreas: atribuir sentido à adversidade, perspectiva positiva, transcendência e espiritualidade. Atribuimos significados a nossa experiência quando enfrentamos as crises e as adversidades: “vinculando-as ao nosso mundo social, às nossas crenças culturais e religiosas, ao nosso passado multigeracional e às nossas esperanças e sonhos para o futuro” (Walsh, 2005, p. 43). Os padrões organizacionais da família são considerados os verdadeiros amortecedores dos choques familiares - flexibilidade, conexão e os recursos sociais e econômicos integram a unidade funcional da família regulando e definindo os relacionamentos e comportamentos os quais são reforçados pelas crenças culturais e familiares. Para um bom funcionamento familiar é necessária uma estrutura flexível, porém estável. Esta estabilidade requer regras, papéis e padrões interacionais. Desta forma, as rotinas da vida diária bem como os rituais familiares mantêm um senso de continuidade ao longo do tempo. Finalmente, um dos desafios para o bom funcionamento do modelo transacional proposto por Walsh é a comunicação. Fortalecer a resiliência familiar é facilitar o processo de comunicação da família, aumentando a capacidade dos membros de se expressarem e negociarem novas demandas. Para tal, três aspectos são fundamentais: a) clareza; b) expressão emocional aberta e c) resolução colaborativa dos problemas (Walsh, 2005).

Tabela 11

Esquema dos processos-chave de resiliência familiar.

Sistema de crenças: (Coração e alma da Resiliência)	<p>Atribuir sentido à adversidade: valor afiliativo nas relações interpessoais; orientação do ciclo de vida familiar nos contextos de estresse e crises; senso de coerência frente às crises como desafios a serem vencidos; avaliação da crise a partir das crenças da família.</p> <p>Perspectiva Positiva: iniciativa e perseverança; encorajamento e foco no positivo; esperança e confiança na superação das adversidades; força e potencial; domínio do possível e aceitar coisas que não podem ser mudadas.</p>
--	--

	Transcendência e espiritualidade: propósito, valores e objetivos na vida; espiritualidade: fé, comunhão e rituais; inspiração, criatividade, modelos de papéis; aprendizagem e saída da crise, através da experiência vivida.
Padrões Organizacionais	Flexibilidade: capacidade para mudanças e reorganização; estabilidade como sentido de rotina; Conexão: apoio mútuo, respeito às diferenças, forte liderança e busca de reconciliação; Recursos sociais e econômicos: mobilização da família extensa, trabalhar junto e segurança financeira.
Processos de Comunicação	Clareza: mensagens consistentes; Expressão emocional aberta: sentimentos compartilhados, empatia nas relações, interações prazerosas e bem-humoradas; Resolução colaborativa dos problemas: identificação e opções diante dos problemas; criatividade no lidar com o problema e compartilhar decisões, foco nos objetivos e atitude preventiva em relação a futuro.

Adaptado de Walsh (1998/2005)

Famílias e resiliência

Através da ênfase na forma como os processos internos e externos à família interagem e afetam seu funcionamento e capacidade de transformação da adversidade, a perspectiva da resiliência em famílias é importante para o desenvolvimento de estratégias de prevenção e intervenção voltadas para famílias em situação de risco (Walsh, 1998/2005). Em função disto, os estudos voltados para a identificação dos processos familiares de resiliência procuram identificar as características das relações familiares nas situações de enfrentamento de adversidades. Os trabalhos sobre a resiliência familiar incluem investigações sobre diversas situações do ciclo vital da família, envolvendo desde questões traumáticas associadas a processos intrafamiliares de enfrentamento de doenças, crises financeiras, perdas, separações, até situações mais amplas do contexto social como guerras, acidentes naturais como terremotos e furacões, por exemplo. No Brasil, estudos sobre a resiliência familiar constituem importantes estratégias para ampliação de conhecimento sobre famílias em situação de vulnerabilidade e risco. Neste sentido, os trabalhos têm se voltado para questões associadas a

famílias de grupos minoritários economicamente ou envolvidas em situação de violência (Cecconello, 2003; De Antoni, 2005; Garcia & Yunes, 2006; Yunes, 2001; Yunes, Mendes, & Albuquerque, 2004/2007) os achados empíricos destas pesquisas seguem abaixo.

Yunes (2001), ao pesquisar sobre a *resiliência em famílias de baixa renda*, entrevistou oito profissionais que atendiam famílias pobres e realizou entrevistas reflexivas para a obtenção de histórias de vida de duas famílias indicadas por enfrentarem as dificuldades da pobreza e viverem bem. Um de seus objetivos era investigar a história de vida deles e compreender os processos que determinaram sua atual condição. Através do discurso das profissionais a autora identificou que existe uma tendência social de atribuir *a priori* a esta população pobre, uma condição de não-resiliência. No entanto, a pesquisa apontou que estas famílias “enfrentaram e enfrentam as adversidades da pobreza à sua maneira e no seu estilo de ser família (2001, p.11)”. Uma das famílias enfrentava a crise como um desafio, seus membros se mostravam unidos, sendo que a confiança era fortalecida, propiciando maior solidariedade e possibilidades de transformação da crise. Na segunda família, o enfrentamento da crise estava relacionado mais com a coesão e introspecção do grupo, numa relação mais espiritualizada que reforçava a crença da ajuda divina na superação dos problemas. Portanto, “o sentido atribuído às crises pelas duas famílias é diferente, o que leva a concluir que não há um sentido hegemônico que defina a condição de resiliência” (p. 158). Dessa forma, Yunes (2001) conclui que os critérios que indicam a resiliência em famílias não são universais. Além dos aspectos sociais e históricos que permeiam os processos familiares, os fatores relacionais são dinâmicos e complexos, tornando-se difícil de categorizar as famílias pobres como resilientes ou não.

Em relação aos fatores de proteção Yunes (2001) destacou: o senso de coesão familiar, o apoio afetivo e financeiro da família extensa, a valorização do trabalho e do estudo, o olhar positivo e a esperança das melhorias na condição de vida futura, a consciência de seus direitos políticos como cidadãos bem como a disposição para reivindicá-los. Segundo Yunes, estes fatores de proteção poderiam ser identificados como elementos dos processos-chave do estudo de resiliência em famílias proposto pela autora Froma Walsh (1998/2005). Entretanto, os processos ocorrem de formas diferentes de acordo com a dinâmica relacional de cada família o que dificulta que se categorizem os processos de resiliência para qualquer família.

Em outra pesquisa com *famílias monoparentais em situação de pobreza*, Yunes, Mendes e Albuquerque (2004/2007) identificaram situações e processos que causam risco ao

convívio familiar e conflitos familiares, tais como o alcoolismo, a violência doméstica, perdas materiais e infidelidade. A monoparentalidade mostrou-se como um evento-chave para a melhoria da qualidade de vida e das relações familiares, pois a ausência da violência nas relações conjugais proporcionou as melhorias e a reaproximação de outros familiares bem como o apoio destes e a conseqüente melhora da situação financeira da família. No entanto, alguns fatores de risco continuaram a existir no cotidiano destas famílias, como a moradia e alimentação inadequada, emprego e renda instáveis. Também se destacaram como fatores de risco a vivência das perdas afetivas e a falta de apoio social eficiente apesar da ausência dos companheiros (Garcia & Yunes, 2006). Ainda em relação a esta pesquisa, os autores também identificaram nas percepções dos agentes sociais uma visão fatalista, pessimista e determinista sobre estas famílias monoparentais em situação de pobreza. Isso requer urgentemente, novas propostas de programas públicos de educação, que visem modificar estas visões dos agentes sociais, para que então, as ações promovedoras de saúde e bem estar para estas populações carentes realmente cumpra com o objetivo de mudanças e transformação (Yunes, Mendes & Albuquerque, 2007).

Cecconello (2003), ao investigar *os processos de resiliência em famílias em situação de vulnerabilidade*, entrevistou três famílias num estudo desenvolvido em duas etapas. O objetivo do primeiro estudo foi apresentar o método de inserção ecológica e os dados obtidos através da análise do contexto no qual vivem as famílias. A inserção ecológica consistiu no acompanhamento das famílias, por quatro anos, pela equipe de pesquisa na comunidade e incluiu observações, conversas informais e entrevistas formais com os membros das famílias. O objetivo do segundo estudo foi analisar os processos de vulnerabilidade e resiliência familiar através do método de estudo de caso com as três famílias.

Foram analisados os fatores de risco e proteção em nível intra e extrafamiliar, com base na teoria dos sistemas ecológicos. Em nível intrafamiliar verificou-se que cada família apresentava situações específicas de vulnerabilidade. A primeira família tinha uma estrutura nuclear. Era formada pelo casal e oito filhos, apresentando uma história de violência doméstica envolvendo a esposa e filhos e alcoolismo paterno. Uma segunda família reconstituída era formada pelo novo casal e o filho de onze anos da primeira união da mulher e tinha história de maus tratos na relação mãe e filho. A última família, uniparental, era formada pela mãe e dois filhos com história de infidelidade. Portanto, todas viviam em condições adversas (Cecconello, 2003).

A autora identificou a presença de alguns fatores de risco *externos* à família, como a pobreza e a violência na comunidade, que tiveram um efeito negativo sobre os fatores de risco, como a violência doméstica, o alcoolismo e a depressão materna, potencializando-os. Em relação aos fatores de proteção foram observados as características pessoais dos seus membros, a coesão familiar e o apoio conjugal/social. Portanto, através de um processo compartilhado pela família como um todo e por processos individuais de seus membros houve a promoção da resiliência. Em relação à inserção ecológica da equipe de pesquisa na comunidade e nas histórias das famílias, esta garantiu a validade ecológica da tese. Pois possibilitou, além do compartilhamento das relações familiares, também conhecer as dificuldades enfrentadas, como promover reflexão, apoio emocional e melhorias na qualidade de vida destas famílias (Ceconello, 2003).

Em outra pesquisa sobre *Coesão e hierarquia em famílias com história de abuso físico*, De Antoni (2005), estudou o fenômeno da violência física intrafamiliar, através da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, Teoria Estrutural Sistêmica Familiar e da Psicologia Positiva. Participaram deste estudo vinte famílias de nível sócio-econômico baixo com história de abuso físico intrafamiliar. O método utilizado foi a inserção ecológica, através da participação da equipe de pesquisa nos contextos de interação familiar (residência, hospital, escola e organização não-governamental). Com a família foram utilizadas entrevistas semi-estruturadas e o Teste do Sistema Familiar-FAST. A pesquisa se organizou em três estudos. O primeiro analisou o perfil destas famílias, em relação ao sistema bioecológico, relacional e ao perfil da violência. O segundo analisou quantitativamente as representações dos membros familiares sobre a coesão e a hierarquia, obtidas através do FAST. O terceiro apresentou três casos, nos quais é aprofundado o estudo do fenômeno do abuso físico intrafamiliar, de forma qualitativa.

Os resultados mostram a presença de indicadores de risco agravantes para a vulnerabilidade social e familiar, entre eles, as condições *socioeconômicas* como o desemprego, precariedade da moradia e a falta de recursos financeiros e a *violência física* decorrente do estresse parental e das interações familiares. Os fatores de proteção identificados nas famílias estavam relacionados às características pessoais de seus membros como talentos especiais, valorização dos estudos, religiosidade, afiliação comunitária e determinação em mudar a situação financeira. A autora refere que estes fatores não são suficientemente capazes para promover a resiliência e evitar a violência, em função de sua

severidade. Há divergências entre os membros sobre a coesão e a hierarquia da família. Sendo que os agressores não se reconhecem como tal e tendem a representar a família coesa, mesmo diante de situações conflituosas. Estes resultados foram confirmados nos estudos de casos, que demonstraram também o papel da violência associado à necessidade do abusador em manter o controle sobre a família, repercutindo em todo o sistema, e se tornando um modelo interacional, substituindo o afeto amoroso. A autora refere que o enfrentamento das adversidades e sua superação pela família dependem em muito do suporte social, como as redes de serviço e de políticas públicas voltadas para amenizar a pobreza e a violência (De Antoni, 2005).

Em relação às redes de serviço e de políticas públicas, Siqueira e Dell’Aglia (2008), observaram em um estudo sobre a reinserção na família de uma jovem institucionalizada, que a falta de acompanhamento desta transição pela rede de apoio, acarretou no retorno à institucionalização, pois não havia condições de segurança para o desenvolvimento sadio desta jovem no ambiente familiar. Portanto, as pesquisas têm confirmado a importância do suporte da rede no acompanhamento das famílias em situação de risco e adversidades.

Segundo Bronfenbrenner (1979/2002) as realidades familiares, sociais e econômicas bem como as culturais estão organizadas como um todo articulado num sistema, que se compõe em subsistemas, que se comunicam de maneira dinâmica. Portanto, as forças que atuam na família, na comunidade e na cultura podem determinar a aparição de relações violentas (Belsky, 1980). Assim, a violência é construída socialmente, estando relacionada ao isolamento social, à falta de uma rede de apoio social e afetivo e aos eventos de vida estressantes, como dificuldades financeiras e desemprego (Cecconello, De Antoni, & Koller, 2003; Doise, & Papastamou, 1987).

Discussão

No Brasil, estudos sobre a resiliência em famílias têm se constituído em importantes estratégias para a ampliação de conhecimento sobre famílias em situação de vulnerabilidade e risco. Neste sentido, os trabalhos têm se voltado para questões associadas a famílias de grupos minoritários economicamente ou envolvidas em situação de violência (Cecconello, 2003; De Antoni, 2005; Garcia & Yunes, 2006; Yunes, 2001; Yunes, Mendes, & Albuquerque, 2004/2007). Desta maneira, os estudos nacionais sobre os processos de resiliência em famílias em diferentes situações de risco têm se mostrado importante fonte de conhecimento sobre as

características de funcionamento e enfrentamento destas famílias, a partir de uma ótica contextualizada de investigação. Além disto, considerando-se o significativo número de famílias brasileiras que vivem de alguma maneira em situação de risco, observa-se a importância e a necessidade de ampliar trabalhos baseados no fenômeno da resiliência. Neste sentido, os trabalhos destacados nesta revisão são contribuições fundamentais tanto para embasar o desenvolvimento de novas pesquisas sobre famílias brasileiras como para fundamentar planejamentos de ações de intervenção e prevenção. Outro aspecto importante dos trabalhos nacionais é o desenvolvimento da metodologia de Inserção Ecológica (Prati et cols., 2008) que sistematiza a contribuição de Bronfenbrenner (1979/2002), a qual leva em conta as múltiplas influências do ambiente sobre o desenvolvimento do indivíduo durante seu tempo de vida. Portanto, na Inserção Ecológica, a investigação deve se sustentar através da participação do pesquisador no ambiente de pesquisa, sendo que o delineamento do estudo deve incluir os quatro componentes da inserção: o processo, a pessoa, o contexto e o tempo.

Além da ênfase nos aspectos interativos e proximais dos delineamentos baseados na Inserção Ecológica, esta abordagem permite que o fenômeno investigado seja apreendido em sua singularidade. No caso de estudos sobre resiliência, esta metodologia constitui-se como instrumento fundamental de investigação.

Como foram verificados nas pesquisas sobre resiliência em famílias, os fatores de proteção não se apresentaram da mesma forma para cada grupo. Assim, não se pode generalizar e categorizar as famílias em modelos estanques de resiliência, pelo contrário, cada família apresentou suas próprias características de identidade diante das dificuldades, respondendo a sua maneira e de acordo com seus valores e crenças familiares. Portanto, políticas públicas para as famílias precisam levar em conta estas questões de singularidade e de identidade. Dessa forma, o enfrentamento dos riscos externos e internos à família requer uma rede de apoio social e políticas públicas voltadas para amenizar o impacto das situações de risco, além de capacitação para os profissionais que atendem estas famílias. Somente promover a resiliência familiar sem atacar estes fenômenos sociais, seria um paradoxo, no qual certamente se estaria promovendo uma adaptação da família a um modelo dominante de sociedade desigual e injusta.

SEÇÃO III - Empírico

Fatores de risco e mecanismos de proteção nas narrativas das famílias em situação de violência conjugal.

Resumo

Estudar as interações familiares a fim de se conhecer as competências e potencialidades humanas que ficaram postergadas por pesquisas tradicionais tornou-se um desafio. Portanto, tomando como referência a noção de resiliência em famílias como um processo interativo e dinâmico, numa abordagem ecológica das relações humanas, este artigo está voltado para a identificação dos processos de resiliência em famílias com história de violência conjugal, através das narrativas familiares sobre os fatores de risco e os mecanismos de proteção. O entendimento destes processos violentos não se deu a partir de uma ótica da doença ou de uma falha familiar, mas como um fenômeno muito maior que se constitui e se mantém na sociedade. Para tanto, utilizando-se da técnica da narrativa, estes processos foram investigados através do estudo de dois casos de famílias com histórias de violência conjugal, que foram compreendidos a partir do significado atribuído nas narrativas familiares à violência. Foram identificadas tanto as crenças familiares, os padrões organizacionais e as formas de comunicação em relação aos eventos violentos, como os mecanismos de proteção e as situações de risco nas famílias nos diferentes contextos. Os fatores de proteção não se apresentaram da mesma forma para cada família, embora se mostrassem semelhantes tinham um sentido diferente, pois cada família manteve suas próprias características de identidade diante da violência respondendo a sua maneira e de acordo com seus valores e crenças familiares. Conclui-se que a presença dos mecanismos de proteção foi fundamental para a construção dos processos de resiliência para as famílias da pesquisa.

Palavras-chave: família; resiliência familiar; violência conjugal; fatores de proteção e risco.

Abstract

To study family interactions in order to know the human competences and potentialities that have been postponed by traditional research has become. This way, taking as a reference the notion of resilience in families as an interactive and dynamic process in an ecological frame of human relations, this article aims to identify resilient processes in families with a history of violence. The comprehension of these processes were not based on an illness approach or as a family's fault, but on a bigger phenomenon constituted and maintained by society. Thus, using the narrative technique, the processes were investigated through the study of two families with a history of violence, which were understood from the meaning attributed in the narratives to violence. Family beliefs, organizational patterns and communication style in relation to violent events, and protection mechanisms and risk situations in the families in different contexts were identified. Among the risk factors associated with vulnerability there were beliefs about women's role as family keeper, passivity when facing the husband and the function of the main educator and protector of the children. Masculine characteristics are originated from a relational model experienced in both families and perpetuated through multigenerational heritage. Protection factors were not presented in the same way for each family, although different they weighted differently. As a conclusion, we cannot generalize and categorize families in rigid models of resilience; on the contrary, each family sustained its own identity characteristics when facing violence, answering it their own way, following their family values and beliefs.

Key-words: family; family resilience; couple violence; risk and protective factors.

As pesquisas baseadas no construto da resiliência familiar ainda são pouco exploradas (Hawley & DeHann, 1996; Yunes, 2003), sendo escassos os estudos que investigam o sistema familiar na promoção dos processos de resiliência individual. A maioria dos trabalhos está centrada no clima emocional ou na dinâmica de famílias disfuncionais, portanto, baseada no paradigma do déficit (Lietz, 2006). Segundo Ravazzola (2005) o desafio atual é estudar as interações familiares para se conhecer as competências e potencialidades humanas que ficaram postergadas pelas tradicionais pesquisas e tinham foco nos déficits familiares e nas funções maternas e paternas. Portanto, o enfoque da resiliência em famílias volta-se para os aspectos sadios e de sucesso da família, numa visão mais positiva das motivações e das capacidades humanas. A partir deste enfoque, a resiliência em famílias passa a ser compreendida como um conjunto de características baseadas na capacidade da família em ter um funcionamento flexível e de contenção dos problemas, não deixando outros domínios do funcionamento familiar interferir no funcionamento de seus membros (Gonçalves, 2003). Neste sentido, a ênfase nos processos de enfrentamento, de adaptação e *coping* na família como uma unidade funcional ampliam o foco da perspectiva individual para o processo interacional familiar como cerne da resiliência. Esta, portanto, não se caracterizaria pela configuração familiar e, sim, pela forma como os processos internos e externos à família interagem para o seu funcionamento saudável e de resiliência (Hawley & DeHann, 1996; Walsh, 1998/2005; Yunes, 2003).

As pesquisas sobre resiliência têm abordado diferentes situações de estresse no desenvolvimento humano, como traumas, violência, doenças e perdas (Cecconello, 2003; Dalbem & Dell’Aglia, 2007; Daniel, 2006; De Antoni, 2005; Garcia & Yunes, 2006; Hawley & DeHann, 1996; Lietz, 2006; Siqueira & Dell’Aglia 2008; Walsh, 1998/2005; Yunes, 2001; Yunes, Mendes, & Albuquerque, 2004/2007). Para Walsh (1998/2005), a resiliência em famílias é tecida por uma rede de relacionamentos e experiências que vão se desenrolando durante os ciclos de vida e entre as gerações, considerando a resiliência como resultado de diferentes relações interpessoais nos diversos contextos sociais e ao longo do tempo. Neste sentido, Walsh (2005) desenvolveu uma abordagem compreensiva da resiliência familiar a partir de uma ótica sistêmica e ecológica do desenvolvimento, “o contexto relacional da resiliência dentro de uma ótica sistêmica expande a nossa visão da adaptação individual para processos transacionais mais amplos nos sistemas familiar e social e trata da mutualidade das influências através destes processos (p.11)”. A autora considera que alguns processos-chave

no funcionamento familiar são fundamentais para a promoção de resiliência. Estes seriam baseados em três domínios familiares que incluem *o sistema de crenças da família, os padrões organizacionais e os processos de comunicação*.

Os *sistemas de crenças* estão na base do funcionamento familiar. As principais crenças associadas à resiliência incluem a capacidade familiar de atribuir sentido à adversidade, a perspectiva positiva no enfrentamento das crises e a transcendência e espiritualidade. Outro domínio são os *padrões organizacionais* considerados amortecedores dos choques familiares, incluindo flexibilidade para mudanças e reorganização, conexão e apoio mútuo entre os membros e os recursos sociais e econômicos. Finalmente, os processos de *comunicação familiar* que se caracterizam por clareza nas mensagens, expressão emocional aberta, empatia nas relações e resolução colaborativa dos problemas, focalizando nos objetivos a serem alcançados.

Tomando como referência a noção de resiliência em famílias como um conjunto de processos interativos e dinâmicos, em uma abordagem ecológica das relações humanas (Bronfenbrenner, 1979/2002), este artigo está voltado para a identificação dos processos de resiliência em famílias com história de violência conjugal através da técnica da narrativa. Os fatores de proteção e de risco foram investigados e compreendidos a partir do significado atribuído nas narrativas familiares à violência. As famílias procuraram ajuda na Delegacia para a mulher e realizaram psicoterapia. Dessa forma, foram identificadas tanto as crenças familiares, os padrões organizacionais e as formas de comunicação em relação aos eventos violentos (Walsh, 2005), como os mecanismos de proteção e as situações de risco nas famílias nos diferentes contextos bioecológicos. Além disto, estes elementos de análise foram contextualizados numa compreensão ecológica das relações familiares, ambientais e individuais, segundo o modelo ecológico proposto por Bronfenbrenner (1979/2002). Este referencial procura integrar aspectos do indivíduo e do ambiente associados com o fenômeno a ser investigado, portanto, se constitui em uma abordagem que possibilita a compreensão do desenvolvimento em situações atípicas, privilegiando aspectos de resiliência, vulnerabilidade, risco e proteção. A perspectiva ecológica leva em conta as múltiplas influências do ambiente sobre o desenvolvimento do indivíduo durante seu tempo de vida. Considera que a interação com o meio ambiente o transforma, possibilitando-lhe novas respostas adaptativas aos contextos sociais. A teoria privilegia a compreensão do desenvolvimento humano no

contexto, levando em conta os aspectos relativos à pessoa (características físicas, biológicas e emocionais), ao processo (como a experiência é vivenciada) e o tempo (meio-ambiente).

O contexto é analisado através de quatro sistemas que se interconectam: a) *Microssistema*: é um padrão de atividade, papéis e relações interpessoais, num ambiente específico (família); b) *Mesosistema*: inclui as inter-relações entre dois ou mais ambientes no qual a pessoa em desenvolvimento participa ativamente (escola, amigos, trabalho e vida social); c) *Exossistema*: refere-se a um ou mais ambientes que não envolve a pessoa em desenvolvimento como um participante ativo (trabalho dos pais, amigos dos pais); e d) *Macrossistema*: compreender a cultura, crenças e ideologias (Bronfenbrenner, 1979/2002).

Método

Delineamento

Neste estudo, utilizou-se a abordagem descritiva qualitativa baseada no modelo narrativo (Murray, 2004; Walsh, 2005; White & Epston 1990). O método qualitativo baseado na abordagem da narrativa permite a compreensão dos significados específicos de construção e constituição da realidade (Bruner, 1991), identificando como as pessoas dão sentido às suas experiências a partir de referência pessoais, familiares, sociais, culturais e incluindo também os aspectos transgeracionais. O modelo sistêmico interacional através da abordagem da Terapia Narrativa de Michael White e David Epston (1990) foi utilizado para conhecer e compreender as distintas significações de crenças e valores dos dois casos de famílias atendidas na pesquisa. Especificamente, no campo da terapia familiar a técnica da narrativa tem sido utilizada como parâmetro terapêutico (Walsh, 2005; White & Epston, 1990) e também investigativo (Rober, Eesbeek & Elliot, 2006).

Participantes

A partir do contato estabelecido na Delegacia para a Mulher, foram escolhidas duas famílias com configuração monoparental que correspondiam aos critérios adotados para a seleção, os quais foram, a faixa etária dos filhos de até 12 anos, a situação familiar de violência conjugal e finalmente os aceites na participação do processo terapêutico. A primeira família foi Lílian (mãe-29 anos) e Beatriz (filha-9 anos). A segunda família foi constituída da mãe, Rosângela (28 anos) e filhos, Rodolfo (11), Elvis (10) e Elisa (6). Foram realizadas seis sessões psicoterapêuticas com a primeira família e sete sessões com a segunda. Os dois casos eram de mulheres que haviam solicitado atendimento para tratar de questões relativas às agressões do cônjuge e encontravam-se em processo de separação conjugal em função da

violência vivenciada. Os procedimentos de entrevista com finalidade de pesquisa com as famílias estudadas estavam de acordo com as resoluções 196 do Conselho Nacional de saúde e a 016/2000 do Conselho Federal de Psicologia, bem como da aprovação pelo Comitê de Ética da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) comunicação número 14.

Análises de dados

As entrevistas (ao todo 13) com as famílias a partir do modelo de psicoterapia se focalizaram nas narrativas das famílias quanto ao funcionamento familiar, a situação de violência e os processos relacionais de seus membros nos contextos de vida, bem como a história de vida familiar e o relacionamento familiar. Após a transcrição do relato das entrevistas foi realizada a análise das narrativas familiares através do roteiro interpretativo de Flick (2004). Este roteiro organiza-se em etapas de análise que incluem a obtenção da narrativa, a exposição do texto como unidade, a subdivisão do texto em unidades experimentais ou função-chave, a análise lingüística interpretativa de cada unidade, desdobramento em série, interpretação dos significados e desenvolvimento de interpretações funcionais do texto. Finalmente, as últimas etapas compreendem a compreensão do texto em sua totalidade e a exposição das múltiplas interpretações (Flick, 2004). Para a interpretação funcional do texto foram utilizados os processos de resiliência em famílias de Walsh (1998/2005) na compreensão dos processos individuais, relacionais e os recursos disponíveis e a interpretação subjetiva que cada família atribui aos eventos adversos e o reflexo deles em suas vidas. Estes elementos de análise foram contextualizados numa compreensão ecológica das relações familiares, ambientais e individuais, conforme modelo ecológico proposto por Bronfenbrenner (1979/2002).

Resultados

A partir da análise dos domínios de Walsh nas trajetórias de Lílian (Caso 1) e Rosângela (Caso 2) – os nomes são fictícios – foram identificados nas entrevistas os fatores de proteção e de risco nas narrativas familiares, conforme os diferentes sistemas ecológicos, (eu ecológico), microsistema, mesossistema, exossistema e macrosistema.

Família 1 - Lílian

A primeira família pesquisada foi a de Lílian (29) e Beatriz (9). O primeiro contato com Lílian se deu na própria Delegacia, durante a triagem das famílias para a pesquisa. Lílian estava na Delegacia fazendo uma ocorrência contra o sogro por ameaça de agressão física. Este episódio estava relacionado ao fato de Lílian ter encaminhado ao judiciário queixa

quanto ao não pagamento da pensão alimentícia da filha, o que resultou na prisão do ex-marido. A represália da família de origem do ex-marido era resultado desta ação que causou impacto e gerou mudanças na organização dos eventos de vida de Lílian e Beatriz, até então sob o controle autoritário desta família. Isto porque Lílian ainda morava nos fundos da casa dos sogros, apesar da separação conjugal ter completado três anos. Entretanto, o processo judicial de separação ainda estava tramitando na justiça, impedindo a resolução da questão da moradia e da divisão dos bens do casal.

Sistema de Crenças da família

Fatores de proteção e risco

Eu Ecológico/proteção: Gradualmente, Lílian reconheceu a violência e esta experiência ensinou-a a atribuir sentido à vida de forma a fazer novas escolhas, além de promover a responsabilidade e a lealdade com a filha, *“que a vida é uma escola e eu aprendi muito, claro que não foi na base do amor, foi na base digamos assim, da pancada mesmo que eu amadureci”*. Gradualmente reconheceu o impacto da violência, *“minha mãe sempre falava, que “a gente é o espelho dos filhos da gente” e se a minha filha crescesse vendo o pai dela sempre me agredindo, qual era o futuro da minha filha, eu pensava”*. *“Então foi esse tipo de vida que eu não quis pra mim,... eu também não quero para minha filha, como eu vou mostrar tudo de bom para ela, se eu vivo num relacionamento onde meu marido me espanca dia e noite... ou eu me amava, ou não me amava”*. Isto melhora seu senso de coerência e propósito de vida, além de aumentar sua responsabilidade no cuidado com a filha. Identifica também a religiosidade e fé, *“Quando eu comecei a freqüentar a igreja, eu fui procurar uma coisa assim, que me preenchia sabe, aquele vazío que eu tava sentindo”*.

Fatores de risco: Lílian durante o convívio com o marido mostrava-se submissa e passiva diante da violência a qual era submetida e não via as necessidades da filha. *“Só que eu era muito imatura, acho que era muito burra naquela época, sabe”*. *“Tudo eu aceitava, tudo eu dizia sim, tudo eu dizia amém, pra mim tudo estava bom, eu não sabia qual era as minhas vontades, as minhas opiniões”*. Não enxergar o sofrimento da filha e o que a violência causava para ambas permitiu que o processo se mantivesse por mais tempo. *“Eu te confesso que naquele momento, eu não falava nada para ela, porque eu só pensava em mim... minha vida era só chorar... e nesse momento eu não enxergava nada, só eu... só depois eu percebi que ela precisava de ajuda”*.

Microsistema Família/proteção: O apoio da irmã e do pai foi um fator de proteção muito relevante para a saída da história de violência, promovendo uma estabilidade emocional tanto para Lílian quanto para Beatriz. O afeto é um sentimento transgeracional nesta família e que permite transcender a dor, *“Irmã assim que só no olhar já sente o que a outra está pensando... Se ela me olha ela sabe se eu estou bem ou se estou mal e foi ela que me ajudou bastante”*.

Fatores de risco: O modelo interacional da família do ex-marido baseado em crenças que favorecem o aparecimento e perpetuação da violência, por exemplo, o lugar da mulher na relação, passiva, inferior ao homem, o qual é detentor do controle e autoridade sobre a esposa e filhos, *“ele vinha e pedia perdão e dizia que não ia mais fazer, que sabia que estava errado, mas era uma coisa que ele não conseguia controlar e quando via estava me agredindo de novo”*. Houve comentários de pessoas de fora da família de origem de Lílian e da própria ex-sogra de que ela não soubera segurar o marido, exemplificando as crenças sociais sobre a responsabilidade, regras e papéis da mulher na manutenção do casamento.

Macrossistema/proteção: A valorização da instituição familiar está relacionada às crenças, a cultura e aos valores da família de origem de Lílian de não aceitar a violência: *“os pais são como espelho para os filhos; aprendi que por mais que doa tem que dizer a verdade; se minha mãe estivesse viva, ela veria isso e ela não teria nada de orgulho de mim”*.

Padrão de organização

Fatores de proteção e risco

Eu ecológico/proteção: Lílian encoraja e acolhe os sentimentos da filha e reconhece seus méritos, demonstrando uma capacidade de conexão com a menina. *“Consolar ela, acalmar e dizer que eu estava ali do lado dela, que não precisava ter medo de nada”*. **Fatores de risco:** Mãe e filha se sentem rejeitadas e abandonadas e não recebem apoio da família do ex-marido. *“Eu tenho a impressão às vezes, que eles querem me ver lá no fundo do poço, me arrastando, é isso que eu penso”*. Dessa forma os eventos estressores assumiram uma dimensão maior e geraram insegurança e perda da autonomia por parte de Lílian e muita ansiedade em Beatriz na escola, *“ela está ansiosa e preocupada, porque se a professora perguntar e ela não souber, Deus me livre”*.

Microsistema familiar/proteção: A coesão da família de origem e o compartilhar dos problemas mostraram-se grandes suportes para Lílian e Beatriz conseguirem enfrentar as dificuldades. *“Meus irmãos todos me apóiam, já saí de sacola de roupa, sempre me ampararam, sempre disseram que era pra eu largar essa vida. O meu pai e minha mãe já*

morreram, mas não era esse tipo de vida que eles queriam para mim". **Fatores de risco:** Na família do marido, porém, não há respeito pelas diferenças e as regras são rígidas, punitivas e coercitivas. Durante o casamento e após a separação a família de origem do ex-marido continuou a exercer influência dominadora e manipulativa sobre Lílian e Alan, indicando dificuldades com limites e fronteiras do casal e gerando um problema no processo de separação/individuação. O marido se envolveu com uma menina de treze anos que engravidou, o que denota um padrão familiar de promiscuidade sem compromisso com vínculo afetivo em que as mulheres são desvalorizadas e exploradas sexualmente como objetos de prazer descartável.

Mesosistema e Exossistema/proteção: O apoio da escola e da igreja, que desempenharam um papel reforçador da necessidade de buscar outros propósitos e sentido para a vida, a escola apontando o sofrimento da Beatriz bem como seu potencial e capacidade de se manter bem na escola, a igreja possibilitando sua re-conexão com a fé foram fatores positivos para a saída da violência. A terapia também proporcionou reflexão e reconhecimento de suas habilidades, capacidades e valores, bem como seus direitos como cidadã. A Delegacia para a Mulher também promoveu suporte judicial e emocional ao propiciar a denúncia da violência e garantias quanto a sua segurança. **Fatores de risco:** Lílian não confia no judiciário para ajudá-la a resolver seus problemas, pois este se mostra lento e pouco resolutivo. Já se passaram três anos da separação e sua situação continua a mesma, ou seja, morando no mesmo pátio que os sogros e tendo que engolir desaforos e ofensas, além da ausência de apoio financeiro. *“É como minha irmã disse, esse filme de terror tem que acabar e eu penso assim, sozinha no mundo e muita cobra, sabe, vivendo com o inimigo”*.

Macrossistema/fatores de risco: A estrutura da sociedade patriarcal que tolera e facilita a violência do homem contra a mulher bem como aos sistemas econômicos, culturais e políticos que conduzem à opressão de grupos, classes, nações e indivíduos perpetuam a violência.

Processos de comunicação

Fatores de proteção e risco

Eu ecológico/proteção: A resolução dos problemas, a comunicação clara e a expressão emocional aberta na relação entre mãe e filha têm facilitado e promovido a recuperação da auto-estima e autoconfiança de ambas. *“Eu não preciso disso, eu tenho que me dar valor, como eu vou ficar com um homem que não me dá valor. Eu não tinha mais valor na sociedade, minhas irmãs, minhas amigas, porque todo mundo sabia o que ele fazia”*. Lílian

também se mostrou empática para com as necessidades emocionais da filha. **Fatores de risco:** Durante o casamento, Lílian não conversava com a filha porque não via o alcance da violência para a menina, “*É que na época do conflito eu não enxergava nada e o que tava em volta de mim era a Beatriz, e eu não prestava atenção nela antes*”.

Microssistema familiar/proteção: A amizade e comunicação aberta entre os membros da família, sem vergonha de expor sua situação e seus sentimentos, geraram confiança e um sentimento de não ser sozinha no mundo (proteção) e também perceber como ela e a filha são importantes para a família. É possível se identificar que a empatia é um modelo relacional entre as mulheres da família, que facilita a organização e a manutenção dos relacionamentos baseados na confiança, proteção e afeto positivo. “*Irmã assim que só no olhar já sente o que a outra está pensando, se ela me olha já sabe se eu estou bem ou mal e foi ela que me ajudou bastante, ela é uma pessoa muito importante na minha vida*”. **Fatores de risco:** Na relação de Lílian com a família de origem do ex-marido a comunicação é distorcida e ela não é ouvida em suas necessidades nem da filha e acaba guardando suas angústias e se sentindo acuada. Há pobreza no compartilhamento das emoções e a comunicação não é aberta a negociações na relação do casal. “*porque ele não pode conversar comigo?*”. Lílian se queixa que a sogra é sua intermediária junto ao ex-marido, “*ela é quem fala por mim, e não eu, isso me incomoda muito*”. Observa-se que a família do ex-marido funciona de forma a dificultar as coisas para ela, mantendo um controle coercitivo e vingativo. Eles não aceitam o fato dela ter deixado o filho e ainda tê-lo denunciado à polícia, gerando sua prisão.

Família 2 – Rosângela

A segunda família pesquisada foi de Rosângela (28) e seus três filhos, Rodolfo (11), Elvis (10) e Elisa (6). Meu primeiro contato com ela foi por telefone, sendo que a psicóloga da Delegacia intermediou o encaminhamento. Rosângela estava vivendo sob forte impacto emocional, pois a separação do marido Hamilton (35) era recente e ele a ameaçava de morte. O marido tinha sido preso em flagrante pela polícia que fora acionada pela vizinha que denunciara o espancamento que Rosângela estava sendo vítima. A ação da polícia promoveu segurança e proteção necessária para que Rosângela pudesse se separar do marido. Ela e os filhos moravam em uma casa de aluguel e permaneceram ali após a separação. Rosângela estava procurando emprego e contava com a ajuda de seu pai para as despesas da casa. A sogra e os cunhados, com exceção de uma cunhada, estavam todos contra ela e não

acreditavam na história de violência. Portanto, Rosângela não contava com apoio da família do ex-marido.

Sistema de Crenças da Família

Fatores de proteção e risco

Eu Ecológico/proteção: Atribuir significado a sua vida como alguém capaz de cuidar e amar os filhos é seu grande protetor diante das adversidades e sofrimentos, *“eles são a minha família, são tudo para mim e eu vivo por eles e por mim, tanto que eu suportei tudo por eles”*. Demonstrou perseverança, coragem e enfrentamento dos desafios, *“eu quero ser feliz de novo, eu queria que as crianças entrassem em casa sem medo, sem pensar que o pai vai chegar, poder ligar o rádio e ouvir música, jogar vídeo game, olhar o que eles querem sem ter que está cuidando, todo mundo tenso”*. A religiosidade e misticismo são importantes para Rosângela, *“Eu quero ter a minha loja com produtos esotéricos, porque eu não consigo me vê sem”*. Consegue dar sentido à adversidade, *“o que não nos mata nos torna mais forte, eu fiquei muito forte, tanto que ele não acreditava que eu tinha registrado e que iria depor contra ele e eu fui forte pra fazer... mesmo com medo eu fui lá e registrei”*. **Fatores de risco:** A história pessoal de Rosângela indica que o relacionamento conjugal foi motivado por uma tentativa de sair de uma situação problemática, tanto a nível financeiro como emocional e familiar. Rosângela inicia um relacionamento com uma posição de dependência e imaturidade que vai se refletir ao longo dos anos que se manteve casada. Esta dependência emocional e a violência, somente são encaradas e enfrentadas após a denuncia da vizinha. Durante o casamento, o senso de coerência de Rosângela estava alienado e paralisado, e ela não tinha controle sobre os eventos estressantes como a violência vivenciada no casamento. O medo lhe limitava emocionalmente para cuidar de si mesma, *“me limita, me limitava a não comer, a cuidar dos filhos, tomar um banho”*.

Microssistema Familiar/proteção: Quando os filhos de Rosângela tentavam protegê-la do ataque do pai demonstravam uma grande lealdade para com ela e isto lhe confirmava como importante para eles e merecedora de seu amor, mantendo sua auto-estima e sua esperança na superação das dificuldades. *“A mãe não queria ver vocês chorando, a Elisa via o pai me bater, começava a chorar e querer secar as minhas lágrimas e ficar cuidando de mim, o Rodolfo ficava na dele e o Elvis me defendia. A mãe não queria que vocês vissem isso”*. Portanto, ela constrói sua história com os filhos tendo em sua base valores como o afeto e a proteção, *“sim, eu passo a eles, eu quero que eles sintam isso, entendeu? Eu não quero que*

eles me vejam como uma estranha, como o Hamilton (pai) via a própria mãe, como uma mãe que nunca disse eu te amo e nunca abraçou". A decisão de rompimento de um modelo relacional cerceador da autonomia, opressor e dominador da figura feminina causou estranheza e revolta em ambas as famílias, o que confirma a força do modelo relacional e a dificuldade de sair dele. *"Ela disse: ah coitadinho - daí eu olhei pra ela e disse como assim coitadinho, tia? Ela disse a gente fica meio assim, 14 anos ele como um sobrinho, bom ele gostava de todas, atencioso"*. Fatores de risco: Na família de origem do marido o modelo relacional é de violência à mulher e na família de origem de Rosângela as mulheres casam com homens opressores e violentos. *"Todas as minhas tias são assim, eu tenho uma tia que ela é casada e o marido fez e aconteceu, a tia é daquelas que casou é pra sempre"*. Fecha-se um círculo de violência que se perpetua nas gerações se confirmando como um modelo transgeracional. *"O pai dele bateu na mãe dele, e aprontava muito, traía direto e era casado e tava ficando noivo de outra guria, teve que sair lá de Carazinho corrido"*. Crenças de que o casamento é solução para os problemas; o casal renuncia à felicidade pelos filhos, as mulheres são cuidadoras da família e cedem ao marido.

Macrossistema/proteção: A valorização da instituição família no sistema familiar de origem de Rosângela estava relacionada à proteção e afeto entre seus membros, embora em alguns momentos tenham faltado proteção e apoio necessários, estes fatores voltaram a aparecer em sua relação familiar e garantiram sua permanência fora da história de violência. *"Tchau, te amo e te cuida, isso tem muito assim na minha família, demonstração de carinho de afeto, entende"?* *"A violência não faz parte da minha família"*.

Padrão de organização

Fatores de proteção e risco

Eu Ecológico/proteção: Rosângela acolhe os sentimentos dos filhos, reconhece seus méritos, os protege e orienta em um sentido positivo, e tem conseguido se reorganizar para trabalhar. *"Eu digo pra eles, a mãe precisa de vocês, tem que se comportar na tia que a mãe ta pagando pra cuidar de vocês, a mãe não pode deixar vocês sozinhos em casa, a gente precisa se ajudar, eu disse pra eles, a mãe precisa trabalhar"*.

Microssistema Familiar/proteção: Rosângela consegue se reorganizar para trabalhar e cuidar dos filhos, as crianças aceitam com tranquilidade a nova forma familiar e se adaptam rapidamente, para surpresa dos familiares. *"Até o irmão dele falou, como pode as crianças vão à casa da mãe e parece que não aconteceu nada, ta tudo normal"*. O apoio do pai que a

encorajou e lhe mostrou caminhos, “*meu pai disse que eu tinha que fazer alguma coisa por mim, se eu amo meus filhos, eu teria que fazer alguma coisa, ele dizia faz por ti que vai refletir neles, arruma um emprego bom, trabalha, cuida dos teus filhos e cuida de ti, começa a ouvir música, assistir o que tu gosta e ir cuidando de ti*”. **Fatores de risco:** O isolamento em que Rosângela vivia propiciava a manutenção da violência e a falta de autonomia e flexibilidade na relação homem x mulher. Os limites no casamento eram rígidos, coercitivos e punitivos. O marido não a deixava trabalhar e decidia sobre suas amizades, mantendo o controle total sobre ela. Ao desafiar sua autoridade Rosângela enfrenta a vingança e o desejo de retaliação de parte do ex-marido, como ameaças de morte e de perda da guarda dos filhos. O agressor tenta considerá-la inapta e louca para cuidar e criar os filhos, “*Eu vou tirar eles de ti, faz o que eu digo senão eu vou te internar como louca, tu não vai tê-los*”. O maior fator de risco que gerou vulnerabilidade à Rosângela e favoreceu sua permanência na história de violência foi a falta de apoio da sua família de origem, “*me senti arrasada, não diria sem apoio, eu me senti excluída, e eu fiquei sem alternativas e não tinha amiga e não tive cabeça pra pensar em algum outro parente, eu não pensei nisso*”.

Mesosistema e Exossistema/proteção: Rosângela permite a entrada de outras pessoas em sua vida, como vizinhos, terapeuta e judiciário e confia nesta ajuda. A denúncia da vizinha chamando a polícia foi fundamental para fornecer à Rosângela uma alternativa para sair da história de violência. **Fatores de risco:** Outro fator de proteção que estava pouco acessível a ela era o fator social, pois o isolamento social, a falta de profissão/emprego e a dependência financeira do marido a deixavam em uma situação passiva que gerava alienação.

Processos de Comunicação

Fatores de proteção e risco

Eu Ecológico/proteção: Mãe compartilha dos sentimentos com os filhos, tenta confortá-los, protege-os com acolhimento e respeito. “*Porque estavam brigando muito ela chorava muito e eles também e ela não queria que eles chorassem mais*”. Há apoio mútuo e tolerância quanto às diferenças e dificuldades. “*A Elisa secava as lágrimas da mãe e o Elvis a defendia do pai e o Rodolfo ficava na dele*”. A mãe é empática com os filhos e a comunicação é aberta e clara, “*eu queria que as crianças entrassem em casa sem medo, sem pensar que o pai vai chegar e poder ligar o rádio e ouvir música, jogar vídeo game e olhar o que eles querem sem ter que está cuidando, todo mundo tenso*”. Quando ela verbaliza seu desejo de trabalhar e desafia o marido ao não aceitar suas regras, demonstra sua coragem. “*Tanto que naquele dia*

que ele rasgou os currículos e disse: tu não vais, eu pensei, eu vou sim e fui, quando voltei ele me deu soco e me bateu, eu disse agora chega eu vou trabalhar”.

Microsistema familiar/proteção: Rosângela e os filhos têm conseguido resolver o conflito da separação, a mãe transmite segurança para os filhos que unidos se reorganizara emocionalmente, *“eu acredito que é porque eu to sempre com eles, eu só trabalho e to com eles”*. Portanto, pode-se dizer que a confiança na relação mãe e filhos é um grande protetor. Rosângela tem compartilhado com seu pai as dificuldades e resgatou a amizade com sua avó, dessa forma a comunicação está mais aberta e clara. Portanto, a família ressurgiu quando ela precisa com isso resgata o que faltou no passado. Fatores de risco: A comunicação no casal é distorcida e marcada por mentiras e omissões por parte do marido, que passa dias fora de casa em noitadas de boemia e vários envolvimento extraconjugal, não respeitando a esposa e tão pouco os filhos, demonstrando com isso pouco envolvimento afetivo e emocional com a família. *“Porque sempre depois que ele me batia, ele fazia o que fazia, ele ficava dentro de casa uns quantos dias, ele não saía, daí saía o roxo eu ficava melhor e não dava pra fazer o exame de corpo delito”*.

Síntese dos processos de resiliência familiar e de risco e vulnerabilidade nos contextos ecológicos das famílias da pesquisa.

A partir da análise dos domínios de Walsh nas trajetórias de Lílian (Caso 1) e Rosângela (Caso 2) foram identificados os diferentes sistemas ecológicos. Destacaram-se as situações imediatas (eu ecológico), seguidas de outros aspectos correspondentes aos níveis do microsistema, mesossistema, exossistema e macrossistema, possibilitando uma interpretação ampla dos indicativos que foram considerados relevantes tanto para a saída da história de violência quanto para potencializá-la.

Na tabela 12, são apresentados os processos de resiliência para ambas as famílias da pesquisa e na tabela 13, os fatores de risco. Em seguida os resultados são analisados em relação aos objetivos específicos da pesquisa, fornecendo as considerações finais sobre os mesmos.

Tabela 12

Processos de resiliência no contexto ecológico das famílias da pesquisa:

Sistema de crenças			
Eu Ecológico	Micro	Meso/Exo	Macro
Enfrentamento dos desafios.	Vínculos afetivos na		Valorização da

Cuidado e proteção aos filhos. Sentido de vida, maternagem e religiosidade. Sentido à adversidade. Referencial interno de valores. Potencial cognitivo e temperamento.	família de origem. Compartilhamento dos problemas. Papel dos pais.		instituição família Culturalmente a sociedade não aceita a violência.
--	--	--	--

Padrão de Organização

Capacidade de acolher os filhos. Orientação positiva. Reorganização pessoal.	Adaptação dos filhos a mudanças. Apoio familiar, emocional, financeiro e reconhecimento da violência. Coesão da família de origem.	Apoio de vizinhos, Escola, Igreja, Terapia, Polícia, Delegacia. Ação do judiciário.	
--	--	--	--

Processos de Comunicação

Compartilhamento dos sentimentos. Tolerância das diferenças e dificuldades. Comunicação clara e expressão emocional aberta.	Amizade e comunicação aberta na família. Empatia nas relações familiares.	Acesso aos serviços. Acolhimento por parte dos profissionais.	Conscientização cultural de valores de proteção à mulher.
--	--	--	---

(Adaptado de Koller e De Antoni, 2004)

Através das narrativas, foi possível se identificar os processos-chave de resiliência, os mecanismos de proteção e as situações de risco nas famílias nos diferentes contextos. Ao nível do *Eu Ecológico, no Sistema de Crenças da família*, observa-se que a perseverança e a coragem no enfrentamento dos desafios foram um grande protetor individual, promovendo a auto-estima das mulheres, pois se viram capazes de lutar por elas mesmas e pelos filhos. Outro aspecto protetor estava ligado à construção da maternagem como sentido de vida, onde

o cuidado e a proteção aos filhos foram os valores afiliativos de maior sustentação emocional destas mulheres dentro da história de violência e sofrimento (Beavers & Hampson, 1990/1993).

Atribuir sentido à adversidade, através da crença de que o sofrimento auxilia a pessoa a se fortalecer, favoreceu o reconhecimento do alcance da violência e a discriminação da situação que estavam vivendo e promoveu ações para a saída da história de violência. Desta forma, voltar a fazer escolhas segundo seu referencial interno de valores favoreceu a busca por apoio e suporte. Outros aspectos de caráter individual, que promoveram a saúde mental e diminuíram o impacto da violência para os membros da família foram a força e o potencial dos aspectos cognitivos e de temperamento. A religião se mostrou um protetor importante para as famílias, promovendo a fé, esperança e otimismo na superação dos problemas.

Ao nível da *Microsistema Familiar*, os fatores de proteção foram a responsabilidade dos pais e lealdade dos filhos, considerados verdadeiros legados multigeracionais, que guiam seus membros no decorrer do ciclo de vida (Boszormenyi-Nagy, 1987). Outro fator também muito importante que promoveu a saída da história de violência estava relacionado à afetividade nos vínculos familiares, que acompanhava as famílias através de várias gerações mostrando-se um modelo do sistema de crenças da família voltado para a proteção, união e afeto entre seus membros. Este modelo favoreceu o compartilhamento das dificuldades e confirmaram os pais como os principais formadores da personalidade dos filhos (os pais são espelhos para os filhos). No *Macrossistema*, se observa que a sociedade valoriza a instituição familiar e que culturalmente não aceita a violência.

No domínio, *Padrão de Organização*, ao nível do *Eu ecológico*, é possível se observar que as mães foram melhorando a percepção sobre seus filhos e com isso se tornando mais acolhedoras. O enfrentamento dos problemas favoreceu uma orientação positiva frente à vida e conseqüente reorganização emocional para trabalhar e cuidar dos filhos. No *Microsistema familiar*, observa-se o apoio e a colaboração entre mãe e filhos no enfrentamento dos problemas que facilitou a adaptação a nova forma familiar. Na família de origem o apoio e suporte emocional e financeiro, promoveram a coesão da família, bem como o reconhecimento da violência como prejudicial. No *Mesosistema e Exossistema*, verificou-se a importância do suporte social na promoção de novas respostas à violência conjugal, entre elas está o apoio dos vizinhos, escola, igreja, terapia, Delegacia para a Mulher, polícia e ação do judiciário.

No domínio, *Processos de comunicação*, no *Eu Ecológico*, se observa que além do compartilhamento dos sentimentos entre a mãe e os filhos, há acolhimento e proteção. A empatia da mãe para com os filhos favoreceu a tolerância em relação às diferenças. Ao transmitir segurança para os filhos, as mães favoreceram a comunicação entre eles, a reorganização emocional e a resolução do conflito da separação. No *Microsistema Familiar*, observa-se a importância da relação de amizade entre os membros da família, em especial, a família de origem que funciona como um suporte no enfrentamento dos problemas. Outro fator importante que também promoveu a saída da história de violência foi a empatia nas relações familiares, como no caso de Lílian, em que o relacionamento entre as irmãs era muito protetor. No *Mesosistema e Exossistema*, acesso aos serviços de ajuda e acolhimento por parte dos profissionais, se tornaram possíveis a partir da criação da Delegacia para Mulher. No *Macrossistema*, conscientização cultural de valores de proteção à mulher, a partir da criação da Lei Maria da Penha.

Tabela 13

Fatores de risco e vulnerabilidade nos contextos ecológicos das famílias.

Sistema de crenças			
Eu Ecológico	Micro	Meso/Exo	Macro
Senso de coerência alienado e paralisado, sem controle sobre os eventos. Não enxergar o alcance da violência. Atitude de passividade e medo.	Papel masculino - superior, desvalia e controle da mulher, negligência com filhos. Papel feminino - cuidadora, manutenção do casamento. Violência como modelo interacional. Relações femininas com homens opressores. Casamento como solução para os problemas. Segredos familiares.		A sociedade não aceita a separação.
Padrão de organização			
Distanciamento afetivo e	Regras rígidas e punitivas. Marido - poder, impede	Isolamento social.	A estrutura da sociedade

abandono na relação do homem com a mulher e filhos.	entrada de pessoas no sistema familiar, padrão de promiscuidade. Pouca diferenciação no sistema conjugal.	Dependência financeira. Falta de apoio da família do marido.	patriarcal que tolera e facilita a violência.
---	---	---	---

Processos de Comunicação

Falta de diálogo entre mãe e filhos durante o casamento sobre a violência vivenciada.	Marido: Sem tolerância e respeito à esposa. Casal: sem partilhar as emoções, mentiras e omissões. Interferência de terceiros.		
---	--	--	--

(Adaptado de Koller e De Antoni, 2004)

Em relação aos fatores de risco e vulnerabilidade, observa-se que fazendo um paralelo entre as histórias das duas famílias, identifica-se que o *Sistema de crenças familiares* que mantém as histórias de violência no *Microsistema* familiar é extremamente semelhante nos dois casos. Pode-se citar o papel da mulher como mantenedora da família, passiva diante do marido e a função de principal educadora e protetora dos filhos. Os homens são dominadores e opressores, não valorizando a esposa e demonstrando pouco envolvimento emocional. Estas características masculinas são oriundas de um modelo relacional de violência à mulher vivenciado em suas famílias de origem e perpetuado através da herança transgeracional. Ao nível do *Eu Ecológico*, ambas as mulheres apresentaram um senso de coerência interno paralisado e alienado frente à violência vivenciada, limitando suas ações e tentativas de mudança. Na Família de Lílian, a paralisação interna chegou a desenvolver um processo emocional de cegueira da mãe frente às conseqüências da violência para a filha, que acabou gerando depressão e ansiedade para ambas. Esta cegueira, provavelmente, foi alimentada em função da manutenção do segredo na família de origem de Lílian.

No domínio *Padrão de Organização*, ao nível do *Eu Ecológico*, observa-se o distanciamento afetivo e abandono na relação do homem com a mulher e filhos ao se envolver em relacionamentos extraconjugais e em ficar dias fora de casa. Após a separação, o não pagamento da pensão alimentícia. Ao nível do *Microsistema familiar*, as regras são rígidas, coercitivas e punitivas e o homem mantém o poder e o controle sobre a família. Há uma

significativa pobreza na diferenciação dos parceiros no sistema conjugal, onde a falta de respeito pelos limites geracionais e pelas fronteiras do casal levam a um padrão de promiscuidade sem compromisso com vínculo e conseqüente desvalorização da mulher. Ao nível do *Mesosistema e Exossistema*, verifica-se que alguns aspectos foram fundamentais para gerar vulnerabilidade diante da violência como o isolamento social, a falta de profissão e emprego, a dependência financeira do marido e a falta de apoio de alguns familiares. O judiciário lento e pouco resolutivo também se caracterizou como um risco para estas famílias no enfrentamento da violência conjugal. No *Macrossistema* é possível se observar que a sociedade constrói padrões culturais que determinam a conduta da mulher na sociedade e que em sua estrutura patriarcal tolera e facilita a violência do homem contra a mulher (Walker, 2006).

Finalmente, o último pilar de resiliência familiar destacado por Walsh refere-se ao domínio Processos de Comunicação. Ao nível do *Eu Ecológico*, há falta de diálogo entre mãe e filhos durante o casamento sobre a violência vivenciada, porque a mãe não via o alcance da violência. Ao nível do *Microsistema familiar*, a relação conjugal se configurou pela pobreza do compartilhamento afetivo e na comunicação caracterizada por mentiras e omissões. A resolução de conflitos era alcançada através da violência, indicando a dificuldade de interação e diálogo na construção de soluções. Somente com o enfrentamento da violência foi possível um maior compartilhamento e honestidade nas trocas entre os familiares, permitindo interações mais empáticas.

Considerações Finais

Nesta pesquisa foi possível se identificar que o processo de resiliência foi construído tendo como fatores principais os aspectos marcantes da família como uma unidade funcional frente à superação das dificuldades, em que habilidades e competências de seus membros foram elementos muito valorizados por estas famílias e que favoreceram a saída da história de violência. Um aspecto muito marcante na promoção do processo de resiliência para estas duas famílias se relaciona a forma como as mães construíram suas histórias de afeto, cuidado e proteção aos filhos. Esse fator de proteção familiar diminuiu os prejuízos da exposição à violência para as crianças e também propiciou às mães se manterem mais inteiras emocionalmente apesar do sofrimento, confirmando as pesquisas de Beavers e Hampson (1990/1993), sobre o valor do cuidado e da proteção no desenvolvimento emocional dos membros da família. Portanto, pode-se dizer que em geral, nos núcleos familiares a

manutenção de saúde mental e resiliência ocorrem quando pelo menos uma relação significativa de proteção e afeto entre os membros se desenvolve como de mãe para com os filhos, ou entre os irmãos.

No entanto, pode-se observar que os fatores de proteção não se apresentam da mesma forma para cada família, de forma que não se pode generalizar e categorizar as famílias em modelos estanques de resiliência, pelo contrário, cada família manteve suas próprias características de identidade diante da violência respondendo a sua maneira e de acordo com seus valores e crenças familiares. Alguns protetores embora se mostrassem semelhantes para cada família tinham um peso diferente. Na família de Rosângela, os maiores fatores de proteção estavam relacionados à construção do sentido de vida da mãe através da relação com os filhos e suas características individuais de temperamento, além do fator social (vizinha e polícia). Na família de Lílian, os fatores de proteção que tiveram maior impacto foram o apoio da família de origem, em especial a amizade entre as irmãs e as características individuais, como a religiosidade.

Comparando os resultados desta pesquisa com os achados de Yunes (2001) é possível se identificar que as famílias que vivem tanto em situações de pobreza como em situações de violência conjugal respondem ao risco de uma forma singular e têm em sua base uma construção de valores e crenças que lhes possibilitam respostas positivas diante das adversidades. Em relação à violência conjugal, Yunes, Mendes & Albuquerque, (2004/2007) observaram em seus achados de pesquisa que a ausência da violência nas relações conjugais proporcionou as melhorias e a reaproximação de outros familiares bem como o apoio destes e a consequente melhora da situação financeira da família. No entanto, o risco em si não foi totalmente excluído da história destas famílias, alguns fatores de risco continuaram a existir no cotidiano. Na pesquisa atual, alguns riscos também continuaram a existir na história destas duas famílias, como a dependência financeira, outrora do marido e agora da família de origem. As atitudes opressoras dos ex-maridos, usando os filhos para agredir a ex-esposa numa tentativa de colocá-las como inaptas para cuidar dos filhos. Portanto, apesar do risco maior da violência conjugal direta ter sido excluído da vida familiar, após a separação, a violência continuou se apresentando de uma forma indireta.

Concluindo, é necessário ampliar o olhar das redes sociais de suporte e amparo às famílias em situação de violência conjugal, no sentido de buscar um entendimento destes processos violentos não a partir de uma ótica da doença ou de uma falha familiar, mas como

um fenômeno muito maior que se constitui e se mantém na sociedade. Para tanto seria necessário ampliar as redes de atendimento em saúde coletiva, através da capacitação de agentes de saúde, aperfeiçoamento do policial e a criação de casas abrigo com oficinas que favorecessem o ingresso das mulheres vítimas de violência conjugal ao mercado de trabalho. Também uma conscientização maior da sociedade sobre a violência em geral, através de campanhas publicitárias que circulariam na mídia de forma a construir junto à população uma percepção mais coerente em relação aos tipos de violência que hoje fazem parte de um processo social que se alimentam da impunidade em nosso país.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS DA DISSERTAÇÃO

Esta dissertação procurou identificar os processos de resiliência em famílias com história de violência conjugal. Através da técnica da narrativa e dos sistemas ecológicos de desenvolvimento humano, foi possível conhecer os fatores de risco e os mecanismos de proteção nas trajetórias de vida das famílias pesquisadas frente à violência conjugal. A inserção ecológica realizada nesta pesquisa ampliou a compreensão sobre a violência conjugal, de forma, a não considerá-la somente como um processo transgeracional das famílias, mas também como um fenômeno social que se constitui e se mantém na sociedade. Portanto, buscar um entendimento destes processos violentos não a partir de uma ótica da doença ou de uma falha familiar, mas como um fenômeno complexo, construído e mantido socialmente com certeza nos leva a questionarmos e repensarmos as ações sociais e as políticas públicas voltadas para o enfrentamento deste tipo de violência (Belsky, 1980; Doise & Papastamou, 1987; Bronfenbrenner, 1979/2002; Minayo, 1994).

Em relação ao método de pesquisa utilizado gostaria de tecer alguns comentários. Desde o início, a proposta se mostrou desafiadora sob o ponto de vista científico, mas ao mesmo tempo falou da trajetória clínica e profissional da pesquisadora que se viu inserida na proposta de pesquisa. Portanto, poder-se-ia dizer, que os significados construídos na interação com as famílias também refletiram novos significados para a realidade da pesquisadora, uma vez que a postura adotada não foi neutra e sim de um observador-participante do processo de mudança. A narrativa se mostrou como um instrumento válido na coleta de dados, pois as crenças, as idéias e as práticas da cultura na qual vivemos têm uma grande importância com relação aos significados que damos aos contextos nas quais as histórias de vida foram

formadas (Mcnamee & Gergen, 1998). Esta questão interacional permeia as relações dos indivíduos possibilitando amplas e variadas respostas às situações vivenciadas, entre elas a resiliência.

Conforme as famílias narravam sua história, também se apropriavam dela de uma forma mais autônoma, atribuindo sentido às experiências de adversidade e sofrimento, vendo-se capaz de transcendê-las e projetando-se para o futuro em busca de novos sentidos. A técnica da abordagem da Terapia Narrativa (White & Epston, 1990/1998) permitiu que as famílias saíssem de uma história dominante de descrições de vida, com os impedimentos negativos que as acompanhavam, para experimentarem vidas com muitas histórias e habilidades.

7.1 Pontos fortes e limitações do trabalho

Os pontos fortes desta pesquisa estão relacionados à importância de estudos que busquem uma compreensão mais dinâmica, sem juízos e conceitos predeterminados sobre os fenômenos relacionais, entre eles a violência conjugal. A utilização de uma abordagem metodológica que busca conhecer os significados que cada família atribui aos eventos de suas vidas sem uma preocupação, a priori, de definições de causas e efeitos, com certeza expande o olhar clínico psicológico do pesquisador e dos achados empíricos da pesquisa. O atendimento psicoterápico das famílias escolhidas forneceu uma quantidade de material clínico riquíssimo, que possibilitou um conhecimento maior dos significados atribuídos aos eventos estressores, como também conhecer os vários fatores que contribuíram para a construção de uma trajetória de resiliência diante do risco. As pesquisas no âmbito da clínica psicológica fornecem um material fidedigno com poucas possibilidades de distorções dos fatos narrados, portanto, a interpretação dos dados se dá de forma transparente. A relação ética entre a família e o psicólogo clínico que assume uma atividade de pesquisador, foi facilitada pelo vínculo terapêutico que se estabeleceu naturalmente na clínica. Na pesquisa em questão, a interação do psicólogo clínico não se deu de forma neutra, como na clínica tradicional. Através do enfoque sistêmico utilizado pela psicóloga houve uma contribuição ativa para a construção desse lugar de escuta e ajuda psicológica. Aqui o terapeuta também é a platéia que confirma a autoria das histórias de vida do cliente.

Em relação às limitações do trabalho apontaria o pouco conhecimento sobre a inserção ecológica, que embora tenha sido um desafio, trouxe dúvidas quanto a sua realização, no entanto, o desejo de expandir a inserção do pesquisador no ambiente imediato de pesquisa e o

conhecimento adquirido a partir desta experiência foram motivadores para a tentativa de realizá-la.

7.2 Aplicações da pesquisa desenvolvida

Geralmente, a implicação social de uma pesquisa possibilita aumentar as redes de atendimento em saúde coletiva, tendo como objetivo melhorar e ampliar a promoção da resiliência através da capacitação de agentes de saúde, aperfeiçoamento do policial e a criação de casas abrigo com oficinas que favorecessem o ingresso das mulheres vítimas de violência conjugal ao mercado de trabalho. Também seria importante uma conscientização maior da sociedade sobre a violência em geral, através de campanhas publicitárias que circulassem na mídia, de forma a construir junto à população uma percepção mais coerente em relação aos tipos de violência, que hoje fazem parte de um processo social que se alimenta da impunidade em nosso país.

8. REFERÊNCIAS

- Ahern, N. R., Kiehl, E. M., Sole, M. L., & Byers, J. (2006). A review of instruments measuring resilience. *Issues in Comprehensive Pediatric Nursing*, 29, 103-25.
- Antoniazzi, A. S., Dell'Aglio, D. D., & Bandeira, D. R. (1998). O conceito de coping: uma revisão teórica. *Estudos de Psicologia*, 3, 273-294.
- Assis, G. S., Pesce, P. R., & Avanci, Q. J. (2006). *Resiliência: enfatizando a proteção dos adolescentes*. Porto Alegre: Artmed.
- Azevedo, A. M., & Guerra, A. N. V. (2005). *Infância e Violência Doméstica: Fronteiras do conhecimento*. São Paulo: Cortez.
- Bancroft, L. & Silverman J. G. (2002). *The Batterer as Parent: Addressing the impact of domestic violence on family dynamics*. Thousand Oaks, CA, Sage.
- Beavers, W. R., & Hampson, R. B. (1990). *Successful families: Assessment and intervention*. New York: Norton.
- Beavers, W. R., & Hampson, R. B. (1993). Measuring family competence: The Beavers systems model. In F. Walsh (Ed). *Normal family processes* (2nd ed.). New York: Guilford Press.

- Belsky, J. (1980). Child maltreatment / An ecological integration. *American Psychologist*, 35, 320-335.
- Boszormenyi-Nagy, I. (1987). *Foundations of contextual family therapy*. New York: Brunner/Mazel.
- Bowen, M. (1978). *Family therapy in clinical practice*. Aronson, New York.
- Brockmeier, J., & Harré, R.. (2003). Narrativa: problemas e promessas de um paradigma alternativo. *Psicologia. Reflexão e Crítica*, 16, 525-535.
- Bronfenbrenner, U. (2002). *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre: Artmed. (original publicado em 1979)
- Brooks, R. B. (1994). Children at risk: fostering resilience and hope. *American Journal of Orthopsychiatry*, 64, 545-553.
- Bruner, J. S. (1991). The narrative construction of reality. *Critical Inquiry*, 17, 1-21.
- Cecconello, A. M. (2003). *Resiliência e vulnerabilidade em famílias em situação de risco*. Tese de Doutorado não publicada, Curso de Pós-graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS. Disponível em www.psicologia.ufrgs.br/cep_ua.
- Cecconelo, A. M., & Koller, S. H. (2004). Inserção ecológica na comunidade: uma proposta metodológica para o estudo de famílias em situação de risco. In Silvia H. Koller (org.). *Ecologia do desenvolvimento Humano: pesquisa e intervenção no Brasil*. São Paulo: casa do Psicólogo.
- Cecconelo, A. M., De Antoni, C., & Koller, S. H. (2003). Práticas educativas, estilos parentais e abuso físico no contexto familiar. *Psicologia em estudo (Maringá)*8, 45-54.
- Dalbem, J. X. & Dell'Aglio, D. D. (2007). Apego em adolescentes institucionalizadas: Processos de resiliência na formação de novos vínculos afetivos. *Psico*, 39, 33-40.
- Daniel B. (2006). Operationalizing the concept of resilience in child neglect: case study research. *Child Care Health Development*, 32, 303-9.
- De Antoni, C. (2005). Coesão e hierarquia em famílias com história de abuso físico. Tese de doutorado não-publicada. Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS. Disponível em www.psicologia.ufrgs.br/cep_ua.
- Dell'Aglio, D. (2000). *O processo de coping, institucionalização e eventos de vida em crianças e adolescentes*. Tese de Doutorado não publicada. Curso de Pós-graduação em

- Psicologia do desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.
- Fergus, S., & Zimmerman, M. A. (2005). Adolescent Resilience: A Framework for Understanding Healthy Development in the Face of Risk. *Annual Review Public Health*, 26, 399–419
- Ferreira, A.B. de H. (1999). *Novo Aurélio: o dicionário do Século XXI*. São Paulo: Nova Fronteira.
- Flick, U. (2004). *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Bookman.
- Garcia, N. M., & Yunes, M. A. M. (2006). Resiliência familiar: baixa renda e monoparentalidade. In Débora D. Dell’Aglío, Sílvia H. Koller, & Maria A. M. Yunes. *Resiliência e Psicologia Positiva: interfaces do risco à proteção*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Gardner, D. L., Huber, C. H., Steiner, R., Vazquez, L. A., & Savage, T. A. (2008). The Development and Validation of the Inventory of Family Protective Factors: A Brief Assessment for Family Counseling. *The Family Journal*, 16; 107-117.
- Garnezy, N., Masten, A. S. & Tellegen, A. (1984). The study of stress and competence in children: a building block for development psychopathology. *Child Development*, 55, 97-111.
- Gonçalves, M. J. (2003). Aumentar a resiliência das crianças vítimas de violência. *Análise Psicológica*, 1, 23-30.
- Grosman, C., Mestermann, S., & Adamo, M. (1992). *Violencia en la familia: la relacion de pareja – aspectos sociales, psicológicos y jurídicos*. Buenos Aires: Universidad.
- Hawley, D. R. & DeHann, L. (1996). Toward a definition of family resilience: integrating life span and family perspectives. *Family Process*, 35, 23-298.
- Imber-Black, E., & cols. (2002). *Os segredos na família e na terapia de família*. Porto Alegre: Artmed.
- Infante, F. (2005). A resiliência como processo: uma revisão da literatura recente. In Aldo Melillo, Elbio N. S. Ojeda, & cols. *Resiliência: descobrindo as próprias fortalezas*. Porto Alegre: Artmed.
- Junqueira, S. P. F. M., & Deslandes, F. S. (2003). Resiliência e maus-tratos à criança. *Cadernos de Saúde Pública*, 19, 1-20.

- Koller, S. H., & De Antoni, C. (2004). Violência intrafamiliar: uma visão ecológica. In S. H. Koller (Ed.), *Ecologia do desenvolvimento humano: pesquisa e intervenção no Brasil*, 293-310. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Laudau, J. (2007). Enhancing Resilience: Families and Communities as Agents for Change. *Family Process*, 46, 351-365.
- Landsford, J. E., Malone, P. S., Stevens, K. I., Dodge, K. A., Bates, J. E., & Pettit, G. S. (2006). Developmental trajectories of externalizing and internalizing behaviors: Factors underlying resilience in physically abused children. *Development and Psychopathology*, 18, 35-55.
- Lazarus, R.S., & Folkman, S. (1984). *Stress, appraisal and coping*. New York: Springer.
- Libório, R. M. C., Castro, B. M., & Coelho, A E. L. (2006). Desafios metodológicos para a pesquisa em resiliência: conceitos e reflexões críticas. In D. D. Dell’Aglia, S. H. Koller, & M. A. M. Yunes. *Resiliência e Psicologia Positiva: interfaces do risco à proteção*. São Paulo: Casa do Psicólogo
- Lietz, C.A.(2006).Covering Stories of Family Resilience: A Mixed Methods Study of Resilient Families. *Families in Society: The Journal of Contemporary Social Services*, 88, 147-155.
- Luthar, S.S., & Cicchetti, D. (2000). The construct of resilience: Implications for interventions and social policies. *Development and Psychopathology*, 12, 857–885.
- Masten, A.S., & Garmezy, N. (1985). Risk, vulnerability and protective factors in developmental psychopathology. In B.B. Lahey, & A. E. Kazdin (eds.), *Advances in clinical child psychology* (vol. 8, pp. 1-52). New York: Plenum Press.
- McCubbin, M. A., Balling, K., Possin, P., Friedrich, S., & Byrne, B. (2002). Family resiliency in childhood cancer. *Family Relations*, 51, 103-111.
- Mcnamee, S., & Gergen, K. J. (1998). *A terapia como construção social*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Minayo, M. C. S. (1994). A violência social sob a perspectiva da Saúde Pública. *Caderno Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 10, 7-18.
- Murray, M. (2004). Narrative Psychology. In J. A. Smith (Org) *Qualitative Psychology*. London: Sage Publications.
- Ostyn, T. E. (1995). Nuevas tendencias en el tratamiento del maltrato y abuso sexual en la familia. *La Revue therapie familiale*, 4, 1-25

- Pesce, R. P. et al (2005). Adaptação Transcultural, Confiabilidade e Validade da escala de Resiliência. *Caderno Saúde Pública*, 21, 436-448.
- Peterson, L. (1989). Coping by children undergoing stressful medical procedures: some conceptual, methodological, and therapeutic issues. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 57, 380-387.
- Poletto, M., & Koller, S. H. (2006). Resiliência: uma perspectiva conceitual e histórica. In Débora, D. Dell’Aglío, Sílvia, H. Koller, & Maria A. M. Yunes. *Resiliência e Psicologia Positiva: interfaces do risco à proteção*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Prati, L. E., Couto, M. C. P. P., Moura, A., Poletto, M., & Koller, S. H. (2008). Revisando a Inserção Ecológica: Uma Proposta de Sistematização. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21, 160-169.
- Ravazzola, M. C. (1999). *Histórias infames: los maltratos em las relaciones*. Buenos Aires: Paidós.
- Ravazzola, M. C. (2005). Resiliências Familiares. In Aldo Melillo, Elbio N. S. Ojeda & cols. *Resiliência: descobrindo as próprias fortalezas*. Porto Alegre: Artmed.
- Rutter, M. (1985). Resilience in the face of adversity: protective factors and resistance to psychiatric disorder. *British journal of Psychiatry*, 147, 598-611.
- Rutter, M. (1987). Psychosocial resilience and protective mechanism. *American Journal of orthopsychiatry*, 57, 316-331.
- Rutter, M. (1993). Resilience: some conceptual considerations. *Journal of Adolescent Health*, 14, 626-631.
- Sapienza, G., & Pedromônico, M. R. M., (2005). Risco, proteção e resiliência no desenvolvimento de crianças e adolescentes. *Psicologia em Estudos*, 10, 209-216.
- Slap, G. B., 2001. Conceitos atuais, aplicações práticas e resiliência no novo milênio. *Adolescência Latino-Americana*, 2, 173-176.
- Sheldon, K. M., & King, L. (2001). Why positive psychology is necessary. *American Psychologist*, 56, 216-217.
- Siqueira, A. C. & Dell’Aglío, D. D. (2008). Retornando para a Família de origem: Fatores de risco e proteção no processo de reinserção de uma adolescente institucionalizada. *Revista Brasileira Crescimento Desenvolvimento Humano* 17, 134-146.

- Smokowski, P. R., Reynolds, A. J., & Bezruczko, N. (2000). Resilience and protective factors in adolescence: An autobiographical perspective from disadvantaged youth. *Journal of School Psychology, 37*, 425-448.
- Tavares, J. (2001). A resiliência na sociedade emergente. Em Tavares, J. (org) *Resiliência e educação*, (pp. 43-75). São Paulo: Cortez.
- Tusaie, K., & Dier, J. (2004). Resilience: A historical review of the construct. *Holitic Nursing Practice, 18*, 3-8.
- Walker, L. E. A. (2006). Battered Woman Syndrome: Empirical Findings. *New York Academy of Sciences, 1087*, 142-157.
- Walsh, F. (2005). *Fortalecendo a Resiliência Familiar*. São Paulo: Roca. (original publicado em 1998)
- Werner, E. E., & Smith, R. S. (1993). Risk, resilience and recovery: perspectives from the Kauai longitudinal study. *Development and Psychopathology, 5*, 503-515.
- Whitaker, C. A. (1989). *Considerazioni notturne di un terapeuta della famiglia*. Roma: Astrolabio.
- Whitaker, C., & Keith, D. (1981). Symbolic-experiential family therapy. In A. S. Gurman, & D. Kniskern (Eds.), *Handbook of family therapy*. New York: Brunner/Mazel.
- White, M. & Epston, D. (1990) *Narrative, means to therapeutic ends*. New York: Norton.
- White, M., Epston, D., & Murray, K. (1998). Proposta de uma terapia de reautoria: revisão da vida de Rose e comentário. In Sheila Mcnamee & Kenneth J. Gergen. *A terapia como construção social*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Yunes, M. A. M. (2001). *A questão triplamente controvertida da resiliência em famílias de baixa renda*. Tese de doutorado não publicada, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Yunes, M. A. M. (2003). Psicologia positiva e resiliência: o foco no indivíduo e na família. *Psicologia em Estudo, 8*, 1-15.
- Yunes, M. A. M., Mendes, N. F., & Albuquerque, B. de M. (2004). As interações entre os agentes comunitários de saúde e famílias monoparentais pobres: percepções e crenças sobre resiliência. *Revista Ciência, Cuidado e Saúde, 3*, 12-15.
- Yunes, M. A. M., Mendes, N. F., & Albuquerque, B. de M. (2007). Monoparentalidade, pobreza e resiliência: entre as crenças dos profissionais e as possibilidades da convivência familiar. *Psicologia: Reflexão e Crítica, 20*, 444-453.

Zimmermann, M. A., & Arunkumar, R. 1994. Resiliency research: implications for schools and policy. *Social Policy Report: Society for research in child Development*, 8, 1-18.

9. ANEXO A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Gostaríamos de convidá-lo para participar de um trabalho de pesquisa que tem como objetivo conhecer como as famílias se organizam para enfrentar situações de violência. Este trabalho faz parte da pesquisa do Mestrado em Psicologia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) que tem como interesse compreender os aspectos positivos da família na procura de solução de seus problemas. Estas informações serão obtidas através da análise das sessões realizadas com os familiares. É importante destacar que a identidade das famílias e de seus membros não será divulgada, além disso, sua participação é voluntária e você poderá desistir a qualquer momento, sem prejuízo do trabalho. Portanto, não há nenhum risco envolvendo os atendimentos e os resultados deste trabalho possibilitarão a melhoria do atendimento das famílias nestas situações. Qualquer dúvida e esclarecimentos podem ser obtidos através do contato com a Mestranda Marisol Seidl (99790980) e/ou a profa. Sílvia P. C. Benetti (3591-1122 r: 1253).

Eu, _____
(participante) fui informado (a) dos objetivos da pesquisa. Recebi as informações necessárias e esclareci minhas dúvidas, fornecendo livremente o consentimento para a utilização dos dados referentes aos atendimentos para fins de coleta de dados para a pesquisa. Declaro também que recebi uma via do presente termo de consentimento.

São Leopoldo, ____ de _____ 2007.

Assinatura Participante

Assinatura- Marisol Seidl

Anexo B

Fragmentos do relato da sessão inicial Caso Lílian-Beatriz

Relato da narrativa	Unidades-chave	Análise lingüístico-interpretativa	Desdobramento dos processos-chave de resiliência familiar
<p>L: Que o caso que eu tava lá na Delegacia, era um caso de violência, né... como eu te expliquei, que eu dei parte dele por não pagamento da pensão e ele foi preso. Ficou 24 horas detido. Daí eu tava lá na Delegacia registrando uma ocorrência de ameaça de agressão por parte do meu ex-sogro.</p> <p>L:queriam me agredi e não queriam me deixar entrar na minha casa, em virtude que eu moro nos fundos do terreno da minha ex-sogra e do meu</p>	<p><i>eu dei parte dele</i> por não pagamento da pensão <i>e ele foi preso</i></p> <p><i>Queriam me agredi e não queriam me deixar entrar na minha casa, em virtude que eu moro nos fundos do terreno da minha ex-sogra e do meu ex-sogro.</i></p>	<p>Lílian está enfrentando os problemas, buscando solução para eles e assumindo as consequências.</p> <p>Família do marido: Padrão de organização familiar rígido, os membros não possuem autonomia, diferenças não são respeitadas e as regras e papéis são definidos por coerção e punição.</p>	<p>Perspectiva positiva: está se sentindo mais forte e capaz de lutar por aquilo em que ela acredita.</p> <p>Padrão de organização rígido, pouca flexibilidade, conexão de forma vulnerável e interação violenta.</p>

<p>ex-sogro.</p> <p>L: E em consequência disso, teve os problemas que a minha filha teve no colégio, ela teve bastante problema por causa da separação, por causa das agressões. Ela chorava muito no colégio.</p> <p>L: Ela só tinha esse lado. Da aprendizagem ela não teve, nunca teve nenhuma dificuldade graças a Deus, mas aquele lado emocional dela, que afetava.</p> <p>L: eu não sabia o que falar pra minha filha, eu não sabia, sabe! A única coisa que eu tentava fazer era consolar ela, acalmar ela e dizer pra ela que eu tava ali do lado dela, que</p>	<p><i>Os problemas que a minha filha teve no colégio, por causa da separação, por causa das agressões. Ela chorava muito...</i></p> <p>aprendizagem...nenhuma dificuldade graças a Deus, mas aquele lado emocional dela, que afetava.</p> <p><i>consolar ela, acalmar ela e dizer pra ela que eu tava ali do lado dela, que ela não precisava ter medo de nada e então era isso.</i></p>	<p>Percepção das dificuldades emocionais da menina relacionadas ao abandono do pai.</p> <p>Aspectos cognitivos e de temperamento foram positivos para a menina conseguir aproveitamento escolar.</p> <p>relação significativa com a mãe de confiança e apoio mútuo.</p> <p>A mãe acolhe o sofrimento da filha e compartilharam juntas a dor.</p>	<p>Conexão vulnerável com o pai.</p> <p>Capacidade materna de empatia.</p> <p>Foco na força e no potencial:</p> <p>perspectiva positiva</p> <p>Valor afiliativo, perspectiva positiva e conexão: a família se fortalece quando juntos enfrentam as crises.</p> <p>Atribuir sentido à adversidade;</p> <p>valor afiliativo;</p> <p>perspectiva positiva.</p>
--	---	--	---

<p>ela não precisava ter medo de nada e então era isso.</p> <p>M: O que tu achas que esta te ajudando a melhorar?</p> <p>B: Minha mãe que conversa comigo.</p> <p>L: Porque aprendi uma coisa quando eu era pequena que a minha mãe sempre falava, que “a gente é o espelho dos filhos da gente” e se a minha filha me visse sendo agredida pelo pai dela, e crescesse neste ambiente, qual era o futuro da minha filha, eu pensava. Que espécie de vida que eu vou dar para ela?</p> <p>... agora assim, agora morreu esse sentimento assim, mas antes pra mim</p>	<p>B: <i>Minha mãe que conversa comigo</i></p> <p><i>minha mãe sempre falava, que “a gente é o espelho dos filhos da gente” e se a minha filha me visse sendo agredida pelo pai dela, e crescesse neste ambiente, qual era o futuro da minha filha.</i></p> <p>Agora eu vou à Igreja, busco Deus, por que se não eu não saberia o que seria de mim</p>	<p>Fortalecimento para enfrentar os problemas.</p> <p>Sistema crença da família de origem de LÍlian. Os pais funcionam como espelho para os filhos. Relação afetiva com mãe.</p> <p>Busca de força através de fé.</p>	<p>conexão e resolução colaborativa dos problemas.</p> <p>Sistema de crença da família de origem e afetividade.</p> <p>Espiritualidade e transcendência</p>
---	---	---	---

<p>relembra disso que eu to te falando pra ti agora, era que nem eu acho, que nem tu bate em mim sabe. Doía muito mais, era como se batesse em mim. E eu aos poucos que nem agora eu vou à Igreja, busco Deus, por que se não eu não saberia o que seria de mim.</p> <p>L: Ah, meus irmãos assim, eles todos me apóiam sabe, momentos assim de sair assim com uma sacolinha de roupa, sempre me ampararam, disseram pra mim larga essa vida, que não era esse tipo de vida que...O meu pai e minha mãe já morreram, mas não era esse tipo de vida que eles iam querer pra mim.</p>	<p>Meus irmãos assim, eles todos me apóiam sabe.</p> <p>O meu pai e minha mãe já morreram, mas não era esse tipo de vida que eles iam querer pra mim.</p>	<p>Apoio dos irmãos.</p> <p>A família não concordava com a violência que existia na vida da irmã.</p>	<p>Conexão positiva</p> <p>Sistema de crença</p>
--	---	---	--